

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

---

"OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS FACE ÀS INTERVENÇÕES  
DO ESTADO NA ÁREA DE SOBRADINHO - BAHIA - 1971/1987.  
O CASO DE REMANSO E PILÃO ARCADO"

---

EMMA CADEMARTORI SILIPRANDI

Campina Grande  
Agosto - 1988

EMMA CADEMARTORI SILIPRANDI

---

"OS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS FACE ÀS INTERVENÇÕES  
DO ESTADO NA ÁREA DE SOBRADINHO - BAHIA - 1971/1987.  
O CASO DE REMANSO E PILÃO ARCADEO"

---

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Sociologia, com área de  
concentração em Sociologia Rural da  
Universidade Federal da Paraíba, em  
cumprimento às exigências para ob-  
tenção do Grau de Mestre.

Orientadora: PAOLA CAPPELLIN GIULIANI





S583s

Siliprandi, Emma Cademartori

Os sindicatos dos trabalhadores rurais face as intervenções do Estado na área de Sobradinho - BA - 1971/1987 : o caso de Remanso e Pilão Arcado / Emma Cademartori Siliprandi. - Campina Grande, 1988.

129 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades.

1. Trabalhadores Rurais 2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais 3. Intervenções 4. Dissertação I. Giuliani, Paola Cappellin II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.343.633(043)

Aos trabalhadores rurais de  
Remanso e Pilão Arcado.

À dona Thereza, minha mãe.

## A G R A D E C I M E N T O S

---

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho. Quero destacar aqui algumas em especial.

Em primeiro lugar, PAOLA CAPPELLIN GIULIANI, que com seu apoio, e orientação dedicada, me estimulou desde o início a elaborá-lo, e acompanhou carinhosamente toda a sua realização.

Meus colegas de trabalho da CAR: EVA CARDOSO BORGES, VALDÉLIO SANTOS SILVA, FERNANDO ALVES BARROSO, RAIMUNDO PORTO MELO, GUMERCINDO GOMES DE SÁ, com quem dividi muitas das preocupações que estão colocadas no trabalho, em nossos dois anos de convivência na área de Sobradinho.

Professores da UFPB, que fizeram parte da Banca Examinadora do projeto de pesquisa, em 1987: GHISLAINE DUQUÉ e JOSÉ ROBERTO NOVAES, e que participaram da Pré-banca de defesa da dissertação, em fevereiro de 1988. MARIA CRISTINA DE MELLO MARIN e RENE LOUIS DE CARVALHO. Colegas pesquisadores da UFBA e da UNEB: EDUARDO PAES MACHADO, ALBA MARIA GUEDES MELLO, ROSA MARIA VIANA PEREIRA, que discutiram comigo aspectos do projeto, e gentilmente cederam materiais de pesquisa e bibliografia, fundamentais para a realização do trabalho.

LUIZ EDUARDO DE SOUZA, que possibilitou o acesso a arquivos da CPT e da Diocese de Juazeiro, e colaborou com inúmeras informações. RENATO DALTRO, assessor do Sindicato de Pilão Arcado, que forneceu anotações pessoais e relatórios sobre o trabalho na região.

Muito especialmente, os SINDICALISTAS DE REMANSO E PILÃO ARCADO, que, com um sinal de confiança neste trabalho, se dispuseram a prestar informações, dar depoimentos, e facilitar o acesso aos arquivos sindicais, fornecendo o material básico utilizado na pesquisa.

A nível mais pessoal, muitas seriam as pessoas para agradecer. Hospedagens, companhia, o cafezinho na hora do sufoco, essas coisas. CLAUDIA QUEIROZ, BERNADETE BESERRA, REGINA NOVAES, MANOEL, EDGAR MALAGODI, MARILDA DE MENEZES, LÚCIA COUTO, RENATO KILPP, e, muito especialmente, DONA THEREZA (minha mãe) e JOÃO MACHADO (meu companheiro). Não esquecerei essa força.

A nível institucional, quero agradecer à CAR, nas pessoas do Diretor JOÃO SATURNINO e do gerente estadual do Projeto Sobradinho, LEOPOLDO MONT'ALVERNE, por terem consentido em meu afastamento do trabalho durante o período necessário para a realização da pesquisa e elaboração da dissertação. Esse apoio foi fundamental para que pudesse elaborá-la.

Esta pesquisa contou também com financiamento do Concurso de Auxílios para Pesquisa das Regiões Nordeste e Norte do Brasil da ANPOCS, com recursos INTERAMERICAN FOUNDATION - 1988.

A TODOS QUE COLABORARAM DE DIVERSAS FORMAS PARA A REALIZAÇÃO DESTA PESQUISA, MEUS AGRADECIMENTOS.



## RESUMO

---

Esta pesquisa tem como objeto de análise a existência de projetos de desenvolvimento rural, financiados pelo Estado, no interior de entidades sindicais de trabalhadores rurais, nos municípios de Remanso e Pilão Arcado (região de Sobradinho, Bahia). Esses projetos foram realizados a partir de 1985, através da assinatura de convênios entre os sindicatos e uma empresa estadual, a CAR - Cia. de Desenvolvimento e Ação Regional, então coordenadora das ações do Projeto Nordeste no estado da Bahia. Eram projetos voltados para o reforço à infra-estrutura e organização sindicais, e também para o atendimento a demandas de pequenas comunidades e produtores rurais.

Buscou-se, através da pesquisa, compreender de que forma esses projetos inseriram-se na história dessas entidades, e as implicações que trouxeram para um processo de renovação do movimento sindical nesses municípios. A reconstrução das trajetórias dos sindicatos foi realizada levando-se em consideração o conjunto de transformações por que passou a região desde o período de construção da barragem de Sobradinho, e seus efeitos sobre o espaço ocupado pelas organizações sindicais, enquanto entidades de representação de classe dos trabalhadores rurais.

A pesquisa referenciou-se em uma discussão existente a-

cerca do envolvimento de entidades sindicais com programas governamentais, procurando mostrar que essa participação não tem necessariamente os mesmos efeitos em todas as realidades, e não leva, em todos os casos, a uma "cooptação" dessas entidades pelo Estado. Nos municípios em estudo, ao invés de uma "cooptação", os projetos vieram se inserir, ainda que de forma diferenciada, em um processo de consolidação dessas entidades enquanto mediadoras entre os trabalhadores rurais e o Estado e outros grupos sociais.

## R É S U M É

---

Cette recherche a comme objet d'analyse l'existence de projets de développement rural, financés par l'Etat, à l'intérieur d'organisations syndicales de travailleurs ruraux, dans les municipalités de Remanso et Pilão Arcado (région de Sobradinho, Bahia). Ces projets ont été réalisés depuis 1985, par la signature de contrats entre les syndicats et une entreprise de l'Etat de Bahia, la CAR - Cia. de Desenvolvimento e Ação Regional, alors coordonnatrice des activités du Projeto Nordeste (Projet Nord-est) dans l'Etat de Bahia. Il s'agissait de projets orientés vers le renforcement de l'infrastructure et de l'organisations syndicales, et aussi vers la satisfaction de revendications de petites communautés et producteurs ruraux.

On a essayé de comprendre, par cette recherche, de quelle façon ces projets se sont inclus dans l'histoire de ces organisations, et les implications apportées au processus de



renouvellement du mouvement syndical dans ces municipalités. La reconstruction des trajectoires des syndicats a été réalisée en prenant compte de l'ensemble des transformations subies par la région depuis la période de construction du barrage de Sobradinho, et ses effets sur l'espace occupé par les organisations syndicales comme organisations de représentations de classe des travailleurs ruraux.

La recherche a eu comme référence une discussion existante sur la participation d'organisations syndicales dans des programmes gouvernementaux, en essayant de démontrer que cette participation n'a nécessairement pas les mêmes effets dans toutes les réalités, et ne conduit pas, dans tous les cas, à une "cooptation" de ces organisations par l'Etat. Dans les municipalités qu'on a étudiées, à l'inverse d'une "cooptation", les projets se sont inclus, bien que d'une façon différenciée, dans un processus de consolidation de ces organisations comme médiatrices entre les travailleurs ruraux et l'Etat et autres groupes sociaux.



## Í N D I C E

INTRODUÇÃO ..... 1

### CAPÍTULO 1:

#### ENTIDADES SINDICAIS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS: A PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO

- 1.1. Os Sindicatos e os projetos em Sobradinho: especificidades de uma região ..... 9
- 1.2. Trabalhadores rurais/sindicais/Estado: questionamentos da pesquisa ..... 14
- 1.3. "Participação", "cooptação", ou...? A inserção desta pesquisa em uma discussão em andamento ..... 18

### CAPÍTULO 2:

#### A INSERÇÃO DOS PROJETOS NA DINÂMICA SINDICAL: RECONSTRUINDO TRAJETÓRIAS

- 2.1. A fundação dos sindicatos de Remanso e Pilão Arcado em um contexto de "vazio" de representação dos trabalhadores rurais ..... 27
- 2.2. Os sindicatos sendo levados a agir como mediadores: primeiras questões trazidas pela construção da barragem ..... 35
- 2.3. Novas conjunturas e os desafios colocados para o movimento sindical ..... 47
- 2.4. Enfrentando uma nova proposta do Estado: os sindicatos e as Associações de Produtores ..... 57

CAPÍTULO 3:

A REALIZAÇÃO DOS PROJETOS PE-  
LOS SINDICATOS E SEUS EFEITOS  
SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SINDI-  
CAIS

3.1. Os conteúdos dos projetos e as mudanças na vida in- terna das entidades .....	68
3.2. Os projetos e sua inserção entre antigas e novas lu- tas dos sindicatos .....	93
CONCLUSÕES .....	107
BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES.	120

## I N T R O D U Ç Ã O

---

### 1. HISTÓRICO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objeto de análise a existência de projetos de desenvolvimento rural, financiados pelo Estado, no interior de entidades sindicais de trabalhadores rurais, nos municípios de Remanso e Pilão Arcado (região de Sobradinho, Bahia). Esses projetos foram realizados a partir de 1985, através da assinatura de convênios entre os sindicatos e uma empresa estadual, a CAR - Cia. de Desenvolvimento e Ação Regional, então coordenadora das ações do Projeto Nordeste no estado da Bahia. Eram voltados para o reforço à infra-estrutura e organização sindical, e também para o atendimento a demandas de pequenas comunidades e produtores rurais.

Teve origem em uma experiência profissional da pesquisadora, como técnica da CAR nestes municípios, atuando na implantação desses projetos, durante dois anos (de 1985 a 1987). A execução desses projetos pelos sindicatos era tema de muitas discussões entre setores do movimento sindical, assessorias diversas, e técnicos vinculados às empresas estatais que ali atuavam (como a CAR, a EMATERBA). Em geral, questionava-se sobre as implicações que a realização desses projetos poderiam estar tendo para a dinâmica do movimento sindical: se estariam, por serem parte de um



programa do Estado, promovendo algum tipo de atrelamento destas entidades ao Estado, desviando-as do seu papel de representação política de classe; ou estariam contribuindo, de alguma maneira, para que elas se reforçassem como um referencial de aglutinação dos trabalhadores rurais. Qual o significado da realização desses projetos para o movimento sindical?

Estas questões colocavam a necessidade de se realizar um estudo onde se avaliassem, de forma mais aprofundada, o papel que vinha sendo cumprido pelas entidades sindicais nessa região, e como ele poderia ter sido modificado a partir da interferência dos projetos. Nesse sentido, foi desenvolvida esta pesquisa, buscando compreender como esses projetos vieram se inserir na trajetória dessas entidades, e qual a sua contribuição para um processo de renovação do movimento sindical nestes municípios.

Foi elaborado um projeto de pesquisa, sob a orientação da Profa. Paola Cappellin Giuliani, que foi aprovado em dezembro de 1987 por uma Banca Examinadora do Curso de Mestrado em Sociologia (área de concentração em Sociologia Rural) da Universidade Federal da Paraíba - Campus II, Campina Grande. A premissa básica que o embasava era de que a realização desses projetos se inseria em um processo de transformação pelo qual vinham passando essas entidades, que dizia respeito à sua capacidade de se colocarem como mediadores entre os trabalhadores rurais e os demais setores sociais. Nesse sentido, os projetos significariam uma nova forma de enfrentamento dos trabalhadores rurais com o Estado, em que estes viam no sindicato o instrumento para obtenção de recursos para desenvolverem ações de seu interesse. Nesse processo, por conta de estar havendo um crescimento do espaço ocupado pelos sindicatos enquanto entidades que defendiam os interesses dos traba-

lhadores, não estaria existindo condições para que fossem "cooptados" pelo Estado.

Como metodologia de pesquisa, o projeto previa a realização de uma reconstrução da história das entidades sindicais em questão, relacionada com o conjunto de mudanças que tinha se processado à nível sócio-econômico, nesses municípios, no período de 1971/1987, e uma análise dos efeitos da realização dos projetos para o processo de organização dos trabalhadores rurais em torno dos sindicatos.

A pesquisa foi realizada a partir de pesquisas bibliográficas sobre o tema e a região estudada, e da utilização de dados provenientes de fontes secundárias tais como censos, relatórios de pesquisa e documentos diversos. Foram consultados arquivos de instituições que atuaram na região neste período (tais como a Diocese de Juazeiro e a Comissão Pastoral da Terra, em Salvador), e também os arquivos dos próprios sindicatos, e de outras instâncias do movimento sindical, como a FETAG-BA e a CONTAG. Utilizei também material produzido pela CAR (planos, programas, relatórios, avaliações e material de divulgação), assim como de outras instituições oficiais, como à CODEVASF e a EMATER-BA. Foram realizadas também uma série de entrevistas com sindicalistas, assessores e técnicos que participaram em diferentes etapas deste processo. Pude contar ainda com anotações pessoais, minhas e de outros técnicos, relativas ao acompanhamento da implantação dos projetos na área, e também com entrevistas realizadas anteriormente por uma equipe de pesquisadores ligados à CAR, ao CEDAP (Centro de Desenvolvimento da Administração Pública), e ao Centro de Treinamento em Planejamento e Desenvolvimento Rural (CENTRU).



Em março de 1988 o projeto foi apresentado no Concurso de Auxílios para Pesquisa das Regiões Nordeste e Norte do Brasil, da ANPOCS, com recursos da INTERAMERICAN FOUNDATION, tendo sido aprovado. A pesquisa de campo vinha desenvolvendo-se, basicamente desde setembro de 1987, sendo concluída em fevereiro de 1988. A análise dos dados e redação da dissertação deu-se entre março e agosto de 1988.

## 2. ALGUNS DADOS, A TÍTULO DE APRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Remanso e Pilão Arcado localizam-se ao norte do estado da Bahia, na divisa com o estado do Piauí. Constituem, juntamente com os municípios de Sento Sé, Casa Nova e Campo Alegre de Lourdes, a região fisiográfica do Baixo-médio São Francisco, que abrange 7,6% da área total do estado da Bahia e contém 1,7% da sua população total (CEI, 1984). Da mesma forma que Juazeiro, Xique-Xique, Sento Sé e Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado tiveram parte de suas áreas inundadas (inclusive as sedes municipais) quando da construção do Lago de Sobradinho, na década de 70.

É uma região de clima semi-árido quente, com invernos secos e chuvas irregulares, concentradas em geral no período de outubro a abril. A média pluviométrica está em torno de 600 mm anuais, e a temperatura atmosférica média na área desses municípios é de 26 graus centígrados (CAR/STR-Pilão Arcado, 1985). A vegetação predominante na região é a caatinga hipoxerófila; apresentam, em geral, solos pobres, formados por areias eutróficas e distróficas (HIDROSERVICE, 1973).

Atualmente possuem 4.823 km<sup>2</sup> de área (Remanso) e 12.123 (Pilão Arcado), com uma população de, respectivamente 29.615 habitantes e 28.148 habitantes, o que corresponde a uma densidade demográfica de 6,1 hab/km<sup>2</sup> (Remanso) e 2,3 hab/km<sup>2</sup> (Pilão Arcado). A média da região é de 3,5. Em Remanso, a maioria da população (45,4%) localiza-se na zona rural, enquanto em Pilão Arcado esta taxa é de apenas 13,7% (Dados do Censo Agropecuário - FIBGE, 1980, organizados por JESUS FILHO e outros, 1986).

São municípios onde, desde a ocupação, no século XVII, predominaram as atividades ligadas à criação de gado, praticadas extensivamente em grandes propriedades (CORDEIRO, 1975; COUTO, 1975). Ainda hoje apresentam uma violenta concentração fundiária, como podemos observar pelos dados do Censo Agropecuário de 1980:

- Em Remanso, 68,9% dos estabelecimentos possuem área até 10 ha., ocupando apenas 6,8% da área total; enquanto os estabelecimentos de mais de 100 ha. (6,7% do total) ocupam 74,3% da área do município.
- Em Pilão Arcado, 89,1% dos estabelecimentos possuem área até 10 ha., ocupando apenas 32,4% da área total; enquanto os estabelecimentos de mais de 100 ha. (0,8% do total) ocupam uma área de 27,8% da área (JESUS FILHO e outros, 1986). Através de pesquisa direta realizada neste município pelo sindicato de trabalhadores rurais, em conjunto com a CAR, em um universo de 1.236 famílias de pequenos produtores localizadas à borda do lago, 193 (15,61%) não dispunham de terra para trabalhar; e 736 dispunham entre 0,15 e 3 ha. (CAR/STR-Pilão Arcado, 1985).

A maioria dos estabelecimentos, nesses dois municípios, é ocupada por posseiros: 78,2% em Remanso, correspondendo a 90,3% da



superfície; e 85,1% em Pilão Arcado, correspondendo a 90,6% da área (JESUS FILHO e outros, 1986). Essa situação é decorrente de não ter sido promovida a regularização fundiária desta região, após o processo de desapropriação para construção do lago.

As atividades econômicas principais nestes municípios são a agricultura, a pecuária e a pesca. A pecuária é desenvolvida basicamente nas grandes propriedades. As demais, são exercidas pelos pequenos produtores, que desenvolvem também pequenas criações (caprinos, suínos, etc.), atividades de coleta e artesanato. Os dados da pesquisa CAR/STR-Pilão Arcado (1985) indicam que, no universo pesquisado, constituído por pequenos produtores, havia uma média de 3,2 cabeças de gado bovino por estabelecimento; 9,8 cabeças de caprinos e ovinos; 2,6 cabeças de suínos; 9,5 cabeças de aves; e 1,1 cabeças de asininos e muares.

Entre os produtos agrícolas produzidos nos dois municípios, destacam-se a mandioca, o milho e o feijão, consumidos nos próprios estabelecimentos, e também comercializados. São produzidos também batata-doce, abóbora, melancia e outros, em menor escala. Em Remanso, destaca-se o cultivo da mamona. Em Pilão Arcado, nas regiões úmidas do interior do município, é plantada cana-de-açúcar, para produção de rapadura e aguardente. Os rendimentos e a produtividade em geral são baixos, e não há, em geral, utilização de tecnologias modernas. A maioria dos produtores não tem acesso ao crédito oficial, e nem à assistência técnica.

Em Remanso, apenas 0,7% dos estabelecimentos estão registrados como utilizando irrigação, no Censo Agropecuário de 1980. Em Pilão Arcado, apenas 0,2%. Nesses estabelecimentos são, em ge-

ral, cultivados produtos como cebola, tomate e banana. Pela nossa experiência na região, acreditamos que essas taxas tenham subido nos últimos anos, principalmente em Remanso, porém não dispomos de dados que comprovem essa suspeita.

A pesca é uma atividade importante nos dois municípios, sendo que em Pilão Arcado, localiza-se o maior porto de desembarque de pescado de todo o lago de Sobradinho, o porto da Passagem, com uma produção diária (em 1985) de cerca de 6.000 kg/dia (CAR/STR-Pilão Arcado, 1985). As espécies mais abundantes são o surubim, a curimatá, o dourado e a traíra, quase todos exportados para outros locais do sudeste e também do nordeste do país. Em Remanso, localizam-se dois frigoríficos e fábricas de gelo, um de propriedade particular, e outro implantado pela CAR (Terminal Pesqueiro). No porto da Passagem, até 1987, eram 3 os frigoríficos e xistentes, todos de propriedade particular.

### 3. APRESENTAÇÃO DO TEXTO

A dissertação está estruturada em 4 capítulos. No primeiro capítulo, é apresentada a problemática enfrentada pela pesquisa, situando a especificidade das relações entre os sindicatos de trabalhadores rurais e os projetos governamentais na área de Sobradinho; algumas questões acerca do sindicalismo rural no Brasil, que informam o tema geral em que se insere o estudo; e as discussões existentes sobre o envolvimento de entidades populares com programas governamentais.

No segundo capítulo, está colocada a reconstrução das



trajetórias dos sindicatos de Remanso e Pilão Arcado, desde a sua fundação até o período em que o Estado, através do Projeto Sobradinho, começa uma ação mais direta no espaço de organização dos trabalhadores rurais, estimulando a criação de Associações de Produtores, e posteriormente, firmando os convênios com os sindicatos. Neste capítulo se procura mostrar como, no decorrer desse período, os sindicatos foram progressivamente assumindo a condição de mediadores sociais, e os elementos que os levaram a isto.

No terceiro capítulo, é apresentado um relato e uma análise de como se deu a realização dos projetos pelos sindicatos, e seus efeitos sobre a dinâmica do movimento sindical nesses municípios. Esses efeitos são observados basicamente em dois aspectos: nas mudanças ocorridas na vida interna dessas entidades, e na sua capacidade de se colocar como entidades representativas dos trabalhadores rurais, defendendo seus interesses como segmento social específico.

Por fim, são apresentadas as conclusões, onde retoma-se as questões colocadas inicialmente e é feito um balanço dos "saldos" obtidos através da realização da pesquisa. Basicamente, são enfocadas as contribuições que pode trazer para uma compreensão dos processos de organização dos trabalhadores rurais, e da capacidade das entidades sindicais se colocarem como instrumentos de defesa de classe em seus enfrentamentos com as políticas do Estado.

## CAPÍTULO 1

### ENTIDADES SINDICAIS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS: A PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO

---

#### 1.1. OS SINDICATOS E OS PROJETOS EM SOBRADINHO: ESPECIFICIDADES DE UMA REGIÃO

A história dos sindicatos da região de Sobradinho está profundamente vinculada às transformações que se processaram nesta região, a partir da década de 70, e que tiveram como marco a construção da barragem de Sobradinho. Estas entidades foram criadas, na sua maioria, em 1971, por uma articulação da FETAG com os poderes públicos locais, no mesmo ano em que anunciava-se, na região, onde se localizaria a barragem, e quando seria construída (SIGAUD, 1986; MACHADO e outros, 1987).

Esta barragem, cujo objetivo principal era o aproveitamento do rio São Francisco para produção de energia, foi uma intervenção violenta do Estado, que provocou a inundação de mais de quatro mil quilômetros quadrados de área, o desaparecimento de 4 sedes municipais e de dezenas de povoados e aglomerados rurais, e o deslocamento de cerca de 70 mil pessoas, na maioria pequenos produtores e trabalhadores rurais.



Sua construção se deu de 1973 a 1978, e acabou por transformar definitivamente o perfil produtivo da região, tanto pelas mudanças que provocou no meio físico, como pela forma como se processou a sua reestruturação<sup>(1)</sup>. Era uma região onde historicamente predominavam atividades como a pecuária extensiva, a agricultura e a pesca de subsistência. A pecuária era praticada em grandes propriedades; as demais atividades, realizadas juntamente com o artesanato e as atividades de coleta, serviam como sustentáculos para a pequena produção.

Com a inundação, houve a perda dos solos de aluvião, localizados à beira do rio, onde se praticava anteriormente a agricultura de vazante; e a formação de um lago das dimensões do de Sobradinho inviabilizou o exercício da pesca artesanal - atividades fundamentalmente ligadas à pequena produção.

Por outro lado, criaram-se condições - através da ampliação das redes de estradas, energia, e comunicações, e pela instalação de empresas de assistência técnica e bancos - para que se desenvolvesse naquela região uma outra modalidade de atividade agrícola, que já vinha sendo implantada desde o final da década de 60: uma agricultura mais modernizada, voltada para outros mercados, vinculada ao complexo agroindustrial como absorvedora de insumos e fornecedora de matérias-primas, a exemplo do que estava acontecendo em outras regiões do país.

Esse processo se deu, fundamentalmente, apoiado em políticas do Estado, que através de uma série de mecanismos de incentivos fiscais, e pela atuação direta de órgãos como a CONDEVASF, a SUDENE, e outros, estimulou que se instalassem ali grandes projetos agropecuários irrigados, públicos e particulares, transforman

(1) Há uma vasta literatura onde é descrito e analisado o processo de construção da barragem e seus efeitos sobre os pequenos produtores. Ver a este respeito: AUGEL (1977), MOURA (1979), DUQUÉ (1980 e 1984), BARROS (s/d), CHESE/FNJ (1983), BERENGUER (1984). UFBa (1984). SIGAUD (1986). SIGAUD e outros (1987).

do profundamente a economia regional. Também a pesca foi atingida, vindo a ser explorada em caráter empresarial.

O que tornava Sobradinho uma região especial com relação a outras em que este processo também ocorria, era o fato de que ali essas transformações tinham se dado de forma muito rápida, e também porque o Estado tinha assumido, de forma mais direta, a condução de todo esse processo, através de uma série de empresas, ligadas tanto às questões de produção de energia, quanto de reestruturação da agricultura e das demais atividades produtivas.

O processo de construção da barragem foi vivido na região, em um clima de muita tensão. O Estado atuou de forma extremamente autoritária, não permitindo questionamentos às suas decisões, e apresentando alternativas para o deslocamento da população, que não satisfaziam o ideal de reconstrução das condições de vida e trabalho dos pequenos produtores. Esse segmento social se viu particularmente afetado, pois já eram fragilizados economicamente, pelas condições em que produziam anteriormente (em pequenas parcelas, como agregados, meeiros, parceiros ou foreiros - raramente como proprietários), e a forma como se deu a mudança e nas indenizações acabou por penalizá-los ainda mais.

Inicialmente, as alternativas que se colocavam eram três: para a maioria (cerca de 8 mil famílias), o Estado previa o deslocamento para um projeto de colonização a 600 km da área, em Bom Jesus da Lapa (PROJETO ESPECIAL DE COLONIZAÇÃO DE SERRA DO RAMALHO - PEC'SR); para uma parcela menor, a permanência na área, através da distribuição de lotes próximos a "núcleos" (povoados) que seriam construídos; e, em último caso, era oferecida uma ajuda com passagens e dinheiro, para quem quisesse deixar a região - era a chamada "solução própria".



Depois de muita resistência, através de cartas, abaixo-assinados, reuniões, denúncias em jornais, etc., conseguiram permanecer, em sua maioria, à borda do novo lago formado, mas sem que o Estado fornecesse as condições para que se adaptassem ao novo ambiente (agora terras de sequeiro, não de vazante) e às novas exigências que se colocavam para a produção (maior utilização de insumos e tecnologia).

Porém, com a decretação da área como de segurança nacional, tinham se restringido as possibilidades de manifestação de descontentamento, e o momento de transferência da população assemelhou-se a uma operação militar.

As novas condições de produção, sob as quais os pequenos agricultores vieram a desenvolver suas atividades, intensificaram um processo de diferenciação social que já se esboçava anteriormente. Uma parte desses produtores, que conseguiram lotes próximos à água, e tiveram condições de utilizar equipamentos e tecnologia (especialmente irrigação), conseguiram sobreviver enquanto produtores. A maior parte, no entanto, localizada na caatinga, ficou sujeita à chamada "agricultura de chuva", insuficiente para garantir a sua sobrevivência. Esse processo foi acompanhado por um aumento no assalariamento dos produtores, nos projetos irrigados, ou na pesca, com estratégia para garantir a sua condição de produtor. Em casos extremos, ocorreu a venda ou arrendamento da terra (BARROS, s/d; BERENQUER, 1984; MELLO, s/d; SIGAUD e outros, 1987).

O Estado não se fez presente apenas no período de construção da barragem. As políticas de regularização fundiária, o controle da utilização da água do lago, a distribuição de créditos e incentivos para a agricultura, pecuária e pesca, por exemplo, continuavam nas suas mãos. As ações de órgãos como a CHESF, o INCRA, o INTERBA, a CODEVASF, a EMATERBA, a CAR e outros, tiveram implicações, em maior ou menor grau, na maioria dos conflitos enfrentados pelos pequenos produtores nos últimos anos na região.



A partir de 1981, os pequenos produtores foram alvo de mais uma proposta do Estado: o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago de Sobradinho (Projeto Sobradinho), coordenado pela CAR, e executado por esta e outras empresas ligadas ao desenvolvimento rural. Este programa, criado em função das pressões que se fizeram sobre os órgãos públicos após a construção da barragem, procura "integrar" os pequenos produtores à nova política de desenvolvimento adotada, em uma linha de modernização das atividades produtivas, levava em consideração a desestruturação social ocorrida e a resistência existente na área com relação às propostas do Estado, e tinha como estratégia de atuação a chamada "metodologia participativa".

Também as representações de classe dos trabalhadores rurais, os sindicatos, foram marcados por este contexto de desestruturação social vivido na região. Foi em meio à esse processo que eles nasceram e foram se constituindo como entidades aglutinadoras dos trabalhadores rurais, já desde logo enfrentando uma grande política do Estado, que mudava radicalmente as condições de produção e de vida dos pequenos produtores. Inicialmente, no período de sua fundação, não chegaram a servir como referenciais concretos nas lutas contra os órgãos do Estado; mas a partir da interferência da ação de outras forças (como a Igreja, e representantes do movimento sindical de trabalhadores rurais a nível estadual e nacional), passaram a ser também um canal de encaminhamento de reivindicações.

Estas questões definem a especificidade desses sindicatos e desta região - um grande projeto de desenvolvimento, implantado pelo Estado, atingindo uma área tradicional de combinação de pecuária/agricultura de subsistência, transformando as condições de vida e trabalho de produtores cuja característica principal era o

precário acesso à terra, sindicatos formados em meio a esse processo, para servir de canal de expressão e negociação entre esses produtores e o Estado. O envolvimento desses sindicatos de trabalhadores rurais com a execução de um programa específico voltado para os pequenos produtores - como as ações da CAR - se coloca em meio a toda essa situação, como mais uma questão a ser analisada, que diz respeito às formas dos trabalhadores rurais se enfrentarem com o Estado.

## 1.2. TRABALHADORES RURAIS, SINDICATOS E ESTADO:

### QUESTIONAMENTOS DA PESQUISA

Pretendemos, com esta pesquisa, discutir algumas questões acerca dos processos de organização dos trabalhadores rurais, e dos instrumentos por eles utilizados em suas lutas pelo reconhecimento de seus interesses. Em especial, sobre o papel cumprido pelas entidades sindicais, enquanto instituições de organização dos trabalhadores em suas lutas econômicas, ao mesmo tempo que criam um referencial político desses trabalhadores enquanto camada subordinada no conjunto da sociedade.

O sindicalismo rural no Brasil é marcado pelo fato de ter sido criado "de cima para baixo", no início da década de 60, atendendo basicamente a interesses políticos das classes dominantes (STEIN, 1983). No entanto, como é indicado por esta autora, esta sindicalização teve um significado de reconhecimento dos direitos de representação dos trabalhadores rurais enquanto classe, diante da sociedade - um reconhecimento de sua cidadania - ainda que este processo tenha se dado "pelo alto", sem que os trabalhadores definissem as formas como se daria esta organização.



O momento político em que se definiu essa sindicalização foi marcado, como indicam vários autores, pela radicalização de que se revestiam os movimentos sociais no campo neste período, organizados nas Ligas Camponesas e nos sindicatos e associações criados a partir de atuação de forças como o Partido Comunista (AZEVEDO, 1982; MARTINS, 1983; BASTOS, 1984; PALMEIRA, 1985). Por isso, interessava às classes dominantes a criação de um sindicalismo atrelado aos poderes públicos, com características corporativistas e assistencialistas, e que circunscrevessem as suas lutas ao limite da legalidade existente.

No período pós-64, quando desencadeou-se todo um movimento repressivo no campo (assim como nas cidades), houve pouco espaço para uma rearticulação dos movimentos camponeses, aparecendo os sindicatos oficiais como única alternativa de aglutinação existente. Até meados dos anos 70, quando iniciou-se a chamada "abertura", predominaram no campo este tipo de sindicatos, reforçados em seu caráter assistencialista pelas atribuições que lhe foram colocadas, em 1971, através do FUNRURAL, para que funcionassem como agências da previdência social rural.

Apesar destas limitações, em muitos locais, a existência desses sindicatos teve importância para o desenvolvimento de lutas dos trabalhadores rurais - lutas trabalhistas, ou de resistência na terra, por exemplo - demonstrando que estas entidades poderiam cumprir um determinado papel na conquista de direitos dos trabalhadores, e no fortalecimento de sua organização, fosse na exigência do cumprimento da lei, ou como um instrumento de legitimação desses movimentos. A própria ambiguidade do caráter dessas entidades, definidas na legislação - entidades de "colaboração com os poderes públicos", mas também de "representação" - abria espa-

ço para que este processo ocorresse (GUEDES PINTO, 1979).

Certos autores como PALMEIRA (1985), por exemplo, chegam a afirmar que a simples existência do sindicato, independente de sua atuação, já representava uma nova mediação entre os trabalhadores e os demais setores sociais, em função de ser o sindicato portador de "regras impessoais", que se interpunham entre os trabalhadores e os fazendeiros, deixando a justiça e as leis fora das influências dos patrões. O sindicato significaria uma nova força, que questionaria as formas de dominação tradicionais pré-existentes.

No entanto, a história mostrou que muitas vezes não foi isto que ocorreu. Em muitos casos, os sindicatos, já desde a sua implantação, eram absorvidos pelos esquemas tradicionais, e funcionavam como órgãos auxiliares das classes dominantes nas suas políticas de conter as lutas dos trabalhadores rurais, impedindo a sua organização autônoma. Em que pese o movimento como um todo ter conseguido manter algumas referências comuns em torno de bandeiras como o cumprimento da legislação trabalhista no campo e a luta pela Reforma Agrária, através da sua entidade nacional (a CONTAG), isto parece não ter sido suficiente para garantir (como afirma PALMEIRA, 1985) uma autonomia dessas entidades.

O conjunto de transformações que ocorreu no campo brasileiro nos últimos 20 anos gerou uma multiplicidade de conflitos, envolvendo diversas categorias de trabalhadores, e isto veio a ter consequências nas modificações que se operaram nas entidades sindicais. Cresceu a influência de outros mediadores, como os grupos de assessoria ligados a diversas Igrejas (como a CPT, as Comissões de Direitos Humanos, etc.), com diferentes propostas de



organização, e a dinâmica de cada enfrentamento criava suas próprias formas de luta que, muitas vezes, recuperavam relações comunitárias pré-existentes, em função do caráter localizado de certos conflitos (MARTINS, 1985). Em muitas situações, como afirma este autor, estes movimentos se deram por fora das instituições existentes, por conta de seu caráter de questionamento a uma legalidade a que estes sindicatos estariam atrelados. Em outros casos, esta nova orientação se canalizaria para as entidades sindicais, promovendo uma transformação dessas entidades, num sentido de reforçar propostas "pela base".

Nesta região, foram as mudanças ocorridas ao longo do processo de construção da barragem, e das intervenções do Estado que se seguiram, que criaram condições para uma redefinição do papel de mediação cumprido pelos sindicatos.

A forma como isto ocorreu não estava dada "a priori". Por isso, foi necessário acompanhar esse conjunto de mudanças, para que se entendesse também como essa situação veio a se refletir na organização daqueles trabalhadores rurais, em torno dos sindicatos. Consideramos, da mesma forma que PALMEIRA (1979), que o estudo dos padrões de atuação de uma determinada classe social não poderia ser restrito a sua realidade presente, ou aos momentos em que sua ação "aparecesse" publicamente com mais espetacular; mas que, pelo contrário, teríamos que buscar no conjunto de modificações ocorridas naquela determinada realidade ao longo do tempo, as respostas que nos esclarecessem o porquê de, em determinados momentos, os sindicatos terem uma determinada importância como aglutinadores dos trabalhadores rurais; e, em outros, terem esse papel modificado.

Nesse sentido, procuramos perceber como essas entidades foram progressivamente adquirindo uma capacidade de responder às demandas dos trabalhadores, apesar dos limites da legislação existente, e em função do conjunto de relações em que se encontravam inseridas. Procuramos ver os sindicatos, nesse sentido, da mesma forma como coloca GRAMSCI (1984): como organismos "que apesar de realizarem e disciplinarem a solidariedade dos trabalhadores", não contém "elementos para a liberdade", sendo "destinados a sofrer mudanças radicais em conseqüências do desenvolvimento em geral"; sendo, portanto, "determinados", e não determinantes".

### 1.3. "PARTICIPAÇÃO", "COOPTAÇÃO", OU ...? A INSERÇÃO DESTA PESQUISA EM UMA DISCUSSÃO EM ANDAMENTO

Este estudo pretende ser também uma contribuição a uma discussão existente sobre a participação de ENTIDADES SINDICAIS DE TRABALHADORES RURAIS como executoras de programas governamentais voltados para o meio rural.

É um tema que passou a ser discutido com maior frequência nos últimos anos, em função da existência de um número crescente de programas e projetos governamentais em que as entidades populares vem sendo chamadas a participar. Segundo pesquisa realizada pela CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - existiam, em 1986, 66 programas e projetos deste tipo, destinados a prefeituras e entidades comunitárias, em todo o Brasil, sendo 8 exclusivamente voltadas para as regiões Norte e Nordeste (CESE, 1987, anexo).

Na região Nordeste, esse tipo de programa remonta ao fi-



nal da década de 70, com a implantação dos PDRI's (Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados), integrantes da proposta do POLONORDESTE, onde se utilizou, pela primeira vez, a chamada "metodologia participativa" (MACHADO e outros, 1987:22). Posteriormente essa proposta veio à ser implementada em vários outros programas, tornando-se o eixo em torno do qual foi estruturada a metodologia de trabalho do Projeto Nordeste, implantado a partir de 1985.

A literatura que discute esse tema, geralmente constitui-se da por pesquisadores que de alguma forma estão envolvidos com a execução desses projetos (técnicos de órgãos do Estado, ou então ligados à Universidade), tende a dividir-se em duas linhas divergentes de interpretação: como afirmam MACHADO e outros (1987:26). "por um lado, há aqueles que vêem nela (nessa participação) um elemento de transformação do poder na sociedade; e, por outro, aqueles para quem esse tipo de participação encobre o movimento de cooptação e legitimação do Estado". Como representantes dessas posições, são citados os artigos de PINTO (1981) - pela primeira posição - e de CARVALHO (1982), pela outra.

Uma terceira posição, intermediária entre as anteriores, seria representada por estudos como os de AMMANN (1980) e de PRATES (1984), e também de MACHADO e outros (1987), que consideram que os efeitos da participação popular em programas dessa natureza deveriam ser avaliados a partir de outros parâmetros, tais como as condições sociais e políticas em que cada programa é implementado, seus limites institucionais, e as mudanças que provoca nas relações de força. Nesse sentido, os programas poderiam ter efeitos diferenciados em cada tipo de organização, fomentando ou não um maior grau de coesão e consciência de seus membros diante



da sua situação de classe. Consideramos que esta posição, evitando os esquemas pré-estabelecidos, em que as intenções do Estado são tomadas como fato, pode ser mais útil para uma avaliação sobre os significados desses programas para as entidades populares.

Nos debates em seminários e encontros de que participamos durante a execução desses projetos, encontramos posições semelhantes a essas apresentadas acima<sup>(2)</sup>.

Havia setores, por um lado, que consideravam que esse tipo de participação significava um atrelamento das entidades às políticas do Estado, e um desvirtuamento do seu caráter de organismos representativos e de organização política de classe.

Argumentavam que ao se envolver com esses programas, as entidades tendiam a se tornar dependentes dos recursos vindos do Estado; sua vida interna passava a ser determinada por calendários e exigências das burocracias estatais; e que esses projetos não abriam espaço para que os movimentos expressassem realmente as necessidades das classes populares, transformando as entidades em meras executoras das propostas governamentais.

---

(2) Participamos de vários Encontros e Seminários promovidos pelo Polo Sindical de Juazeiro, na região de Sobradinho, durante o período de outubro de 1985 à agosto de 1987, assim como vários eventos promovidos pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Remanso e Pilão Arcado. A descrição das posições apresentadas a seguir, sobre a participação das entidades populares nos programas governamentais refere-se à debates presenciados nesses encontros, assim como às posições registradas nos relatórios do Encontro de Agentes de Projetos realizados pela CESE, em 1987, e do I Seminário sobre a organização de pequenos produtores e sua participação em programas governamentais", promovido pela CAR, CEPÁ, e CEDAP-CENTRU. Ver CESE (1987), e CAR/CEPA/CEDAP-CENTRU (1987).

Por outro lado, os projetos "desviariam" as entidades de suas lutas mais importantes, uma vez que as questões a que se referem seriam secundárias dentro do conjunto de problemas enfrentados pelos trabalhadores. E reforçariam práticas clientelistas e assistencialistas nas entidades, contrárias aos princípios de uma autêntica participação.

Estas posições apoiavam-se em uma visão de que esses projetos, como parte das políticas dos órgãos do Estado visando a sua legitimação junto aos setores populares, eram apenas medidas demagógicas e eleitoreiras, e que visavam neutralizar a capacidade de mobilização dessas entidades. No limite, procurariam "cooptar" as lideranças populares, para apoiar os projetos políticos das classes dominantes.

Para outros setores do movimento sindical, no entanto, apesar de todos esses "riscos", os projetos poderiam ser experiências válidas para os movimentos populares, o que estaria na dependência de as entidades conseguirem ou não manter uma autonomia diante dos órgãos do Estado. Eram grupos que estavam desenvolvendo essas experiências em vários lugares, através do Projeto São Vicente, ou mesmo do PAPP. Para que esta autonomia fosse mantida, era preconizado que se procurasse:

- utilizar os recursos para ações que reforçassem as organizações de base;
- executar os projetos de acordo com definições de assembleias ou reuniões dos "beneficiários", e não segundo os planos das burocracias estatais;
- procurar não absorver as lideranças de forma excessiva na execução desses projetos, para que não negligencias



sem suas tarefas de "organização de classe";

- procurar discutir sempre com os trabalhadores os limites e o caráter paliativo desse tipo de projeto, e a necessidade de se exigir cada vez mais a implantação de políticas do real interesse dos trabalhadores.

Apoiavam-se em uma visão de que, apesar dessas políticas do Estado terem uma intensão clara de legitimação e de neutralização da capacidade de luta do movimento sindical e popular, essas intenções nem sempre se concretizariam. Nesse sentido, os projetos poderiam servir como "brechas" através das quais as entidades poderiam obter alguns recursos para o financiamento da infra-estrutura necessária para o funcionamento da "máquina" organizativa das entidades, assim como para reforçar certas experiências organizativas diretamente em suas bases, o que significaria um ganho em acumulação de forças para os setores populares.

Por outro lado, argumentava-se que apesar dos projetos atenderem a certas reivindicações colocadas pelos trabalhadores, o faziam de forma muito parcial; e que, sendo recursos públicos, recolhidos pelo Estado sob a forma de impostos, seria legítimo procurar obtê-los, para financiar ações do interesse do movimento sindical e popular.

Era ainda reconhecido que, devido à carência generalizada em que se encontravam os segmentos sociais a quem esses projetos se dirigiam, tornava-se difícil recusar.

Estas posições eram reforçadas por depoimentos de experiências realizadas, em que demonstrava-se que a participação nos projetos não estava levando a uma "cooptação" daquelas entida

des<sup>(3)</sup>.

Optamos então por realizar esta pesquisa tendo como objetivo principal examinar as formas pelas quais a execução dos projetos estatais existentes na região de Sobradinho, envolvendo as entidades sindicais, estariam interferindo na dinâmica de atuação destas entidades.

Escolhemos as experiências dos sindicatos de trabalhadores rurais de Remanso e Pilão Arcado com o Projeto Sobradinho, que vínhamos acompanhando, como objeto de análise, porque tratava-se de experiências diferenciadas que nos permitiriam, de forma comparativa, como uma mesma ação do Estado, atingindo sindicatos que tinham se formado em uma mesma realidade, poderia ter efeitos diferentes em função da existência de um outro tipo de ação dos mediadores sociais, do comportamento das oligarquias locais, das experiências de organização que tinham se criado em cada município. Em Pilão Arcado, onde havia uma forte tradição de atuação de assessorias da Igreja (através da Paróquia local, e da CPT), o sindicato tinha desenvolvido uma organização de base mais estruturada, que lhe dava certas características. Em Remanso, o sindicato era mais "desenraizado" socialmente, e tinham se criado as Associações de Produtores, através da atuação do Projeto Sobradinho, que de certa forma dividiam com a entidade sindical um espaço de representação de classe. Teriam essas experiências alguma diferença do ponto de vista da interferência dos projetos na dinâmica de atuação dessas entidades?

(3) Como em Conceição do Coité, na Bahia, onde se desenvolviam ações do sindicato de trabalhadores rurais vinculadas ao PAPP; e em Campo Alegre de Lourdes, onde realizavam-se projetos também do sindicato, com recursos do Projeto São Vicente. Ver CESE (1987).



Procuramos enfocar estas experiências do ponto de vista do relacionamento trabalhadores rurais/sindicatos/Estado, tentando responder: em que momento da vida sindical esses projetos estavam sendo propostos; de que forma esses projetos tinham chegado a esses sindicatos; em que medida a sua realização poderia significar uma mudança, ou um aprofundamento, dos termos em que vinha se colocando essa relação, nesses municípios; se havia mudado o papel que era cumprido por esses sindicatos até então, e em que sentido; se estavam levando a um amortecimento, ou a fortalecimento, ou a um redirecionamento das lutas levadas pelos trabalhadores rurais; que outras implicações poderiam estar tendo para a constituição dos sindicatos como um referencial de classe para os trabalhadores rurais. O estudo foi realizado então, tendo como eixo de pesquisa a inserção da realização desses projetos no interior da história dessas entidades.

Para realizar esta reconstrução, vimos que havia necessidade de situar esse conjunto de "atores sociais" (o Estado, os trabalhadores, os sindicatos) em um "cenário" onde essa ação teria se desenvolvido, e que explicaria porque os projetos teriam adquirido, naquela região, uma determinada importância. Esse cenário teria que ser constituído pelo conjunto de relações sociais existentes nessa região, e suas transformações, de forma a ficar claro o papel desempenhado por outros atores, cujos posicionamentos poderiam ter interferido para esse resultado final, tais como as classes dominantes locais, os mediadores institucionais (como a Igreja, ou os partidos políticos), etc. O próprio Estado deveria ser visto pela expressão dos diversos interesses que o compunham, manifestados em suas múltiplas políticas de intervenção na realidade.

Desta forma, seria possível reconstruir o processo dentro do qual esses projetos chegaram aos sindicatos, e as implicações da sua realização para estas entidades, em um contexto mais amplo de relações sociais, redimensionando assim a questão da "cooptação" ou não das entidades pelo Estado.

A premissa que nos pareceu mais consistente como guia para o desenvolvimento da pesquisa foi, então, que a realização desses projetos pelos sindicatos era o resultado de um conjunto de transformações pelas quais vinham passando essas entidades, que diziam respeito ao seu papel de representação política e a sua capacidade de encaminhar as demandas dos trabalhadores rurais diante do Estado e de outros setores sociais, sobretudo levando-se em consideração a desestruturação social vivenciada na região por conta da construção da barragem.

Nossas hipóteses eram que esses projetos, ao recuperar certas experiências coletivas de organização da produção, vividas por estes trabalhadores durante o período anterior, quando da construção da barragem, teriam se inserido nesse processo de transformação das entidades sindicais, de forma a renová-las. Essa renovação teria se dado por conta de uma ampliação do espaço de discussão dentro dessas entidades acerca de questões produtivas, que as aproximaria mais de sua "base" de representação. No entanto, essa discussão teria se tornado mais complexa, por conta dos projetos serem desenvolvidos por intermédio de órgãos do Estado, vistos em princípio como opositores dos interesses dos trabalhadores rurais. Toda essa discussão teria provocado diferentes posicionamentos por parte dos integrantes do movimento sindical, e dos demais mediadores envolvidos, acerca do caráter e natureza das entidades sindicais de trabalhadores rurais.



A implementação dos projetos poderia significar, assim, um momento "novo" na trajetória dessas entidades, onde se realçaria uma transformação do seu papel de mediação. Para chegar a uma resposta sobre essas questões, procuramos mapear uma série de elementos que caracterizariam esse papel de mediação, e ver como se fizeram presentes, ou não, nesses processos estudados.

## CAPÍTULO 2

### A INSERÇÃO DOS PROJETOS NA DINÂMICA SINDICAL: RECONSTRUINDO TRAJETÓRIAS

---

#### 2.1. A FUNDAÇÃO DOS SINDICATOS DE REMANSO E PILÃO ARCADADO EM UM CONTEXTO DE "VAZIO" DE REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS

O surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais na região de Sobradinho se deu no início da década de 70, período em que, em todo o Brasil, multiplicava-se a fundação de sindicatos rurais, por iniciativa dos próprios poderes públicos. Esses sindicatos eram criados "de cima para baixo", e traziam a marca de uma legislação tuteladora, que conferia às entidades um caráter assistencialista e de prestação de serviços.

Na região de Sobradinho, não foi diferente. Em 1971, quando já se iniciava na área a discussão sobre a provável construção da barragem, deu-se início, por iniciativa da FETAG, às articulações que resultaram na fundação de 5 sindicatos: Juazeiro (6 de fevereiro), Remanso (6 de março), Sento Sé (21 de março), Xique-Xique (9 de maio), e Casa Nova (7 de agosto) (MACHADO e outros, 1987:65). A FETAG era, até então, uma instituição desconhecida na região. Seu interesse em promover a criação dos sindicatos estava



ligado à sua política de ampliar sua rede de influência no estado<sup>(1)</sup>.

Foram processos muito rápidos, e semelhantes em todos os municípios: segundo depoimentos de participantes, inicialmente os representantes da FETAG chegavam à área, e procuravam as lideranças locais (padres, professores, chefes políticos, etc.), para apresentar sua proposta. A partir de então, marcava-se uma reunião com os trabalhadores, para uma exposição da idéia. Em seguida, nesta mesma reunião, escolhia-se a diretoria provisória, e dava-se por fundado o sindicato. Mesmo em Pilão Arcado, onde o sindicato só veio a ser criado em fevereiro de 1975, repetiu-se o mesmo processo:

"Então nós estávamos, em Pilão Arcado, próximo à mudança (...) aí chegando esse moço, de nome O., que era advogado, com D., da FETAG, querendo saber como é que fazia para fundar este sindicato de Pilão Arcado (...) Então nos reunimos e os trabalhadores acharam que era conveniente ser fundado este sindicato, em presença de alguns políticos (...) parece que pu seram alguns políticos para escolher as pessoas, para dirigir o sindicato" (Entrevista com B.M.R., tesoureiro do sindicato de Pilão Arcado, desde a sua fundação até 1986).

(1) A FETAG-BA, fundada em 1963 por grupos defensores de um sindicalismo mais oficialista, encontrava-se, no final da década de 70, ainda muito pouco implantada no estado. Segundo relatório da CONTAG, existiam na Bahia, nesta época, apenas 20 sindicatos de trabalhadores rurais, a maioria ainda sem o reconhecimento do Ministério do Trabalho. Em 1972, às vésperas de eleições para a FETAG, esse número tinha crescido para 80, porém apenas 14 estavam em condições de votar (CONTAG, 1976). Sobre a atuação da FETAG desde a sua fundação, ver também NAVARRO (1985).

Tanto em Remanso, como em Pilão Arcado (e provavelmente nos outros municípios), houve a presença direta, nestas reuniões, de "políticos" locais (vereadores, pessoas influentes; no caso de Pilão, o próprio prefeito) e foram estes políticos que indicaram as pessoas que deveriam compor as diretorias, e que, posteriormente, foram referendadas pela reunião.

"as reuniões foram feitas na igreja (...). No dia da fundação os membros da diretoria foram apontados pelo sr. Prefeito, onde eu fui uma das pessoas escolhidas (...) e fiquei como secretário" (Entrevista com M.J.J., ex-secretário do sindicato de Pilão Arcado, posteriormente presidente, no período 1978/1986).

"quem fundou o sindicato foi um contador de Juazeiro, junto com o pessoal da FETAG (...) as pessoas foram escolhidas para a chapa por um conchavo dos políticos" (Entrevista com E.M., ex-presidente do sindicato de Remanso, no período 1973/1986).

Em Remanso, nenhuma das três pessoas escolhidas para os cargos titulares da diretoria (presidente, secretário e tesoureiro) eram efetivamente trabalhadores rurais<sup>(2)</sup>; em Pilão, apesar de haver trabalhadores na chapa, esta era presidida pelo delegado de polícia local. Todos os integrantes da diretoria tinham sido indicados pelo prefeito.

Os sindicatos foram implantados, na verdade, como órgãos para-estatais, de prestação de serviços aos trabalhadores, e não como órgãos de representação. A sua atuação, durante um longo período ainda, restringiu-se à prestação de assistência médica e

(2) A chapa era formada por um contador aposentado, um médio proprietário e comerciante, e um dono de uma serraria e de um pequeno estaleiro (informações de E.M.).



odontológica, e encaminhamentos de aposentadorias (via FUNRURAL). Mesmo ações mais elementares, como a divulgação dos direitos trabalhistas, esbarravam em resistência por parte das diretorias, como revela este depoimento sobre o sindicato de Remanso:

"em 1973 a gente, que tinha sido eleito, fez um curso na FETAG, em Salvador, para lideranças sindicais. Então quando a gente voltou, o C., que era da chapa e era também fazendeiro pediu pra nós não ficar falando sobre o direito de prescrição bienal que a gente tinha aprendido lá no curso (...) é que ele tinha despedido um vaqueiro e não queria pagar os direitos" (E.M.).

A interferência de políticos locais não se restringia à indicação das chapas nos períodos eleitorais, mas se estendia até o funcionamento cotidiano das entidades. Há depoimentos, por exemplo, de que em Casa Nova, em 1974, uma simples aposentadoria, para ser encaminhada, tinha que passar pela "recomendação" do chefe político local<sup>(3)</sup>.

A existência dessas entidades como "correias de transmissão" do poder local explicava-se pela dominação historicamente exercida pelas oligarquias naquela região, e que, apesar de terem sofrido alguns revezes a nível nacional, mantinham-se fortes no âmbito dos municípios, controlando as instituições públicas e aparecendo como os representantes do Estado para a população.

O poder exercido pelas oligarquias baseava-se em uma situação de dominação econômica sobre os pequenos produtores e trabalhadores rurais, em função da monopolização da propriedade da

(3) Informação de G.D., técnica da ANCARBA que atuou em Casa Nova no período de relocação.

terra pelos grandes fazendeiros, que detinham também os canais de comercialização. O acesso à terra passava por esses fazendeiros, que as cediam aos pequenos produtores para que as trabalhassem na condição de agregados, ou através das relações de meação ou arrendamento. Da mesma forma, as terras públicas - em especial, as terras de vazante do rio, fundamentais para o desenvolvimento das atividades agrícolas, que eram propriedade da Marinha - dependiam do seu consentimento para serem exploradas, pois cabia às prefeituras a sua administração. Eram cedidas aos agricultores através do pagamento de uma taxa (conhecida como "foro" ou "talão")<sup>(4)</sup>.

Também o exercício da pesca - atividade complementar à agricultura de subsistência, praticada pelos pequenos produtores - estava, muitas vezes, sob o controle dos grandes proprietários, pois para explorar as lagoas que se formavam às margens do rio, nos períodos de vazante, eram exigidas "licenças" por parte da prefeitura ou dos proprietários, e também cobradas taxas para a sua utilização<sup>(5)</sup>.

As relações de dominação exercidas pelas oligarquias presupunham ainda práticas de "proteção" à população, prestando "favores", socorrendo em casos de doença ou "precisão", conseguindo empregos, etc. Com isso, difundia-se uma ideologia paternalista, que, em contrapartida, garantia a manutenção de uma clientela à disposição desses proprietários, necessária nos períodos eleitorais. Os camponeses constituíam-se, assim, em sustentáculos do poder econômico dessas oligarquias (pelas relações de exploração do trabalho) e também do poder político, pelo voto de cabresto<sup>(6)</sup>.

(4) Cf. DUQUÉ (1980 e 1984); BERENQUER (1984); SIGAUD (1986); MELLO (s/d); MACHADO e outros (1987).

(5) Idem

(6) Idem



As tentativas de reação dos pequenos produtores a esta situação de dominação, constituíam-se em atitudes individuais: reclusão na caatinga, como posseiros, migrações para outras regiões (como sul e sudeste do país), e a utilização da combinação de diferentes estratégias produtivas (plantar uma parcela como meeiros em uma propriedade, arrendar outra na vazante, obter outra como "foreiro", assalariar-se, pescar, trabalhar em atividades de coleta, etc.), como forma de escapar do domínio de um único proprietário (DUQUÉ, 1980). Porém, todas situavam-se mais no terreno das tentativas, não constituindo-se em alternativas reais (de obtenção da almejada autonomia), para a maioria dos trabalhadores.

De acordo com os depoimentos que registramos, e com o material que consultamos em arquivos e outras fontes<sup>(7)</sup>, não há, no período anterior à constituição desses sindicatos, indícios de manifestações coletivas por parte dos trabalhadores, ou de tentativas de criação de órgãos de representação, que procurassem questionar essas relações de dominação existentes. Imaginamos que os conflitos com os grandes fazendeiros (que certamente deveriam haver), eram resolvidos de forma individual, e esbarravam com a existência dessa situação de monopolização do poder de mando, exercido pelas oligarquias. As exceções foram os movimentos messiânicos ocorridos na área por volta da década de 30, entre os quais se destacou o episódio de "Pau de Colher".

Desta forma, pode-se afirmar que existia um "vazio" de representação institucional dos trabalhadores rurais na região, e que os sindicatos, inicialmente, pela forma como foram criados,

(7) Ver descrição das fontes consultadas na seção Bibliografia e Outras fontes.

não conseguiram preencher. A interferência da criação destas entidades em um tal contexto pode ser identificada, num primeiro momento, como situada no âmbito do atendimento às questões de saúde e aposentadorias, mas, mesmo assim, sem que a sua resolução fosse tirada totalmente do controle direto e pessoal dos fazendeiros.

Essa situação teve reflexos no período seguinte, quando iniciaram-se as movimentações na área por conta da construção da barragem.

Em 1973, tinham sido iniciadas as construções da obra, e realizadas as primeiras desapropriações na área de localização do eixo da barragem (BERENQUER, 1984); até então, a população não tinha sido informada sobre como seriam relocados. No período de 1973 a 1975, tinham sido feitos estudos pelas empresas estatais (ANCARBA, INCRA), para decidir sobre a transferência da população, e, no início de 1975 tinham sido divulgados os resultados, que indicavam que apenas uma minoria poderia permanecer na borda do lago (cerca de 1400 famílias), sendo o restante encaminhado para um projeto de colonização no município de Bom Jesus da Lapa, a 600 km da região (Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho - PEC'SR).

A preferência da maioria da população, em virtude da compulsoriedade da transferência, era permanecer na mesma região, às margens do novo lago (HIDROSERVICE, 1973, citada por SIGAUD, 1986). Sua primeira atitude foi buscar o apoio das oligarquias locais. Estas, ainda que discordando das decisões do governo central (principalmente por não ser de seu interesse a transferência da população para outra região), não tinham muito espaço de barganha, e optaram por defender seus interesses particulares enquan



to produtores, em detrimento de cumprir os compromissos inerentes à relação clientelista. Neste período a área tinha sido decretada de segurança nacional, e a suspensão de eleições fazia com que a necessidade de construção de uma base de legitimação dessas oligarquias junto à população fosse minimizada.

De acordo com MELLO (s/d) apenas no município de Casa Nova chegaram a esboçar-se tentativas, por parte dos chefes políticos locais, de interceder junto à CHESF no sentido de redefinir os locais para onde certos povoados seriam transferidos. Essas tentativas nem sempre tiveram êxito, e acabavam prevalecendo as posições da CHESF. Em Sento Sé, a oligarquia local tornou-se a representante da CHESF no município, sendo identificada pela população como co-responsável pelos danos sofridos, principalmente com relação às indenizações.

Nos municípios de Remanso e Pilão Arcado, houve uma omissão total da parte das lideranças políticas no sentido de interceder pela população - fosse nas questões referentes à relocação, ou às indenizações - tendo as suas reações se restringido, no caso de Remanso, às negociações com a CHESF em prol de conseguir melhorias na infra-estrutura da nova cidade que seria construída; no caso de Pilão, nem isso teria acontecido (MELLO, s/d).

Neste período, extremamente tenso, em que estava em jogo o destino da população, iniciou-se todo um enfrentamento dos trabalhadores diretamente com as instituições do Estado: com a CHESF, responsável pelas desapropriações, com a ANCARBA, encarregada da transferência para Serra do Ramalho, com o INCRA, que administrava o PEC'SR. Os sindicatos permaneceram ausentes desse processo. Nas palavras de dirigentes sindicais que participaram desse período

do:

"o sindicato era um órgão sem pé nem cabeça, não pensava nem andava (...) todos só pensavam que era um órgão para dar ficha para extração de dente, e médico (...) o sindicato, sobre a barragem, ele nunca fez nada (...) naquela época, só fazia reunião para majoração de mensalidade" (E.R., participante do sindicato de Remanso desde a sua fundação, secretário do sindicato no período de 1983/1986).

Esta situação só modificou-se a partir de 1976, quando começaram a intervir na área setores da Igreja, ligados ao Bispo D. José Rodrigues, e representantes da estrutura sindical nacional e estadual (CONTAG e FETAG)<sup>(8)</sup> que procuraram trazer para dentro das entidades todo um processo de resistência da população que estava se desenvolvendo à sua margem, nas próprias comunidades. Os efeitos desses eventos sobre o movimento sindical nesses municípios é o que apresentaremos no item a seguir.

## 2.2. OS SINDICATOS SENDO LEVADOS A ASSUMIR O PAPEL DE MEDIADORES: PRIMEIRAS QUESTÕES TRAZIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

O descontentamento da população com as alternativas de relocação apresentadas pela CHESF acabou se transformando numa resistência concreta à saída da região. Com isso, a CHESF foi obri-

(8) A FETAG estava, a partir de 1972, com uma nova diretoria, e estava havendo uma reorganização da entidade, ampliando-se o acompanhamento - principalmente jurídico - às lutas que estavam sendo levadas pelos trabalhadores rurais no estado (CONTAG, 1976).



gada a rever os planos iniciais, e admitir a permanência da população à borda do lago. Essa alternativa não fora apresentada antes, devido aos planos de utilização daquela área com grandes projetos agropecuários, e não com pequenos produtores<sup>(9)</sup> Diante do fato de que muitos tinham se deslocado para caatinga, e posteriormente, estavam voltando para a borda do lago, a CHESF acabou por construir mais 13 núcleos (povoados) além dos 12 que eram previstos, e aceitou reconhecer os loteamentos feitos diretamente pelos trabalhadores, da mesma forma que os planejados pela empresa (DUQUÉ, 1984; SIGAUD e outros, 1987).

Esta resistência da população é discutida por vários autores como sendo originária de fatores diferentes. Para DUQUÉ, por exemplo, contou sobremaneira o fato de que, com a inundação, houve uma remodelação na estrutura fundiária, que permitiu que os pequenos produtores se desligassem das relações de dependência que os ligavam aos chefes políticos locais, sentindo-se mais à vontade para tomarem decisões por conta própria; contou ainda o fato de que este processo, atingindo a todos indistintamente, criava um espírito de solidariedade social e de resistência, que teria sido fomentado pela forma coletiva como se foi promovida a discussão da relocação - por conta da urgência que se tinha em retirar a população da área. Aponta também para o fato de que a introdução, na área, de outras instituições do Estado, não controladas pelas oligarquias locais, favorecia também a uma divisão do poder de mando, abrindo um espaço para uma certa resistência dos trabalhadores (DUQUÉ, 1980 e 1984).

(9) DUQUÉ (1984) salienta o fato de que existiriam áreas férteis dentro da própria região de Sobradinho (em Sento Sé, principalmente), passíveis de serem utilizadas para o reassentamento da população, mas teriam sofrido o veto da CODEVASF por conta de seu interesse em reservá-las para projetos empresariais.

Para autores como MACHADO e outros (1987), além dos fatores apontados por DUQUÉ, teria contado também a participação de setores da Igreja. Porém, é certo que esta participação só veio a se dar de forma marcante ao final de 1976, quando o processo de relocação já estava em andamento.

Ligy SIGAUD (1986) levanta a possibilidade de que tenham sido as relações de interdependência desenvolvidas anteriormente pelos camponeses nos povoados, o germe dessa resistência. Os povoados, sedes de encontros, festas, cultos, etc., por conta de relações de parentesco, compadrio, etc., funcionavam como "referenciais sociais" desta população, e posteriormente, quando de uma ameaça comum à sua extinção, teriam se transformado em "referenciais políticos", em instrumentos de resistência.

O processo de transferência propriamente dito (desapropriações, mudança, reassentamento) se deu no período de 1975 a 1978, sendo que o represamento total das águas ocorreu entre 1976 e 1977. A cidade de Remanso foi inundada no final de 1976, e Pilão Arcado, no final de 1977.

De acordo com os arquivos de jornais e documentos que consultamos<sup>(10)</sup>, até meados de 1976, os únicos registros encontrados sobre ações por parte dos sindicatos da região, com relação às questões de relocação, foram algumas cartas enviadas à CHESF e ao INCRA, pedindo esclarecimentos sobre como se dariam os proces-

---

(10) Referimo-nos aos arquivos de Jornais e Documentos da CPT (Salvador), da Diocese de Juazeiro, e dos Sindicatos de Remanso e Pilão Arcado. Ver a íntegra dos arquivos consultados na seção Bibliografia e Outras Fontes.



sos de desapropriação e mudança, e sobre o projeto de Serra do Ramalho. Foram assinadas pelos sindicatos de Juazeiro, Sento Sé, Remanso e Casa Nova, e pela FETAG, e datam de maio de 1974 e de junho de 1975<sup>(11)</sup>.

A desapropriação e a mudança da população se deram de forma muito rápida, e na maioria dos casos, os povoados e as cidades ainda não estavam com a infraestrutura necessária para abrigar a população. Esta situação foi ainda mais grave em Pilão Arca do, o último município a ser atingido pelas águas, onde não foram construídos núcleos no interior. Houve pressões por parte da CHESF para que a população abandonasse a área a ser atingida, sob ameaças de serem "tragados" pelas águas, e isso, em muitos casos, fez com que os moradores aceitassem qualquer indenização, e se retirassem do local, sem mesmo ter para onde ir (Cf. MOURA, 1975; RODRIGUES, 1981; UFBA, 1984).

Essa situação de "desamparo" em que encontrava-se a população, fez com que, a partir da chegada de D. José Rodrigues à região (em 1975); como bispo de Juazeiro, este passasse a ser procurado por um grande contingente de pessoas, numa tentativa de que intercedesse junto aos órgãos públicos no sentido de resolver os problemas existentes<sup>(12)</sup>.

(11) Estas cartas encontravam-se no Arquivo de Jornais e Documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Salvador.

(12) No arquivo pessoal de D. José, em Juazeiro, encontram-se centenas de cartas, abaixo-assinadas, etc., enviadas durante o período de relocação, com os mais diversos pedidos: que interceda junto à CHESF para obtenção de maiores indenizações; contando dos sofrimentos vividos por conta de falta de água e infra-estrutura nos povoados, e perguntando o que fazer; pedindo ajuda em dinheiro para consertar casas recém construídas e que se encontram rachadas; solicitando que envie determinadas reivindicações para os órgãos competentes etc.

A Igreja, até então, via a barragem como uma perspectiva de progresso para a região, e apoiava a sua realização. Nos Boletins "Caminhar Juntos", publicados pela Diocese a partir de 1976, somente no final desse ano é que começaram a aparecer as primeiras críticas à sua construção. Com a intensificação das denúncias sobre as arbitrariedades cometidas pela CHESF, durante aquele ano, especialmente no tocante ao valor das indenizações, de finiu-se esta nova posição, e D. José passou a utilizar a sua posição de bispo para veicular socialmente e ampliar, através da imprensa e do contato com autoridades, as reclamações recebidas.

D. José era vinculado à chamada "ala progressista" da Igreja Católica, que desenvolvia ações ligadas aos problemas concretos vividos pelos trabalhadores, e a sua vinda para a área foi importante no sentido de mudar a posição sobre a barragem assumida até então, pela Igreja. Sob a sua influência, criaram-se equipes de agentes pastorais nos municípios, que tinham por objetivo orientar a população no sentido de buscar a resolução dos problemas que estavam vivendo, cobrando das autoridades as medidas que se faziam necessárias. Este trabalho era feito através de visitas pastorais, e ganhava uma dimensão maior pela existência de um programa semanal de rádio, onde as denúncias eram apresentadas.

A questão da mudança foi considerada prioritária quando da realização do I Plano Pastoral Orgânico da Diocese, em 1976 (MACHADO e outros, 1987:63) e, embora em muitos locais houvesse resistência por parte da Igreja tradicional em aceitar o trabalho dessas equipes, o fato de contarem com o apoio do bispo fez com que conseguissem manter-se e até mesmo ampliar-se, no interior da Diocese<sup>(13)</sup>. No início de 1977, essas equipes foram reforçadas

(13) Informações de L.E.S., assessor da CPT da Diocese de Juazeiro no período de 1978 a 1982.



com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), passando a contar com assessoria especializada de educadores e advogados.

Apesar de todo o momento repressivo vivido, encontramos nos jornais daquela época<sup>(14)</sup> muitas denúncias (em geral sob a forma de reportagens) sobre a situação caótica existente na área, dando destaque para o lado do "drama" em que fora, compulsoriamente, inserida a população. Ao lado dessas reportagens, apareciam também denúncias feitas pelo bispo, e, como para contrabalançar, matérias oficiais preparadas pelos órgãos públicos, enaltecendo as obras que ali se desenvolviam, e desmentindo as críticas que lhes eram feitas. Sobradinho era considerada "um orgulho da engenharia nacional", e ajustava-se perfeitamente ao espírito de "Brasil Grande" difundido pelo governo autoritário da época.

Somente em meados de 1976 é que representantes da estrutura sindical a nível estadual e nacional (e mesmo a nível municipal), começaram a se fazer presentes efetivamente na área, numa tentativa de dar algum acompanhamento aos trabalhadores atingidos. Naquele momento, porém, o processo de desapropriação e de transferência já estava bastante adiantado.

Uma dessas tentativas foi a realização, em junho de 1976, em Aracajú, de um encontro entre representantes do movimento sindical de toda aquela região, promovido pela CONTAG - o I Encontro do Vale do São Francisco - para discutir em conjunto um

---

(14) Os recortes encontrados nos arquivos da CPT em Salvador, e da Diocese de Juazeiro, em Juazeiro, eram basicamente de jornais de Salvador ("A Tarde", "Correio da Bahia", "Jornal da Bahia", "Tribuna da Bahia"), embora fossem encontrados também matérias de jornais de circulação nacional, como "Estado de SP", "Folha de SP" e "Jornal do Brasil". Por conta da grande quantidade de material encontrado nestes locais, consideramos desnecessário realizar uma pesquisa mais sistemática diretamente em arquivos dos próprios jornais.

programa de atuação que atacasse os problemas decorrentes das políticas governamentais de construção das barragens e implantação de grandes projetos agropecuários, que atingiam todo o vale, de Minas Gerais até Sergipe. Nesse encontro, ganhou destaque a situação vivida em Sobradinho, e iniciaram-se as articulações com vistas a criar alguma resistência ao processo de desapropriação em Itaparica, onde também estava sendo construída uma hidrelétrica.

Logo após, a FETAG promoveu encontro semelhante, com a presença de 10 sindicatos da região, entre os quais os de Remanso e Pilão Arcado, com o objetivo de estabelecer um vínculo maior entre esses sindicatos, até então completamente desarticulados entre si. A partir de então, outros encontros passaram a ser realizados - os "Encontros do Vale", aproximadamente de 6 em 6 meses, e os restritos à área de Sobradinho, com uma frequência maior - estimulando os sindicatos a assumirem, através de levantamentos e denúncias, os problemas relativos às indenizações e à relocação (15).

Os trabalhadores enfrentavam, neste período, inúmeros problemas decorrentes da relocação. Tinham ficado sem plantar por dois anos (o ano anterior à mudança, e o seguinte), e em muitos casos os recursos recebidos através das indenizações foram gastos para a sua sobrevivência. O valor das indenizações não tinha sido alto, e tornava-se irrisório em função da subida generalizada de preços que ocorreu na região, decorrente da situação de emergência em que todos se encontravam. Os lotes recebidos eram mais di-

---

(15) De acordo com os relatórios da CONTAG dos Encontros do Vale, na maioria deles houve a participação de representantes dos sindicatos de Remanso e Pilão Arcado. Em geral, era enviado o presidente ou algum outro integrante da chapa (tesoureiro ou secretário).



fíceis de serem trabalhados do que aqueles que dispunham anteriormente, e necessitavam um investimento em trabalho para desmatar-los. As casas, nos lotes rurais, não foram construídas pela CHESF (como foram as das cidades e povoados), tendo que os próprios moradores providenciarem a sua construção (DUQUÉ, 1984; BARROS, 1984). Os povoados contavam ainda com uma estrutura precária em termos de abastecimento de água, transporte, e outros serviços. Começaram a ser enviadas reivindicações aos órgãos públicos (como a CHESF, ELETROBRÁS, e outros) para que fossem fornecidos novos recursos para promover o reinício das atividades produtivas (MACHADO e outros, 1987).

Essas reivindicações eram estimuladas pelo trabalho das equipes da CPT que atuavam nas comunidades, orientando os trabalhadores para que procurassem os sindicatos, forçando-os a encaminhar suas reclamações. Os sindicatos viram-se, assim, pressionados por vários lados: pela população, pela Igreja, por outras instâncias do movimento sindical. Em meio a esse clima, alguns desses sindicatos acabaram por "entrar na briga".

Esse processo foi particularmente importante em Pilão Arcado. Por conta de não terem sido criados núcleos pela CHESF no interior, uma grande quantidade de trabalhadores se concentrou na própria cidade, recebendo lotes em áreas próximas. Por intermédio da CPT, promoveu-se um trabalho de organização desses trabalhadores através de representantes de quadra, e este trabalho foi direcionado para que o sindicato o assumisse. Com isso, começaram a haver divergências com o presidente do sindicato, ligado aos esquemas de poder local<sup>(16)</sup>.

(16) O presidente do sindicato, que era também o delegado de polícia do município, era integrante do mesmo grupo político liderado pelo então prefeito de Pilão Arcado (Essas informações e as dos parágrafos seguintes foram fornecidas por M.J.J. e R.C.S., trabalhadores rurais e participantes do sindicato de Pilão Arcado desde a sua fundação, e por L.E.S., que na época da relocação era assessor da CPT de Juazeiro).

Essas divergências foram aprofundando-se à medida que se apresentaram questões concretas, que exigiram um posicionamento por parte da entidade sindical enquanto órgão de representação de classe. Em 1978, por exemplo, iniciou-se um movimento neste município (que se estendeu por toda a área, mas com menos força) para que a CHESF fornecesse ajuda em dinheiro, para o desmatamento dos lotes, e arame para as cercas; a CHESF estava oferecendo menos da metade do que estava sendo reivindicado, e os trabalhadores estavam resistindo, fazendo uma campanha para que não se aceitasse a proposta da CHESF. Então o presidente do sindicato iniciou um movimento para a aceitação dessa proposta, forçando os demais a recuarem em sua resistência. Isto ocasionou uma grande revolta entre os trabalhadores que tinham iniciado o movimento de resistência.

Logo em seguida, um outro incidente, ocorrido em um conflito de terras no interior do município de Pilão Arcado, colocou novamente os trabalhadores contra o presidente do sindicato, e acabou por forçar a sua renúncia. O presidente, que era também o delegado de polícia, tinha mandado prender 4 trabalhadores envolvidos no conflito, colocando-se a favor do fazendeiro. Houve um movimento dos trabalhadores para que a FETAG intervisse no sindicato, e assumiu a presidência o então secretário, que tinha se destacado como liderança neste movimento.

Esse processo parece ter sido mais intenso em Pilão Arcado que em outros municípios, por conta de uma atuação mais sistemática da CPT e das equipes da Paróquia, e também por uma situação de enfraquecimento muito grande das oligarquias locais, que se materializava na incapacidade de manter o seu domínio sobre o sindicato.



Em Remanso, também o sindicato começava a encaminhar levantamentos e reivindicações dos trabalhadores aos órgãos públicos. No entanto, até o sindicato começar a se envolver com conflitos de terra (por volta de 1980), a sua atuação não chegou a provocar desentendimentos maiores, que levassem a um rompimento entre a entidade e os poderes locais<sup>(17)</sup>.

A atuação isolada das entidades sindicais a nível local veio adquirir uma "nova" dimensão, quando, em 1978, formalizou-se a criação do Polo Sindical de Juazeiro. Era constituído pelos sindicatos de Juazeiro, Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Campo Alegre de Lourdes, e Curaçá (Bahia), e Santa Maria da Boa Vista, Afrânio e Petrolina (Pernambuco). Deu-se início, então, na área de Sobradinho, a uma ação conjunta de assessores e advogados da FETAG e CPT, cujo principal trabalho, num primeiro momento, foi fornecer apoio para que os trabalhadores pudessem encaminhar ações na justiça contra a CHESF, por conta das indenizações. A atuação dessas equipes não se restringiu ao campo jurídico, mas foi acompanhada de ações educativas e organizativas, que promoviam uma interiorização das entidades sindicais a nível das comunidades.

O Polo se constituiu como um fórum onde vinha se analisando e debatendo a situação vivida por esses municípios, cujo objetivo era conformar um programa comum de atuação, que posteriormente deveria ser desdobrado a nível municipal, por cada sin-

(17) Em outros municípios da região a situação era diferente. Casa Nova, por exemplo, onde os grupos dominantes locais ainda mantinham-se fortes, o sindicato continuou a ser dominado por seus prepostos por muitos anos ainda, apesar das lutas que ali se desenvolveram por conta de questões de terra, e das tentativas de fomentar a criação de oposições sindicais, por parte das equipes da CPT. Em Sento Sé a situação era semelhante à de Casa Nova. Nesses locais, havia resistências ao trabalho da CPT por parte das paróquias locais, não sendo possível desenvolver um trabalho tão intenso junto as comunidades, como em Pilão Arcado.

dicato. A sua dinâmica de funcionamento incluía a realização de encontros periódicos, onde se definiam estratégias de luta<sup>(18)</sup>, a publicação de documentos comuns (manifestos, documentos reivindicatórios), e ainda a realização, a partir de 1982, de um programa de rádio semanal ("O Grito da Caatinga"), transmitido em uma emissora de Petrolina com alcance em toda a região de Sobradinho e adjacências, onde se divulgava assuntos relativos às lutas dos trabalhadores rurais. De acordo com dirigentes sindicais de Pilão Arcado e de Remanso:

"nessa época do Polo a gente não ficou mais sossegado, era reunião em tudo que é canto, nos povoados, fazendo levantamento (...) e tinha os encontros do Polo, e da Contag, e a gente ia também lá prá bandas de Itaparica, passar nossa experiência prá eles, pra contar tudo que a CHESF nos judiou" (M.J.J., ex-presidente do sindicato de Pilão Arcado).

"os programas seguidos pelo sindicato passaram a ser as plataformas tiradas no Polo; a gente acompanhava tudo o que estava acontecendo a nível regional: relocação, baixa do lago, enchentes (...) as pessoas do Polo é que passaram a agitar por aqui, do Polo e da Igreja, marcava reunião nos conflitos de terra, ia lá o advogado dizer qual era o direito do trabalhador, a gente ia junto (...) em 1978, nós conseguimos com os políticos daqui a compra de uma ambulância, e esse carro muito ajudou a nós rodar esse interior todo junto com o advogado fazendo reunião" (E.M., ex-presidente do sindicato de Remanso).

A partir de 1979 passou a ter importância como atividade do Polo a comemoração do dia do trabalhador, realizando-se em ca-

(18) Desde a sua criação até 1987 tinham ocorrido mais de 36 Encontros oficiais do Polo de Juazeiro, tivemos acesso a 15 relatórios desses encontros, a maioria dos quais relativos ao período 1981/1985.



da local, de acordo com a sua situação específica, manifestações, passeatas, etc. Em Pilão Arcado, ocorrem manifestações em 1979, e em 1980, promovidas pelo sindicato.

O programa de lutas definido nos encontros do Polo e que apareciam nesses manifestos incluía questões locais como as lutas pelas indenizações e as questões relativas à relocação, como também questões relativas à seca, e a situação de pobreza e marginalização em que se encontravam a maioria dos pequenos produtores rurais. Outros problemas mais gerais também eram enfocados: desemprego, previdência social rural, violência contra os trabalhadores. Eram propagandeadas bandeiras de luta como a Reforma Agrária, e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, e ainda, em 1984, de eleições diretas para Presidente da República.

A criação do Polo Sindical, teve, portanto, várias consequências a nível do movimento sindical regional: foi um fórum onde vinham se ampliando as pressões que se faziam para que estes sindicatos assumissem mais claramente a defesa dos trabalhadores; promoveu, a nível dos sindicatos, uma mudança nas suas organizações internas; e também promoveu, pela primeira vez, uma discussão acerca do caráter destes sindicatos e da necessidade de articularem-se com o conjunto do movimento sindical do país. Ao mesmo tempo, constituiu-se em uma caixa de ressonância onde a situação local ampliava-se a nível regional. Essa mudança de comportamento exigia, de maneira geral, um certo rompimento das lideranças sindicais com os esquemas do poder local.

### 2.3. NOVAS CONJUNTURAS E OS DESAFIOS COLOCADOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL

A criação do Polo foi, de qualquer maneira, o marco a partir do qual o movimento sindical começou a tomar um novo impulso, aparecendo os sindicatos pela primeira vez como porta-vozes dos trabalhadores e organizando efetivamente movimentos reivindicatórios. A emergência desse caráter de mediação pode ser observada em vários eventos.

Em primeiro lugar, por ocasião das enchentes. A partir de março de 1978, quando se deu a inauguração da barragem, começaram a ocorrer na região enchentes periódicas, ocasionando muitos prejuízos para os camponeses recém-relocados. Essas enchentes - cujas causas eram o controle da vazão do lago pelas administrações das usinas de Três Marias e de Sobradinho, em função das necessidades de produção de energia - em nada se assemelhavam às antigas enchentes do rio, que fertilizavam os solos onde depois se desenvolveriam as culturas de vazante. Ao invés do húmus, traziam areais que empobreciam ainda mais a terra, e, o que era pior, chegavam de surpresa para os agricultores, pois a CHESF não se preocupava em avisar quando ocorreriam. Com isso perdiam-se colheitas, construções e animais. Voltaram a acontecer em 1979, e em 1980.

Desde a primeira ocorrência, em 1978, iniciou-se um movimento por parte dos sindicatos, de cobranças à CHESF, de indenizações pelos danos sofridos. Em Pilão Arcado, auxiliados pelas equipes da Paróquia e da CPT, que naquela época atuavam em conjunto com a assessoria do Polo, os sindicalistas encaminharam levantamentos, feitos nas "comunidades", sobre os prejuízos, que ser-



viram de base para essas cobranças. Em muitos casos, foram encaminhadas ações na justiça, à semelhança das que estavam sendo levadas com relação às desapropriações por causa da barragem. Levantamentos semelhantes foram feitos pelo sindicato de Remanso<sup>(19)</sup>.

Esse procedimento repetiu-se em 1979 e em 1980. Ao mesmo tempo que eram feitos esses levantamentos, eram encaminhadas cartas e abaixo-assinados a autoridades diversas (Prefeituras, ELETROBRÁS, Presidência da República), para que fossem providenciadas, além das indenizações, outras medidas urgentes de atendimento à população, tais como abastecimento de água potável, distribuição de alimentos, etc. Em 1980 foram organizadas caravanas de trabalhadores para ir a Salvador procurar as autoridades. A CHESF acabou por aceitar o pagamento de indenizações, mas estipulando os valores de forma unilateral.

Os movimentos em função das enchentes culminaram com a realização de um "Encontro do Vale" extraordinário, em fevereiro de 1980, onde se decidiu, por sugestão da CONTAG, com o apoio da CPT e das FETAG's dos 5 estados do Vale, pressionar o Congresso Nacional para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar as causas e consequências das cheias ocorridas no rio São Francisco a partir de 1978. Essa CPI foi instalada em junho daquele ano, e significou um reconhecimento das questões que estavam sendo colocadas pelo movimento sindical. A CPI visitou a área no início de 1981, recolhendo depoimentos de técnicos do Estado, representantes da Igreja, trabalhadores, e

---

(19) Nos arquivos do sindicato de Remanso, encontramos registros de listas elaboradas neste período, com os nomes dos agricultores, o tipo de prejuízo sofrido, e o valor da indenização solicitada.

líderes sindicais, e estas visitas oficiais de certa forma fortaleceram o movimento sindical a nível regional.

Um segundo evento a ser considerado é a criação do Projeto Sobradinho/ELETROBRÁS. Surgido em 1978, foi uma resposta da ELETROBRÁS às pressões exercidas pela Igreja e sindicatos, no sentido de que fossem fornecida alguma ajuda aos trabalhadores deslocados, para que pudessem retomar o processo produtivo, e adaptar-se minimamente à nova situação. Dispunha de recursos totais no valor de 140 milhões de cruzeiros (preços de 1978), e consistia na distribuição de um certo montante em dinheiro para cada família (teoricamente, o suficiente para o desmatamento de 2 ha. de terra), de arames para cerca, e sementes (MACHADO e outros, 1987).

Influenciados pela avaliação da Diocese, que considerava-o pouco abrangente, e inócuo com relação ao conjunto de problemas que a barragem tinha trazido, houve um posicionamento, por parte do movimento sindical, de crítica a este projeto. Esse posicionamento foi reafirmado em encontros do Polo, "do Vale", e em outros fóruns públicos - como nas comemorações do primeiro de maio, em 1979, realizadas em vários municípios com encontros, manifestações e distribuição de documentos.

O posicionamento dos sindicatos e da Igreja era fruto de uma avaliação dos limites estreitos em que o Projeto se propunha a atuar, e criticava também o fato de os trabalhadores não terem sido ouvidos antes da elaboração das propostas. Em um documento conjunto elaborado pela CPT e sindicatos, apontavam-se as várias reivindicações que os trabalhadores teriam a colocar, para que o projeto realmente atendesse a seus interesses, cujos aspectos prioritários eram:



- **TERRA:** lotes para cada família; regularização fundiária; e Reforma Agrária às margens de Sobradinho;
- **INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO:** área desmatada, arame, semente, defensivos agrícolas e assistência técnica;
- **ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO SEUS INTERESSES:** estímulo à estruturação dos sindicatos nas sedes municipais, e delegacias nos povoados, para defender os interesses dos trabalhadores;
- **ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS:** saúde, educação, estradas, etc.

(MACHADO e outros, 1987:67)

Ou seja, os sindicatos começavam a aparecer publicamente colocando as reivindicações dos trabalhadores rurais, e defendendo a sua participação como organizações representativas nos fóruns em que se decidia as políticas que atingiam aos trabalhadores.

Há um terceiro evento importante na região, onde pode ser analisada a evolução dos comportamentos dessas entidades, que é quando ocorre uma intensificação dos problemas decorrentes da seca, e os sindicatos são mais uma vez forçados a se posicionar diante da situação dos trabalhadores. Pode-se perceber, pelos espaços ocupados pelos sindicatos, que estava se consolidando uma imagem de entidades aglutinadoras, ainda que sem um grande poder de mobilização.

O tema da seca vinha sendo discutido largamente pelo movimento sindical de toda a região nordeste, desde 1981, tendo se realizado encontros promovidos pela CONTAG, com a participação de

de FETAG's e da CPT, onde vinha se definindo um programa amplo de reivindicações a ser defendido pelo movimento sindical. Era a primeira vez que o movimento sindical posicionava-se firmemente questionando as causas estruturais das secas, e conseguindo romper a visão de "fatalidade" que lhe era atribuída, propondo medidas concretas a serem tomadas pelos órgãos governamentais, que respondessem aos interesses dos trabalhadores (CPT/CEPAC/IBASE, s/d). Essas posições tiveram uma maior divulgação na área, através dos "Encontros do Vale", e do Polo, e no documento lançado pelo Polo no primeiro de maio de 1982, preconizava-se que os sindicatos mobilizassem os trabalhadores para enfrentarem esta questão, pressionando as autoridades de todas as formas possíveis.

Durante o ano de 1982, foram promovidas reuniões por esses sindicatos, e enviados documentos às autoridades, solicitando medidas urgentes para o atendimento da população: instalação de frentes de serviço, abastecimento de água, construção de açudes. No final do ano, foi enviado um documento conjunto ao governo do estado, assinado pelos sindicatos do Polo, ameaçando com a possibilidade de ocorrências de distúrbios nos municípios (saques, invasões) no caso de não serem tomadas medidas imediatas. Em Campo Alegre de Lourdes (município vizinho a Remanso e Pilão Arcado, situado na divisa com o Piauí), essas ameaças se concretizaram, ocorrendo a invasão de depósitos de alimentos públicos e particulares, após uma manifestação chamada pelo sindicato. Em Remanso e Pilão Arcado já estavam programadas manifestações semelhantes, mas a repressão policial impediu que se realizassem:

"a nossa reunião tava marcada pra depois da de Campo Alegre. Mas aí, com aquele movimento que houve, encheu de federal por aqui (...) eu mesmo fui intimado por um "careta" que disse



que era gente de Antonio Carlos Magalhães, junto com o delegado, dizendo que se acontecesse qualquer coisa eu era o mandante (...) naquele dia, a entrada da cidade ficou cheia de polícia, revistando o pessoal, não entrava nem uma faca" (E.M., ex-presidente do sindicato de Remanso).

Como resposta a essas movimentações foram instaladas frentes de serviço em toda a região, a partir do mês seguinte (janeiro de 1983), administradas pela CODEVASF.

Os sindicatos continuaram a se manifestar com relação aos problemas verificados nas frentes: há registros no sindicato de Remanso, por exemplo, de correspondências enviadas à CODEVASF, denunciando irregularidades cometidas por "apontadores", favorecimentos políticos, fraudes no alistamento, atrasos no recebimento de salário, etc., exigindo que fossem tomadas providências com relação a estas questões. Apesar dessas tentativas não terem tido êxito, devido às fortes articulações existentes entre as administrações das frentes e os grupos políticos locais, houve uma preocupação de acompanhamento, por parte do sindicato, no sentido de se colocar em defesa dos trabalhadores. Esse papel era reconhecido pelos trabalhadores, que vinham ao sindicato trazer as reclamações:

"desse tempo o povo vinha (...), mesmo que escondido, porque tinha medo, mas achavam que se alguém podia fazer alguma coisa era só pelo sindicato" (E.M., ex-presidente do sindicato de Remanso).

Em 1984, às questões trazidas pela seca vieram somar-se os problemas específicos ligados ao controle da vazão do lago, pois em função da falta de chuvas na região das cabeceiras do rio

São Francisco, em Minas Gerais, o volume de água que chegou ao lago foi bem menor. Os prejuízos para os trabalhadores foram muitos.

O problema mais grave era o fato de que, em períodos normais, para aqueles cujas terras localizavam-se à borda do lago, a própria água funcionava como cerca; quando o lago recuou, os roçados ficaram com um lado descoberto, e com isso era facilitada a entrada de animais, que destruíram as plantações. A afluência de animais era grande, em função da própria seca vivida na região, que fazia com que a borda do lago fosse utilizada pelos fazendeiros como refúgio para o gado.

Havia também outros problemas: em alguns lugares, a água recuou muitos quilômetros, e os povoados ficaram sem acesso à água potável; houve conflitos com fazendeiros que quiseram cortar o acesso ao lago, não permitindo que se passasse por dentro de suas propriedades; e problemas mais graves, de conflitos pela utilização da vazante que se formara, que na visão dos pequenos produtores deveria ser utilizada com roçados, enquanto que para os fazendeiros, a prioridade era para o gado.

Os conflitos de terra eram agravados pela inexistência de uma regulamentação específica, por parte da CHESF, sobre a utilização da vazante do lago. Quando foram feitas as desapropriações, coube à CHESF o controle de todas as terras situadas até a cota 392,5, que era a cota de segurança (de enchimento máximo) do lago. Porém, com a ocorrência de vazantes, as terras situadas abaixo desta cota, e que ficavam descobertas, passaram a ser muito procuradas pelos produtores, para aproveitamento com cultivos agrícolas.



Em Remanso, por exemplo, desde 1978, quando tinha ocorrido a primeira vazante, a CHESF tinha dado uma orientação de que estas terras poderiam ser utilizadas livremente, por ocupação, mas que não seriam reconhecidos os danos causados a essas plantações em casos de subida repentina do nível do lago<sup>(20)</sup>. Porém, em 1984, com o agravamento dos problemas decorrentes da seca, houve uma maior procura dessas terras por parte tanto dos trabalhadores, como dos fazendeiros, e, pressionada pela Câmara de Vereadores e pelo Prefeito de Remanso, a CHESF acabou recuando da sua posição inicial. Decidiu que as terras da vazante "pertenceriam" àqueles cujos lotes dessem a testada para a água - o que significava, na realidade, um ganho de causa para os fazendeiros, que dominavam amplamente a borda do lago. Neste período, por conta da confusão havida, intensificaram-se os casos de grilagens que já vinham acontecendo desde o período das desapropriações. Os pequenos produtores continuavam sem os títulos das terras legalizados, dispondo apenas de documentos provisórios distribuídos pela CHESF.

Essa situação fazia com que existissem também muitos conflitos entre os próprios trabalhadores, por questões de limites de lotes. Os sindicatos funcionavam como árbitros nestas disputas, promovendo acordos entre os envolvidos. Nos casos de conflitos mais graves, e envolvendo também grandes proprietários, era fornecida assistência jurídica aos trabalhadores, e também, um certo acompanhamento político, por parte do sindicato, no sentido de auxiliar os camponeses na resistência à terra.

Em Pilão Arcado, houve ações do sindicato também no sentido de encaminhamento das reivindicações das comunidades situadas

---

(20) Sobre esse episódio, ver SIGAUD e outros (1987).

à borda do lago, tendo sido realizados levantamentos sobre os prejuízos sofridos com a vazante, e enviados documentos às autoridades solicitando medidas urgentes. Foi também enviada uma caravana de trabalhadores a Salvador para exigir o atendimento ao município. O sindicato atuava ainda muito influenciado pelas equipes da Igreja que mantinham-se na região (paróquia e CPT).

Pode-se perceber, então, através desses eventos - enchentes, surgimento do Projeto Sobradinho, agravamento da seca e da vazante do lago, que houve uma ampliação do espaço ocupado por estes sindicatos, e uma mudança no caráter de suas ações. Se no momento de sua fundação apareciam simplesmente como entidades assistenciais, agora já esboçavam ações de defesa do interesse dos trabalhadores, seja no campo jurídico, ou através da divulgação e encaminhamento de suas reivindicações. Essas transformações refletiam mudanças nas bases materiais de reprodução dos trabalhadores, desde a construção da barragem, que traziam para o sindicato todo um conjunto novo de questões a serem resolvidas; mas também era o resultado de todo um trabalho organizativo desenvolvido pelas equipes de assessoria ligadas à CPT e à Diocese, e de uma integração destas entidades em um campo mais amplo de discussões, fomentado pelos encontros sindicais dentro e fora da própria região, e dos contatos com outras problemáticas.

É importante observar, no entanto, que essas mudanças não se deram de forma semelhante em todos os municípios. Apesar do papel aglutinador desempenhado pelo Polo, que tendia a conformar um programa comum de atuação para todas essas entidades, as especificidades dos problemas enfrentados em cada local, e as experiências de organizações anteriores, aliadas a um determinado tipo de atuação dos setores dominantes, é que determinaram que houvesse ou



não, por parte dessas entidades, um rompimento com os esquemas tradicionais de atuação.

Assim, nos próprios encontros do "Vale" e do Polo, realizados entre 1982 e 1984, eram feitas avaliações de que os sindicatos de Sento Sé e Casa Nova continuavam atrelados aos políticos locais, e que os sindicatos de Remanso e Pilão, ainda que sem dispor de muitos recursos, conseguiam desenvolver algumas ações. Os representantes do sindicato de Pilão Arcado presentes no 8º Encontro do Vale afirmavam que o sindicato não tinha recursos para poder atender as comunidades mais longínquas; em Remanso, queixavam-se de que o sindicato só atuava nos momentos de conflito, faltando uma ação mais preventiva (Relatórios CONTAG, 1982). Em encontro do Polo realizado em Pilão Arcado em maio de 1984, ainda era colocado por esses dois sindicatos que a falta de verbas impedia que pudessem contratar assessorias específicas (como educadores, ou advogados) para auxiliar nos trabalhos organizativos. Colocava-se que isso tinha como consequência uma participação reduzida dos trabalhadores na vida das entidades, já que os sindicatos não contavam com meios financeiros suficientes para poder desenvolver um trabalho mais sistemático de acompanhamento dos problemas existentes.

Foi neste contexto que veio se colocar um novo desafio para essas entidades, que dizia respeito à sua capacidade de conseguir manter o caráter de representação de classe que recém estavam começando a adquirir: o surgimento, em toda a região, de associações de produtores, estimulados pela ação de técnicos do Estado ligados a um novo programa de atendimento aos pequenos produtores - o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Lago de Sobradinho (Projeto Sobradinho), executado pela Car. Como os

sindicatos se colocaram diante desta nova proposta do Estado, é o que apresentaremos a seguir.

#### 2.4. ENFRENTANDO UMA NOVA PROPOSTA DO ESTADO: OS SINDICATOS E AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES

A atuação do Projeto Sobradinho na área veio interferir, no processo de organização dos trabalhadores em torno dos sindicatos, uma vez que propunha o desenvolvimento de experiências de aglutinação em torno de questões produtivas por intermédio de um outro tipo de entidades - as Associações. Até então, essas experiências vinham sendo desenvolvidas nas comunidades como uma forma de resistência à situação em que se encontravam após a relocação, para poderem ser atendidos pelos órgãos do Estado, ou por intermédio das equipes da Igreja, de uma forma que, se não fortaleciam diretamente os sindicatos, pelo menos não os hostilizavam. Com o surgimento das associações, os sindicatos sentiram-se ameaçados por uma possível concorrência dessas entidades, em um campo de representação dos trabalhadores.

O Projeto Sobradinho tinha sido criado em 1981, e era uma retomada de algumas propostas apresentadas pelo Estado anteriormente no projeto elaborado pela ELETROBRÁS, com o objetivo de integrar setores da pequena produção às diretrizes de desenvolvimento planejadas para aquela região. Inicialmente era responsabilidade da CHESF, que transferiu a sua execução, através de convênio, para a EMATER-BA (antiga ANCARBA). Tinha suas ações voltadas para o apoio às atividades pesqueiras, e fomentava a criação de Colônias de Pescadores (MACHADO e outros, 1987:84). Passou à res-



ponsabilidade da CAR em 1982, e suas atividades foram ampliadas para as áreas de produção agrícola e pecuária, e de implantação de obras de infra-estrutura social. Foi então que passou a incentivar a formação de Associações de produtores.

A metodologia de trabalho seguida pelo Projeto, procurava levar em conta a especificidade da região, em termos de desestruturação social e da resistência, por parte dos trabalhadores, às propostas do Estado. Por isso, tentava uma integração destes às programações do Projeto, em termos de decisão sobre as ações a serem desenvolvidas, e da própria execução dessas ações, que se concretizavam no estímulo à organização desses "beneficiários" em Associações formalizadas legalmente.

Essas Associações começaram a ser formadas em 1982, em toda a borda do lago, e receberam recursos para o desenvolvimento de projetos agrícolas comunitários (irrigados e de sequeiro, de apoio à caprinocultura, etc.), e também de pesca, e para implantação de equipamentos públicos, como sistemas de abastecimento de água, prédios escolares, postos de saúde, e casas de farinha comunitárias. Até 1985 já tinham sido formadas 26 Associações, sendo 12 em Sento Sé, 7 em Juazeiro (na área de Sobradinho), e 5 em Remanso, e 2 em Xique-Xique, recebendo recursos totais de 14,9 bilhões de cruzeiros, em valores atualizados para julho de 1985 (MACHADO e outros, 1987:114).

Em Remanso, o Projeto tinha começado a atuar efetivamente em 1983, com a instalação de um escritório técnico da CAR, e um Terminal Pesqueiro (frigorífico e fábrica de gelo). A ação dos técnicos nas comunidades era feita em conjunto com uma equipe da EMATERBA, que já trabalhava na área desde 1981. Com a legalização de mais uma Associação em 1986, passaram para 6 as comunida-

des atingidas pelo Projeto no município: Malhadinha, Iguarapé, Marcos, Cacimba do Meio/Lagoa Grande, Pajeú e Aroeira, todas situadas na borda do lago, formadas por pequenos agricultores e pescadores relocados.

A maioria dessas comunidades já tinha desenvolvido experiências de projetos comunitários em um período recente. Em Malhadinha, por exemplo, a partir das lutas desenvolvidas contra a CHESF (por meio de abaixo-assinados, reuniões, etc.), para que dotasse o povoado de equipamentos sociais, tinham sido obtidos materiais para a construção de uma casa de farinha. Posteriormente, tinham conseguido com a Diocese os motores necessários para seu funcionamento. Da mesma forma, em Iguarapé, já tinha havido lutas para que a CHESF providenciasse a construção de um prédio escolar.

Obtiveram com a CAR recursos para a construção de 3 casas de farinha, 1 prédio escolar e 3 postos de saúde. A programação com a CAR incluía também outras ações, como projetos agrícolas e de pesca, treinamentos de agentes de saúde, reconstrução de estradas. A implementação dessas ações implicava em reforçar uma vida interna dessas organizações, de forma a administrarem os recursos, contratarem pessoal, providenciarem compras, etc. Em algumas associações, isso se deu de forma centralizada pelas diretorias; em outras, porém, constituíam-se fóruns mais amplos de decisão (como assembléias), que garantiam uma legitimação da Associação diante de seus associados<sup>(21)</sup>.

Assim, a atuação do Projeto Sobradinho, acenando com a

(21) Sobre uma análise de funcionamento das Associações na borda do lago, ver MACHADO e outros (1987), especialmente capítulo 4 ("A Associação como canal de participação").



possibilidade de obtenção de recursos para ações que eram do interesse dessas comunidades, acabava encontrando alguma receptividade, apesar das desconfianças nutridas pelos trabalhadores, por conta de ser uma proposta do Estado.

Quando da grande vazante de 1984, o Projeto atuou também através de um plano de emergência (PAI - Plano de Ação Imediata), distribuindo insumos, equipamentos, e implantando medidas de saneamento básico diretamente nas comunidades.

Desde que surgira na região, o Projeto era motivo de preocupação por parte dos sindicatos, tendo sido discutido em encontros do Polo a partir de 1983. Predominava uma visão de que as Associações eram uma estratégia do Estado para enfraquecer o movimento sindical, que começava a se impor como porta-voz dos trabalhadores.

O Projeto chegou em Remanso, por exemplo, em um contexto de pouca implantação do sindicato junto às bases. Depoimentos dos sindicalistas, indicam que, naquela época, as poucas delegacias sindicais existentes, praticamente não funcionavam; as reuniões do sindicato eram esvaziadas; a maioria dos associados não contribuía com o pagamento de mensalidades; e o sindicato tinha poucos "serviços" a oferecer (médico, dentista, advogado). O acompanhamento que era dado às lutas que surgiam era muito precário, sem que houvesse condições financeiras e de pessoal para um planejamento da ampliação das atividades sindicais (campanhas de sindicalização, de formação de delegacias, etc.)<sup>(22)</sup>.

(22) Estas informações foram obtidas através das entrevistas realizadas em maio de 1985 pela equipe CAR/CEDAP/CENTRU, com participantes e dirigentes do sindicato de Remanso.

Desta forma, é compreensível que as Associações significassem uma ameaça concreta a essa incipiente organização. Os sindicalistas se queixavam de que estavam perdendo quadros para as Associações, uma vez que a situação de renda dos produtores não permitia que pagassem várias mensalidades para órgãos diferentes. Como as Associações pareciam mais eficientes na captação de recursos, tendiam a ter a preferência dos trabalhadores:

"(...) porque o sujeito já vai passar à procura de uma finalidade, já vai direito, não precisa mais passar no sindicato, porque já é outra sociedade (...) porque se eles fazem uma Associação, já não iriam pagar a mensalidade do sindicato, eles teriam uma outra coisa pra pagar (...) então enfraquece, realmente, a luta". (E.R., ex-secretário do sindicato de Remanso).

"mesmo aqui tem certas Associações que o presidente era antes o delegado sindical, mas depois que entrou pra Associação, não veio mais nem na reunião do sindicato, é como se ele tivesse largado o serviço (...) tem outras que não, o pessoal colabora, mas não é mais com aquela força (...) tem um caso aqui de uma Associação que botou lá um posto de saúde, aí a gente mandou o médico do sindicato pra fazer consulta, eles não quiseram abrir a sede do posto pra ele atender, então eles tiveram que consultar debaixo das árvores, então ou pergunto, essa Associação tá dando força pro sindicato? não tá." (Entrevista com diversos participantes do sindicato de Remanso, não identificados).

Em Pilão Arcado, o contexto era um pouco diferente, pois apesar de o sindicato não dispor de melhores condições financeiras que o de Remanso, havia uma tradição de organização, através de representantes de base, que era mais forte, e cujo referencial, desde o início (por conta da linha adotada pelas assessorias da



Igreja católica local) era o próprio sindicato. Havia reuniões periódicas entre os representantes das comunidades, a diretoria, e os delegados sindicais, na própria sede do sindicato. Muitas delegacias tinham sido fundadas em regiões onde se desenvolviam projetos produtivos através da Paróquia<sup>(23)</sup>, o que demonstrava bem o grau de convergência que havia entre esses trabalhos.

Em Pilão Arcado, até 1984, não havia ainda nenhum trabalho sistemático do Projeto. Sua introdução no município se deu em função do PAI, e desde logo esbarrou em uma resistência dos trabalhadores - cujo eixo de aglutinação era o sindicato - à formação de Associações.

Por isso, quando o Projeto chegou à Pilão Arcado, para implantação do PAI, encontrou uma situação diferente das existentes nos demais municípios. Iniciou o trabalho diretamente nas comunidades, mas sofreu pressões por parte do sindicato, para que a programação de atendimento ao município passasse anteriormente por uma discussão em conjunto com a entidade.

Dessa discussão, surgiram propostas de que se ampliassem o número de comunidades a serem atendidas, e de que o sindicato fiscalizasse a distribuição do material (equipamentos, insumos) que seria enviado. Essas propostas foram aceitas pela CAR, e o sindicato passou a participar da implantação do PAI fazendo a pro

(23) Podemos citar como exemplo as comunidades de Feijão, Nova Holanda, Lagoa do Padre, Baixão do Anselmo, Olho d'água, Caldeirão do Zé Ferreira e Umburana (todas na caatinga), onde, desde 1979, desenvolviam-se projetos de casas de farinha comunitárias, postos de saúde, roças comunitárias, e outros, promovidos pela Paróquia. Em todas essas comunidades foram criadas delegacias sindicais no período 1980/1984. A Paróquia mantinha também outros projetos (de pesca, e de construção de casas de farinha) em comunidades à borda do lago (Boletim Caminhar Juntos, dezembro/1986).

gramação de onde seriam entregues os materiais, e participando de sua distribuição. Devido à situação de seca, muitos equipamentos e sementes foram enviados para o interior da caatinga, contrariando a programação inicial da CAR, que previa apenas o atendimento das comunidades situadas à borda do lago.

O sindicato forçou, assim, o seu reconhecimento como a única entidade que poderia responder pelas demandas dos trabalhadores no município, e se colocou na discussão de modo a fechar o espaço para a possibilidade de formação de Associações. De qualquer forma, as ações do Projeto interessavam aos trabalhadores, e, a partir de então, começou a ser discutida a idéia de que o Projeto passasse a atuar no município tendo como interlocutor o sindicato, e não Associações.

Seguiu-se todo um processo de discussão entre os Sindicatistas e a CAR sobre a possibilidade de que o sindicato recebesse verbas do Projeto. Por parte da CAR, isto não era contraditório com relação à sua atuação anterior, pois o importante é que fossem entidades legalizadas, capazes de responder pelo recebimento das verbas, e com estrutura para executar o que estivesse planejado. O fato de ser um sindicato e não uma associação, de certa forma era vantajoso, pois evitava processos mais demorados de formalização de várias entidades, podia atender a um número maior de comunidades, e era um órgão que já contava com uma certa legitimidade junto aos trabalhadores.

A situação dentro do próprio sindicato de Pilão Arcado é que era mais difícil, pois existiam posições divergentes quanto à participação da entidade, como executora, de um projeto governamental. Havia uma proposta de que fosse realizado um levantamento,



por parte do sindicato, com ajuda técnica e financeira da CAR, com os produtores da borda do lago, que servisse de base para um plano de atendimento a essas comunidades, a ser executado pelo sindicato. Mas esta proposta não era aceita por todos os sindicalistas:

"A gente achava por direito que o sindicato devia trabalhar só, mas como a gente não tinha condições, então também precisava dos técnicos andar com a gente (...) muita gente não queria, temendo a traição da CHESF" (M. J.J., ex-presidente do sindicato de Pilão Arcado).

Colocavam-se contra essa proposta, principalmente os grupos que estavam ligados aos trabalhos comunitários da Igreja, que receavam que o sindicato se transformasse em uma entidade atrelada aos planos das empresas estatais, vinculando toda a dinâmica do movimento a esse relacionamento. Porém, as pressões dos representantes das comunidades foram mais fortes, e, em uma assembléia chamada para discutir esta questão, realizada na sede do sindicato em novembro de 1984, venceu a posição de aceitar a participação.

A pesquisa foi então realizada, no início de 1985, por sindicalistas, técnicos da CAR e representantes das comunidades, atingindo 1236 famílias de pequenos produtores, situadas na borda do lago (a maioria) e na caatinga. Esta pesquisa deu origem ao **PLANO COMUNITÁRIO DE PILÃO ARCADE**, publicado em agosto de 1985 por essas duas instituições. Este plano continha um quadro dos principais problemas identificados pelos pequenos produtores daquelas localidades, nas áreas de produção agrícola e pesqueira, comercialização e infra-estrutura, saúde, e educação, e serviu de base para que, posteriormente, fosse realizado um grande convênio da

CAR com o sindicato, com recursos do BNDES, para a execução de uma série de ações referentes a esses problemas.

O I Plano partia de uma visão da precariedade da situação de vida e trabalho em que encontravam-se os pequenos produtores do município, e relacionava essa situação com a desestruturação social ocorrida por conta da construção da barragem, e da omissão, por parte do Estado, com relação a propostas de recuperação da pequena produção. Apontava para fatores como a pequena disponibilidade de terra, falta de créditos e assistência técnica, como limitações para o incremento às atividades produtivas e à renda desses pequenos produtores, assim como outros problemas de ordem mais geral: falta de estradas, meios de comercialização, dificuldade de acesso ao interior do município (muitas comunidades só eram acessíveis através do lago), problemas de falta de água e condições sanitárias mínimas, falta de escolas e professores.

As propostas de atendimento às demandas das comunidades, expressas no I Plano, partiam de um pressuposto de que poderiam ser implementadas melhorias localizadas nas 39 comunidades previstas para serem atendidas inicialmente, que incrementariam a produção agropecuária e pesqueira e fortaleceriam a sua organização comunitária. Essas propostas incluíam:

- melhorar a produção de farinha, mediante a construção de casas de farinha comunitárias;
- aquisição de áreas para implantação de projetos-piloto de irrigação comunitárias;
- melhorar o abastecimento de água nas comunidades, para uso humano e animal;



- construir postos de saúde, sanitários e escolas públicas;
- melhorar as vias de acesso terrestre e fluvial (abertura e melhoramento de estrada, limpeza de canais);
- aquisição de embarcações para transporte de passageiros, de produção agrícola e para a pesca;
- construir um fundo comunitário para crédito de custeio, sementes e fomento de aração;
- incentivar o incremento à produção e produtividade, mediante treinamentos e difusão de tecnologias, através de assistência técnica adequada.

(CAR/STF-Pilão Arcado, 1985:56)

Ainda em 1985, foi assinado um primeiro convênio entre a CAR e o sindicato, para o financiamento de reformas na sede do sindicato. Posteriormente, outros convênios vieram a ser assinados<sup>(24)</sup>.

Estimulados pelos trabalhos que vinham se desenvolvendo em Pilão Arcado, e como uma forma de se fortalecer diante das Associações, sindicalistas de Remanso acabaram por procurar o Projeto, para propor a realização de programações semelhantes. O primeiro convênio assinado foi referente à implantação de uma horta comunitária, em um terreno pertencente ao sindicato; a seguir, foram propostos outros projetos, visando o desenvolvimento de levantamentos semelhantes ao realizado em Pilão Arcado<sup>(25)</sup>.

---

(24) Esses projetos serão descritos no próximo capítulo, no item 3.1.

(25) Idem nota 24.

As entidades sindicais reagiram, assim, de forma diferenciada à implantação dessas propostas do Estado, de acordo com suas trajetórias também diferenciadas. Isto veio a ter influência na forma como os projetos vieram interferir nas suas dinâmicas internas, e no papel desempenhado por esses sindicatos diante da sociedade local. Apresentaremos a seguir como se deu esse processo, e as consequências que trouxe para a dinâmica do movimento sindical nesses municípios.



## CAPÍTULO 3

**A REALIZAÇÃO DOS PROJETOS PELOS  
SINDICATOS E OS SEUS EFEITOS  
SOBRE AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS**

---

**3.1. OS CONTEÚDOS DOS PROJETOS EXECUTADOS E AS MUDANÇAS NA  
VIDA INTERNA DAS ENTIDADES**

Os convênios firmados entre a CAR e os sindicatos de Remanso e Pilão Arcado foram de três tipos:

- a) de apoio a infra-estrutura sindical, englobando construção e reforma de sedes, aquisição de veículos, financiamento da "máquina" sindical (contratação de funcionários, aquisição de material de consumo);
- b) de apoio a ações de organização sindical, tais como realização de encontros, treinamentos, seminários, etc.;
- c) voltados para questões produtivas, implicando ações diretamente nas comunidades, tais como projetos de comercialização, de irrigação, construção de casas de farinha, projetos de pesca, etc.<sup>(1)</sup>.

Embora os recursos para sua realização fossem provenientes de diferentes fontes (BNDES, FINSOCIAL, PROTERRA, BID/SUBIN, etc.), sua sistemática de implantação seguia a metodologia usada

---

(1) Ver a íntegra dos convênios na Tabela 1, no final deste ítem.

desde o início pelo Projeto Sobradinho, que consistia em repassar os recursos diretamente para as entidades, que se responsabilizavam pela sua execução e administração, cabendo à CAR o assessoramento técnico e o controle das prestações de contas. Essa metodologia tinha sido mantida quando da integração do Projeto Sobradinho ao Projeto Nordeste, em 1985.

Além dos projetos realizados mediante convênios, houve ainda, no decorrer desse período, a participação dos sindicatos na execução de outras programações de empresas ou instituições vinculadas ao Projeto Nordeste, como a CERB, por exemplo (Cia. de Engenharia Rural da Bahia), encarregada do segmento de recursos hídricos do PAPP. Em Pilão Arcado, foram desenvolvidas programações com a UFBA, que por intermédio da CAR (dentro da programação do I Plano) foi encarregada de elaborar um programa de saúde para o município.

#### **EM PILÃO ARCADE**

Em Pilão Arcado, como já foi colocado no item anterior, o primeiro convênio foi assinado em 1985 (em junho), para a realização de reformas na sede do sindicato. As obras incluíam a construção de um amplo salão de reuniões, e a recuperação de salas, sanitários e cozinha do prédio original. Com isso, o sindicato passava a contar com um espaço maior e mais organizado para o desenvolvimento de suas tarefas, com salas específicas para a diretoria, contabilidade, e um quarto de hóspedes.

Em novembro de 1985, foi assinado um novo convênio, com vistas ao desenvolvimento de um projeto de organização sindical e comunitária, chamado "Ações Preliminares Para a Implantação do I



Plano Comunitário de Pilão Arcado", cujas verbas chegaram ao sindicato no mês seguinte. Incluía a aquisição de alguns materiais para o equipamento da sede (máquinas de datilografia e calculadora, materiais de escritório), a compra de 3 canoas para serem usadas nas atividades organizativas do sindicato, e fornecimento de ajudas de custo para uma equipe de 9 sindicalistas percorrerem o interior do município durante dois meses. O objetivo (como dizia o nome) era preparar as comunidades para a execução das ações previstas no I Plano, cujos recursos estavam sendo esperados para março do ano seguinte (CAR, Relatório, março/86).

Essa equipe - chamada Comissão de Apoio à Organização (CAO) - era formada basicamente por trabalhadores que tinham participado da execução do levantamento que dera origem ao Plano, escolhidos em reunião no sindicato. Sua primeira atribuição era promover, nas 39 comunidades que tinham sido objeto do levantamento, uma discussão sobre as ações consideradas prioritárias para serem atendidas, entre aquelas listadas no I Plano, e formalizar em reunião a constituição de uma Comissão de Base, composta por 5 membros, que seria o ponto de contato entre a comunidade e o sindicato. Esse processo se estendeu por todo o primeiro semestre de 1986.

Durante este período, houve uma intensificação das discussões sobre a conveniência de se executar os projetos por intermédio do sindicato. As assessorias ligadas à Paróquia e à CPT continuavam colocando suas preocupações acerca dos riscos que o sindicato estaria correndo: de que essa participação significasse um amortecimento das lutas levadas pelos trabalhadores, e que o excesso de tarefas trazidas pelos projetos atrapalhasse a incipiente organização do sindicato. O mesmo era colocado por asses-

sores da FETAG e do Polo.

"a gente achava que era perigoso (...) o governo nessa época tava perdendo terreno (...) então ele fez esse projeto, botou na mão da gente, que era prá dizer um "cala-boca", pegar as lideranças e fazer o pessoal ficar quieto, o povo não cobrar mais os direitos que era seu. Por isso a gente discutia muito, achava que tinha que ser uma decisão consciente" (E.V.S., trabalhador rural e agente pastoral, com atuação no sindicato de Pilão Arcado desde a sua fundação).

"o medo maior que a gente tinha, era que depois de muita carga de serviço a diretoria não ter mais tempo pra fazer o trabalho de organização sindical de jeito nenhum, só administrar projeto" (M.J.C., trabalhador rural e agente pastoral em Pilão Arcado, com atuação no município desde 1980).

Discutia-se, a nível sindical, sobre as possibilidades de criar-se uma outra instância, sob controle dos trabalhadores, que pudesse receber os recursos, sem que o sindicato tivesse que comprometer-se formalmente com as tarefas de prestação de contas, administração de obras, etc. Porém, as alternativas viáveis do ponto de vista jurídico (criação de uma outra entidade civil, como as associações, ou uma cooperativa) não atendiam aos critérios que se colocavam de garantir que o seu controle ficasse nas mãos do sindicato. A proposta da gerência estadual do Projeto Sobradinho (CAR), de criação de uma "Central de Serviços" - uma espécie de empresa, com estrutura própria para execução dos projetos, com técnicos, assessoria contábil e administrativa, etc. - também não dava garantias de que os recursos seriam utilizados de acordo com os critérios discutidos nas instâncias organizativas do sindicato.

Desta forma, acabou por ser definido que a única opção pa



ra a assinatura dos convênios definitivos seria mesmo a entidade sindical. Nesse processo de discussão, algumas lideranças, mais ligadas às assessorias da Paróquia e da CPT, optaram por recuar em suas propostas iniciais, aceitando a realização dos projetos pelos sindicatos, e integrando-se às suas instâncias de coordenação e execução. Contribuiu para esta decisão a existência de pressões junto à CAR e à SEPLANTEC (secretaria à qual a CAR esteve vinculada até 1987), por parte dos grupos que ocupavam a Prefeitura, e não com o sindicato. Essas pressões assustaram os trabalhadores, pois colocava-se a possibilidade de os recursos serem desviados por essas outras instituições, e utilizados para outros fins, que não fossem de interesse dos trabalhadores:

"a gente foi chegando à conclusão de que não tinha jeito, de uma maneira ou de outra os projetos iam aparecer na nossa região, e a gente pensava antes que se a gente não aceitasse os projetos, podia ser até mudado tudo. De repente, a gente descobriu que não, que esses projetos iam chegar, fosse pela Prefeitura, fosse por um órgão que às vezes não tem nada a ver com a causa do trabalhador, e aí a gente viu que (...) era mesmo obrigado a conviver com eles" (D.B., trabalhador rural e agente pastoral, presidente do sindicato de Pilão Arcado a partir de 1986).

Para os grandes fazendeiros, articulados em torno da Prefeitura, não interessava que o sindicato se fortalecesse a nível local, com a realização de obras como construção de escolas, ou implantação de sistemas de saúde, que serviriam para desgastar a imagem do poder municipal. Desde as primeiras reuniões realizadas em Pilão Arcado, entre a CAR e o sindicato, para a distribuição de material do PAI, já tinha havido reclamações por parte da Prefeitura, de que estas ações não eram da competência do sindica

to. Posteriormente, a ofensiva foi maior, no sentido de desviar os recursos do I Plano para a Prefeitura. Para isso foram feitas viagens a Salvador pelo Prefeito e ex-prefeito de Pilão Arcado, no final de 1985 e início de 1986, acompanhados de um deputado estadual da região, para pressionar o governo do Estado, a SEPLANTEC e a CAR, para que não assinassem os convênios com o sindicato.

Apesar dessas pressões, os convênios acabaram sendo assinados em junho de 1986, com recursos do BNDES, correspondentes a cerca de 15% do orçamento global previsto para a execução do Plano. A ordem de transferência dos recursos do BNDES para a CAR tinha se dado formalmente em março de 1986, quando da visita do Presidente da República, José Sarney, às obras do Projeto Tatauí, em Sobradinho (um grande projeto de irrigação comunitária desenvolvido pela CAR). A assinatura desse e de outros contratos pelo próprio Presidente da República significou um reforço temporário ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pela CAR na região, ameaçado pelas pressões das oligarquias locais. Essas pressões voltaram a ocorrer ainda naquele ano.

Desde o final de 1985, em Pilão Arcado, tinha havido uma multiplicação de reuniões ligadas à questões do Plano: nas comunidades, com a CAO; dentro do sindicato, entre a diretoria e a CAO, com técnicos da CAR, etc. Quando das negociações entre a CAR e o BNDES para o financiamento do I Plano, coube aos técnicos da CAR, com base nas discussões feitas com os sindicalistas, a elaboração dos projetos executivos que seriam apresentados.

A primeira parcela do financiamento do BNDES chegou em julho daquele ano, no valor de Cz\$ 800.000,00, correspondendo a



30% do que fora conveniado. Houve certas exigências, por parte do Banco, de que os recursos fossem utilizados preferencialmente para projetos produtivos, e as verbas acabaram sendo destinadas à construção de 4 casas de farinha (eram previstas 14 no I Plano), à aquisição de 8 embarcações, à construção de um armazém para guarda dos produtos agrícolas, e algumas ações de organização sindical. Os objetivos desse programa eram integrados: com a instalação de casas de farinha mais amplas e mais modernas, buscava-se aumentar a quantidade e a qualidade de farinha produzida nessas localidades, visando a obtenção de melhores preços para este produto. As canoas e o armazém seriam utilizados para uma programação de melhor escoamento e comercialização da produção, com vistas a diminuir a dependência dos produtores aos intermediários (sendo que as canoas serviriam também para transporte de passageiros); e as verbas para organização sindical visavam criar condições para estruturar todo esse sistema.

A partir da chegada dos recursos deu-se início às compras de material, contratação de pessoal, etc. Quem se encarregou basicamente destas tarefas foi a CAO, auxiliada pela diretoria do sindicato, e com a assessoria de técnicos da CAR. As construções foram iniciadas nas comunidades, com a participação das Comissões de Base.

Com isso, intensificaram-se as atividades na própria sede do sindicato: a todo momento eram realizadas reuniões para discutir aspectos da execução do Plano, problemas de compras, construções, funcionamento das comissões, etc. A presença dos técnicos da CAR era constante, não só nas reuniões na sede, como também acompanhando as discussões no interior do município.

Com esses recursos, durante o ano de 1986, iniciou-se a construção das 4 casas de farinha previstas, e do armazém, e foram entregues as 8 canoas para o atendimento de 4 rotas fixas de viagens semanais, significando um total de 32 localidades atingidas.

Também a visibilidade do sindicato junto aos trabalhadores se fortaleceu durante esse período: só no ano de 1986, foram publicados 2 boletins sindicais. No primeiro, publicado antes da chegada dos recursos, era feito um histórico de como tinha surgido o I Plano, e eram conclamados os trabalhadores para lutarem junto com o sindicato para que os recursos não fosse parar nas mãos dos "políticos" locais. No segundo, publicado quando o Plano já estava em execução, era feita uma prestação de contas de como estavam sendo utilizados os recursos existentes, com vistas a rebaatar os boatos de que o sindicato estaria recebendo um volume de verbas muito maior do que o realmente recebido. Estes boatos estavam tendo como consequência um aumento dos salários exigidos pelos trabalhadores para participar das obras, e se essa exigência fosse mantida, ficaria inviabilizada a programação e os orçamentos originais. Muitas comunidades estavam insatisfeitas porque não tinham sido incluídas na primeira etapa, e eram dadas explicações sobre os limites das verbas recebidas e a necessidade de realizar-se uma seleção para o atendimento.

Ainda naquele ano (1986) voltaram a existir pressões por parte dos representantes políticos dos fazendeiros da região (prefeitos, deputados), para que as equipes da CAR integrantes do Projeto Sobradinho fossem afastadas de seus cargos e a dinâmica de atuação do Projeto fosse modificada. A esses grupos não interessava o repasse de recursos diretamente às Associações e sindicais.



tos, sem a sua interferência. Houve uma mobilização na borda do lago, chamada inicialmente pelas Associações, em defesa desses técnicos e de sua metodologia de trabalho, vista como do interesse dos trabalhadores, e o sindicato de Pilão Arcado também participou desse movimento. Foram enviados abaixo-assinados, e caravanas a Salvador, para reivindicar que as programações iniciais tivessem continuidade.

A nível interno, os debates sobre o acerto ou não de se ter assumido a execução dos projetos através do sindicato continuavam ocorrendo, e foram ter uma importância maior na definição dos grupos que concorreriam à eleição para a diretoria do sindicato, realizada em setembro de 1986. Nesta eleição, pela primeira vez apresentaram-se duas chapas, uma da "situação", que se apoiava na defesa da realização dos projetos como algo positivo para o movimento sindical local; e outro formada pelos setores ligados à Igreja, que embora não se colocassem contra essa realização, apontavam para algumas questões que o sindicato teria que observar para não se deixar absorver pela programação do Estado. Essas questões eram, basicamente, não deixar de encaminhar outras lutas que fossem do interesse dos trabalhadores, e não deixar que a diretoria fosse tomada pelas tarefas de administração dos projetos.

Ficava difícil, para esses setores, que desde antes defendiam que os projetos não deviam ser implantados pelos sindicatos, defenderem que houvesse um rompimento do que estava programado, pois as pressões das comunidades sobre o sindicato para a obtenção de mais recursos tinham se redobrado, diante da chegada dos primeiros benefícios. O chamado "grupo da Igreja" (apoiado pelas assessorias da CPT e da Paróquia local), vencedor das eleições, teve que comprometer-se, então, não só a levar adiante os projetos, como também a lutar para que outros fossem obtidos.



"a gente antes era contra os projetos (...) mas aí o pessoal colocou a gente aí, na eleição, fazer o que? Então a gente teve que enfrentar o que veio pela frente (...) é verdade que por um lado o projeto ajuda, na questão de ajeitar umas coisas para as comunidades, e sendo com o nome do sindicato os trabalhadores ficam bem contentes e passam a fortalecer mais, a comparecer mais (...) mas a gente ouviu muita reclamação, porque tem muitas comunidades que não são atendidas, então nós temos que ir nas reuniões e explicar" (M.J.C., trabalhador rural, agente pastoral, tesoureiro do sindicato de Pilão Arcado a partir de 1986).

Assim, no final de 1986, coube à diretoria recém-empossada a assinatura de um novo convênio com a CAR, agora com verbas do SUBIM/BID/FFPS<sup>(2)</sup>, para o financiamento de outras ações referentes ao Plano. Aqui foram incluídos a compra de equipamentos agrícolas (policultores, plantadeiras, pulverizadores, material de irrigação); material complementar para as casas de farinha que estavam sendo construídas (carroças e animais para o transporte da mandioca, moinhos para beneficiamento, etc.); barcos, apetrechos de pesca (linha para rede, caixas isotérmicas para a guarda do pescado), e ainda a aquisição de uma pick-up e de um caminhão para serem utilizados pelo sindicato nos projetos integrados de comercialização. Esses veículos serviriam também, de certa forma, para que o sindicato pudesse ter mais contato com as comunidades. Nesta programação, acabaram por serem incluídas também comunidades da caatinga, que não constavam no I Plano, por conta das pressões existentes.

(2) Esses recursos eram provenientes de um convênio existente, desde 1984, entre a CAR e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), através da Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), para a implantação de infra-estrutura e apoio a atividades agrícolas e pesqueiras a pequenos produtores e pescadores da área de Sobradinho. As fontes desses recursos eram o Fundo Fiduciário para o Programa Social (FFPS), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ver CAR, Programa BID/SUBIN/CAR (1987).



No início de 1987, foi feito um primeiro seminário de avaliação global do funcionamento do Plano. A diretoria se ressentia do excesso de tarefas, especialmente porque toda a parte de prestação de contas ficava ao seu encargo. Os recursos destinados à administração do Plano eram insuficientes (para contratação de assessoria específica, e para financiamento de viagens, por exemplo), e com isso o trabalho era prejudicado. Tinha havido também muitos problemas com relação aos recursos, que demoravam muito para chegar, fazendo com que as obras fossem interrompidas, ou que os orçamentos originais fossem superados pelo ágio - era o pior período do Plano Cruzado, quando nada mais era encontrado pelo preço tabelado - não podendo ser mantidos os planos iniciais. À diretoria cabia a resolução desses problemas, incluindo ter que ir a Salvador com muita frequência, pressionar a CAR para que apressasse a liberação dos recursos. Foram feitas solicitações à CAR para que fornecesse uma verba extra especificamente para essas questões administrativas, mas até o final de 1987 estas verbas não tinham sido liberadas.

Os equipamentos começaram a ser distribuídos, e foram realizadas reuniões nas comunidades, para discutir um regulamento de utilização dos mesmos, e as formas de ligação entre estas e o sindicato.

No I Plano Comunitário, era prevista a implantação de 21 postos de saúde no interior, e de um Centro de Saúde na sede do município. Para operacionalizar essas ações, foi realizado um convênio entre a CAR e a Universidade Federal da Bahia (através do Departamento de Medicina Preventiva), para elaboração de um Programa de Saúde para Pilão Arcado. Esse Programa incluía a realização de um diagnóstico de saúde do município, a elaboração

de um conjunto de ações a ser desenvolvido em cada localidade, e a realização de um treinamento de agentes de saúde, que trabalhariam na implantação dessas ações planejadas<sup>(3)</sup>.

O convênio com a Universidade começou a ser implantado a partir de meados de 1987, tendo sido realizado o diagnóstico e o treinamento dos agentes de saúde. O sindicato participou desse processo, promovendo as reuniões nas comunidades para a obtenção de dados, e para a escolha das pessoas que seriam treinadas, e, posteriormente, acompanhando o treinamento realizado.

A participação do sindicato nas programações do segmento de recursos hídricos do PAPP se deu através da realização de reuniões para a escolha das comunidades que seriam atendidas, e no acompanhamento dos técnicos encarregados da execução das ações em campo (perfuração de poços, construção de barreiros). Era previsto o atendimento, em 1987, de 18 comunidades, a maioria das quais não constava no I Plano. A participação de representantes do sindicato nos trabalhos de campo era vista como fundamental pelos trabalhadores, para que se evitasse que fossem escolhidos locais que não fossem do interesse das comunidades - terras particulares ou distantes, etc. Iniciou-se a execução dessa programação em julho de 1987.

Podemos perceber, então, que no decorrer da implantação desses projetos, algumas mudanças se processaram no funcionamento e na atuação deste sindicato, no seu relacionamento com os trabalhadores, e com as diversas instituições do Estado que atuavam a nível local:

---

(3) A esse respeito, ver UFBA/Depto. de Medicina Preventiva (1986).



- a) com o "aparelhamento" da sede, aquisição de veículos, e existência de verbas para a manutenção dos sindicalistas, foi possível um maior contato das lideranças sindicais com a realidade vivida pelo conjunto dos trabalhadores;
- b) ao mesmo tempo, foi possível uma presença e um reconhecimento maior da entidade sindical no interior do município;
- c) a atuação do sindicato voltada para a realização de ações concretas do interesse dos trabalhadores, com possibilidade de trazer melhorias para as suas condições de trabalho (melhorias na produção, comercialização, etc.), ainda que atingindo uma parcela limitada de trabalhadores (tendo em vista o alcance dos projetos realizados), trouxe para dentro da entidade uma discussão que até então vinha sendo encaminhada através de outros organismos (como a Paróquia, por exemplo);
- d) a realização dos projetos fomentou uma discussão, a nível das "comunidades", sobre a gestão coletiva de equipamentos públicos; essas propostas iam no sentido de ampliar a participação dos beneficiários, em oposição às práticas clientelistas correntes na região;
- e) a execução dos projetos pelo sindicato dinamizou uma discussão entre os grupos existentes dentro do sindicato, em torno de programas de atuação para a entidade, do caráter das negociações a serem encaminhadas junto aos diferentes órgãos do Estado, e das formas de organização a serem adotadas, cujo marco foi a eleição sindical;
- f) o sindicato se fez mais presente diante de diferentes órgãos do Estado (CERB, UFBA, e a própria CAR), como negociador, representando os trabalhadores; essas novas experiências contribuíram para que ficasse mais claro para esses trabalhadores os diferentes interesses em jogo dentro do próprio Estado, e a complexida-

de do jogo de representação existente;

- g) as pressões exercidas por setores das oligarquias locais, vinculados à Prefeitura Municipal, para que fosse interrompida a programação da CAR com o sindicato, também contribuíram para que uma parcela dos trabalhadores percebesse a importância do sindicato enquanto instrumento de aglutinação e de luta dos trabalhadores rurais, em meio a uma oposição de interesses existentes.

#### **EM REMANSO**

Em Remanso, a implantação dos projetos se deu de uma forma um pouco diferente. As experiências do sindicato com os projetos não se deram a partir de uma organização das bases que tivessem unicamente o sindicato como referência. Existiam as Associações, que já vinham encaminhando projetos desta natureza, e, em muitas localidades, eram desenvolvidas experiências comunitárias que contavam com assessorias das equipes da CPT (da diocese de Juazeiro), sem que houvesse um entrosamento maior com a diretoria do sindicato. Esta, embora já tivesse modificado em certos aspectos a prática assistencialista que desenvolvia anteriormente, não tinha sido capaz de promover outras práticas de organização, que estimulassem uma maior participação do quadro de associados na vida da entidade. Desta forma, a execução dos projetos acabou por ter outros efeitos.

Já o primeiro convênio firmado com a CAR, por exemplo, que foi o da horta comunitária, em julho de 1985, foi marcado por essa situação de pouco entrosamento diretoria/associados. Esta horta originou-se de uma reivindicação de um grupo de mulheres, que após o fechamento das Frentes de Serviço (criadas na época da



seca), solicitaram que o sindicato conseguisse um terreno para que fizessem uma "roça" comunitária. A diretoria do sindicato, após entendimentos com a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores, conseguiu que fosse doado ao sindicato um terreno de 6 ha., próximo à cidade. Posteriormente, para a construção de uma infra-estrutura de irrigação, e para a compra de insumos e sementes.

Coube à CAR e à EMATERBA a elaboração de um projeto executivo para ser implantado nesta área, a partir de discussões com o sindicato, e a idéia de se fazer uma "roça" se transformou em um projeto mais ambicioso. A diferença entre as duas propostas estava fundamentalmente na finalidade da produção - uma mais voltada para o consumo das famílias, com venda dos eventuais excedentes, e outra voltada totalmente para o mercado, que implicavam em organização do trabalho diferentes. Dessas discussões participaram apenas alguns membros da diretoria do sindicato, não tendo sido realizadas reuniões ampliadas, ou consultas aos eventuais interessados em participar do empreendimento. Desta forma, acabou por ser apresentado por estas instituições (e implementado) um projeto que, embora bem articulado do ponto de vista técnico - visando aumentar a renda dos produtores através do plantio de hortícolas como cenoura, beterraba, pimentão e tomate, para serem vendidas nos mercados próximos - não era condizente com os objetivos dos produtores que inicialmente haviam feito a solicitação do sindicato.

Participaram do projeto, no início de sua implantação, cerca de 30 trabalhadores rurais, a maioria moradores dos arredores da cidade, que não dispunham de terras para plantar. Empregavam-se esporadicamente como diaristas, em serviços agrícolas, ou como pedreiros, serventes, etc., as mulheres geralmente como la-



vadeiras ou em serviços semelhantes. A maioria não tinha trabalhado antes em culturas irrigadas, e via na "horta" a possibilidade de plantar alguns produtos que pudessem ser consumidos pelas famílias (como feijão, e milho), ou que pudessem ser vendidos na feira local (como coentro, ou alface). Alguns, que já tinham trabalhado como diaristas em outros projetos irrigados, se colocaram a favor de plantar produtos considerados mais rentáveis, como cebola, melão ou melancia. Não havia, entre a maioria dos participantes, interesse em produzir as hortícolas planejadas no projeto da CAR/EMATERBA<sup>(4)</sup>.

Este projeto (elaborado pela CAR e EMATERBA) implicava muitos custos (com insumos, combustíveis, etc.), e uma administração mais específica (para o planejamento dos calendários de irrigação, distribuição de sementes, planejamento de utilização e manutenção do maquinário, etc.), que não foi assumida efetivamente por nenhuma das instituições envolvidas. As tentativas de organização de uma Coordenação entre os próprios participantes, estimulada pelos técnicos que acompanhavam o projeto, não surtiram efeito, por conta de uma falta de entrosamento entre os trabalhadores e a diretoria do sindicato - responsável pela execução financeira do projeto, e que o administrava de forma extremamente centralizada, sem criar espaços para a participação dos produtores.

A diretoria do sindicato, naquele período, era muito mais sensível às questões colocadas pelos técnicos da CAR e da EMATERBA, acerca do projeto, do que às colocadas pelos trabalhadores. Num certo sentido, acabou omitindo-se com relação aos problemas existentes, uma vez que não tomou qualquer atitude que estimulas-

---

(4) Obtivemos essas informações em conversas com os participantes, quando da implantação da horta, em 1985 e 1986.



se uma discussão mais organizada entre os participantes, no sentido de rever a concepção adotada.

No início de 1986 foi realizado neste terreno um primeiro plantio experimental, do qual participaram cerca de 26 trabalhadores. As primeiras colheitas foram bastante reduzidas, e houve dificuldades na comercialização das hortaliças. Com o esgotamento dos recursos para a manutenção dos agricultores (previstos no projeto apenas para o primeiro plantio), muitos o abandonaram. No final desse ano, agravaram-se as dificuldades para a irrigação na área, devido à nova baixa do lago, e o projeto acabou se esvaziando, sem que fosse promovida, por parte do sindicato, nenhuma discussão sobre as razões do seu abandono.

O segundo convênio firmado com a CAR, em dezembro de 1985, referia-se à realização de um encontro do Polo Sindical, em Remanso, que ocorreu em janeiro do ano seguinte. A participação da CAR neste convênio se restringiu ao repasse dos recursos no valor de (Cr\$ 30.525.000) e à fiscalização das prestações de contas. Contando com a presença de mais de 10 sindicatos e várias Associações da região, e com assessorias da CPT, FETAG, e do Polo, promoveu uma discussão com o representante do INCRA no estado sobre as diretrizes do Plano Estadual de Reforma Agrária que estava sendo elaborado, e também sobre o relacionamento entre os sindicatos, as Associações e os projetos do Estado na região. Participaram também representantes das correntes sindicais articuladas com as duas centrais sindicais existentes (CUT e CGT), e discutiu-se o posicionamento do movimento sindical nas eleições da Constituinte - sobre a necessidade de se apoiar candidatos que defendessem propostas coerentes com as lutas travadas pelo movimento sindical de trabalhadores rurais.

Em março de 1986, foi firmado um novo convênio com este sindicato, no valor de Cz\$ 625.450,00, com o objetivo de organizar-se um levantamento da situação dos pequenos produtores do município, à semelhança do que tinha sido feito em Pilão Arcado, para embasar a elaboração de um Plano de Atuação para o sindicato. No entanto, apesar de ter sido uma solicitação da diretoria do sindicato para a CAR desde outubro de 1985, este convênio sofreu os inconvenientes decorrentes do atraso na liberação dos recursos por parte da CAR.

Entre outubro de 1985 e março de 1986, chegaram a ser realizadas algumas reuniões entre representantes das comunidades, a diretoria do sindicato e técnicos da CAR, para organização geral do trabalho. Constituiu-se uma Comissão de Organização, formada por 16 pessoas, para execução da pesquisa, com representantes de várias comunidades. O levantamento estava previsto para ser realizado em 120 comunidades, em todo o município. Com o atraso dos recursos, houve um descrédito entre os integrantes da Comissão acerca da realização do projeto, e o grupo acabou se dispersando. A primeira parcela (no valor de Cz\$ 315.000,00) só foi chegar ao sindicato em janeiro do ano seguinte (1987).

Também em Remanso as pressões sobre a atuação do Projeto Sobradinho, e, em especial, sobre a CAR, se faziam sentir, por conta da existência dos projetos com o sindicato e as Associações. Estas, na sua maioria, estavam mantendo uma certa independência com relação ao poder local (especialmente com a Prefeitura), uma vez que estavam obtendo benefícios para as suas comunidades que não dependiam de favores dos "políticos" tradicionais. Nas lutas que ocorreram durante o ano de 1986, pela manutenção dos técnicos da CAR e continuidade da linha de trabalho adotada por esta empre



sa, houve a participação ativa de membros do sindicato e também da maioria das Associações de Remanso, que, da mesma forma que em Pilão Arcado, organizaram abaixo-assinados em muitas localidades, e enviaram representantes nas caravanas que foram a Salvador fazer pressão sobre os órgãos responsáveis pela implantação do Projeto Nordeste.

Durante esse período, foram realizadas eleições no sindicato (em junho de 1986). Também em Remanso, pela primeira vez articulavam-se duas chapas, uma ligada à diretoria em exercício, outra ligada às assessorias da CPT que desenvolviam projetos educacionais e produtivos em diversas comunidades do interior. Antes das eleições, esses grupos chegaram a um acordo para composição de chapa única, com base em um programa de atuação que defendia basicamente uma ofensiva do sindicato no sentido organizativo (promover campanhas de sindicalização, revitalizar as delegacias existentes e fundar novas), ao mesmo tempo que propunha uma ação mais efetiva do sindicato em apoio às lutas que vinham sendo desenvolvidas. Na chapa formada, predominavam pessoas ligadas às assessorias da CPT, e o posicionamento desta nova diretoria com relação aos projetos do Estado era mais cauteloso - no sentido de não querer se envolver logo em seguida com tarefas consideradas muito pesadas para uma diretoria que estava iniciando - embora visse na sua realização a possibilidade de apoiar as atividades que estavam sendo planejadas, de interiorização das ações do sindicato.

Os convênios que vieram a ser assinados a partir de então privilegiavam as questões organizativas do sindicato, e a aquisição de infra-estrutura. Quando da chegada da primeira parcela dos recursos do convênio da "pesquisa", foi providenciada inicialmente a aquisição de uma pick-up, a ampliação da sede do

sindicato, e a compra de equipamentos de escritório, de acordo com o que estava previsto no plano. No entanto, a pesquisa em si, motivo principal do convênio, não tinha sido realizada até o final de 1987.

Em novembro de 1986, surgiu a possibilidade de participação do sindicato nas programações do projeto do BID/SUBIN/FFPS, de forma semelhante a Pilão Arcado. Como não havia um plano prévio para a alocação dos materiais que seriam adquiridos, promoveu-se algumas reuniões com representantes das comunidades (e também de Associações) para que fosse decidida a forma de participação de cada comunidade no projeto. O projeto previa a compra de equipamentos de apoio à agricultura (motobombas, canos, policultores, motores para casas de farinha), de apoio à pesca (barcos, caixas de coleta), e, para uso do sindicato, foi incluída também a compra de um caminhão, que serviria posteriormente para a implantação de um projeto integrado de comercialização.

A participação das comunidades nas programações do sindicato veio ser mais intensa quando das discussões sobre a distribuição desses materiais adquiridos através do projeto BID/SUBIN/FFPS, e quando da execução da programação de recursos hídricos (programação da CERB, em 1987).

As associações continuavam, neste período, mantendo convênios com a CAR para o desenvolvimento de ações específicas nas suas comunidades, e seu entrosamento com as programações do sindicato recém estava se iniciando.

Quando começaram a chegar os materiais referentes ao convênio BID/SUBIN/FFPS (em meados de 1987), foram feitas várias



reuniões na sede do sindicato, para discussões sobre como se faria a sua distribuição. Foi decidido que onde houvesse uma equipe responsável, a nível de comunidade, que fosse capaz de zelar pela utilização do equipamento, este seria imediatamente distribuído. Na maioria dos casos, no entanto, não havia esta segurança. Decidiu-se então que os materiais ficariam provisoriamente estocados, até que fosse possível montar um esquema mais organizado para a sua distribuição. A diretoria do sindicato não tinha condições de realizar esse acompanhamento sozinha; por outro lado, não existia uma equipe de apoio que pudesse auxiliá-la, tendo em vista a inexistência de recursos para a manutenção de sindicalistas; e havia um receio que, sem um acompanhamento, os materiais acabassem por ser apropriados individualmente, subvertendo os propósitos do sindicato de que fossem um estímulo à organização comunitária.

Em 1987, as pressões das classes dominantes locais, que ocupavam a Prefeitura, sobre o Projeto Sobradinho, o sindicato e as Associações, se fizeram sentir com mais intensidade. Em abril, por exemplo, o então Secretário Estadual de Reforma Agrária e Cooperativismo, Euclides Neto (secretaria à qual a CAR passara a ser vinculada a partir de março), fez uma visita à região, participando de reunião com trabalhadores rurais na sede do sindicato de Remanso (e também em Pilão Arcado), sem procurar os representantes do Poder Executivo Municipal. Isto provocou protestos por parte do Prefeito de Remanso, que enviou telegrama ao Governo do Estado, e publicou notas em jornais, em Salvador. Já desde antes, da mesma forma que o Prefeito de Pilão Arcado, tinha havido viagens suas a Salvador, acompanhado de deputados da região, para solicitar ao Governador o afastamento das equipes da CAR que trabalhavam no município.

Outras ações do Projeto a nível local também eram criticadas, como a distribuição de caixas d'água, canos e bombas para irrigação, na época da seca, que tinham sido entregues pela CAR ao sindicato (em 1986), para ser distribuídos pelas comunidades; ou a programação de abertura de poços e barreiros a ser desenvolvida com a CERB. A Prefeitura reclamava que estas atividades deveriam passar por suas instâncias de decisão, e não pelo sindicato, e chegou a enviar cartas ao escritório da CAR em Remanso, e também aos sindicatos, exigindo que os materiais fossem entregues à Prefeitura.

Quando, em meados de 1987, essas pressões conseguiram seu intento - por conta da existência de articulações políticas mais amplas, entre esses grupos locais e o Governo do Estado, que implicavam em redivisão de cargos nas instituições públicas - e o escritório da CAR em Remanso passou a ser controlado por pessoas da confiança do Prefeito local, inverteu-se a programação que vinha sendo realizada até então, impondo-se mais dificuldades para que se desenvolvessem os projetos com os sindicatos e Associações. O escritório de Remanso atendia também ao município de Pilão Arcado, e essas dificuldades se estenderam às atividades que se desenvolviam neste município.

Ainda em 1987, foram assinados outros convênios do sindicato com a CAR, agora por intermédio do Setor de Capacitação (sediado em Salvador), com o objetivo de realizar-se seminários e encontros de discussão sobre temas de interesse dos trabalhadores. Em julho desse ano, realizou-se um primeiro encontro, cujo tema foi a utilização de agrotóxicos na borda do lago, assessorado por técnicos da FASE, de Salvador, e com a presença de cerca de 30 agricultores inclusive vários representantes de associações. Os



agricultores ressentiam-se da utilização maciça, na borda do lago, de agrotóxicos que prejudicavam a qualidade da água que era consumida pelas comunidades, e também o desenvolvimento de peixes. Essa situação era agravada pela situação de vazante, que fazia com que as águas se concentrassem mais. Havia denúncias de mortes de crianças, e mesmo de adultos, e eram identificadas as plantações de cebola como os principais focos de perigo. As discussões avançavam no sentido de exigir dos órgãos públicos um maior controle da utilização de defensivos, assim como da divulgação e fomento à utilização de defensivos orgânicos, tais como misturas de querosene e fumo, que não causavam danos à saúde.

Estava previsto para ser realizado ainda naquele ano, um outro encontro para definir o programa de comercialização a ser montado quando da chegada do restante do material do BID/SUBIN/FFPS. Porém, a partir de então, com a mudança ocorrida no escritório de Remanso, o sindicato teve que passar a pressionar mais fortemente a própria CAR para que os convênios já firmados fossem efetivados.

Podemos avaliar, então, os efeitos da realização desses projetos sobre a dinâmica sindical, neste município, a partir dos seguintes elementos:

- a) os projetos chegaram ao sindicato em um momento de sua trajetória em que não havia uma organização de base mais desenvolvida; as experiências das "comunidades" estavam referenciadas ou nas assessorias da Igreja, ou nas Associações;
- b) as primeiras experiências de implantação dos projetos (horta, pesquisa) ressentiram-se desse deslocamento entre a estrutura sindical e os trabalhadores, e não fo

ram, inicialmente, elementos de aglutinação em torno do sindicato;

- c) somente quando teve início a gestão da nova diretoria (a partir de junho de 1986) formada a partir de lideranças comunitárias, é que os novos projetos implementados provocaram uma maior participação nas atividades da entidade - atraindo representantes de comunidades, e Associações - mesmo assim, isto se deu de forma gradual, uma vez que as Associações continuavam mantendo suas estratégias próprias de obtenção de recursos junto às empresas do Estado;
- d) da mesma forma que em Pilão Arcado, a existência de pressões por parte das classes dominantes locais sobre o Projeto Sobradinho provocou, por parte do sindicato, reações no sentido de defender aquelas ações que eram consideradas do interesse dos trabalhadores. Com isso, ficava mais claro, a nível municipal, os diferentes (e conflitantes) interesses de classe existentes. Em Remanso, isto também contribuiu para a aproximação de algumas Associações ao sindicato. O poder público local, ao controlar a atuação da CAR, se colocou como um empecilho para que se desenvolvessem as programações de atendimento que vinham sendo implementadas;
- e) da mesma forma, as experiências de negociação com diferentes órgãos do Estado (CAR, EMATERBA, CERB, e outros), aliada às experiências anteriores (com a CHESF, o INTERBA), fez com que existisse uma maior visibilidade para os trabalhadores e suas entidades do espaço de negociação existente dentro dessas instituições, contribuindo para uma desmistificação da imagem do Estado como algo homogêneo.



## T A B E L A 1

CONVÊNIO ASSINADOS ENTRE A CAR E OS SINDICATOS DE REMANSO  
E PILÃO ARCADADO ENTRE 1985 E 1987

OBJETIVO	SINDICATO DE PILÃO ARCADADO - TIPO	DATA	VALOR
1. Ampliação da sede	infra-estrut.sind.	jun/85	Cr\$ 26.750.478
2. Ações Preliminares	proj.prod/org.sind.	nov/85	233.320.000
3. PLANO - recursos BNDES (inclui: casas de farinha, barcos e org. sind.)	proj.prod/org.sind.	jun/86	Cz\$ 2.600.000,00
4. Projeto CAR/BID/SUBIN/ FFPS	projeto produtivo	nov/86	2.325.000,00
5. Encontro avaliação I PLANO	organização sindical	jan/87	45.000,00
6. Seminários (projetos do Estado e outros)	organização sindical	jul/87	147.800,00
OBJETIVO	SINDICATO DE REMANSO - TIPO	DATA	VALOR
1. Implantação de horta comunitária	projeto produtivo	jul/85	Cr\$ 163.575.200
2. Encontro Polo sind.	organização sindical	dez/85	30.525.000
3. Projeto de Pesquisa (inclui: ampliação de sede, compra de veícu lo)	infra-estrut.sind.	mar/86	Cz\$ 625.450,00
4. Projeto CAR/BID/SUBIN/ FFPS	projeto produtivo	nov/86	2.119.840,80
5. Seminários (agrotóxi- cos e comercialização)	organização sindical	jul/87	209.000,00

FONTE: UNIDADE TÉCNICA REGIONAL DA CAR - REMANSO

### 3.2. OS PROJETOS E SUA INSERÇÃO ENTRE ANTIGAS E NOVAS LUTAS ENCAMINHADAS PELOS SINDICATOS

A execução dos projetos pelos sindicatos não significou uma ruptura com a sua trajetória anterior, que vinha se afirmando desde o período após a construção da barragem, de encaminhamento das questões trazidas pelos trabalhadores rurais. Pelo contrário, as experiências organizativas vivenciadas pelos trabalhadores através da sua implantação, em muitos aspectos vieram reforçar lutas que já vinham sendo enfrentadas desde antes - tais como às relativas aos problemas da seca, por exemplo - ao mesmo tempo que traziam para os sindicatos novas questões, que passavam a fazer parte do cotidiano destas entidades.

A interferência dos projetos nas atividades desenvolvidas por esses dois sindicatos no período mais recente (pós-1986) pode ser identificada basicamente em dois aspectos:

- na sua capacidade de mobilizar um contingente maior de trabalhadores em suas ações;
- na sua forma de se relacionar com os órgãos do Estado.

Esses aspectos poderão ser melhor explicitados a partir de alguns exemplos concretos, de lutas encaminhadas pelo movimento sindical, neste período, e no acompanhamento dado a questões específicas nesses dois municípios.

A partir de meados de 1986 iniciou-se um novo período de seca na região, acompanhado, à semelhança de 1984, de uma violenta vazante do lago de Sobradinho. Essa situação perdurou até o



final de 1987. As consequências para os pequenos produtores já eram conhecidas: redução drástica dos plantios e das colheitas, falta de alimentos e de água, perda de animais. Inicialmente, foram tomadas pelos sindicatos de Remanso e Pilão Arcado, as mesmas providências de anos anteriores, com o envio de cartas e abaixo-assinados às autoridades e aos órgãos públicos (SUDENE, e outros), com solicitações de aberturas de Frentes de Serviço, distribuição de água e alimentos, e crédito suplementar para a manutenção dos pequenos produtores. Era solicitado ainda arame para o cercamento de roças situadas às margens do lago, e que fosse providenciada a regulamentação do uso da vazante pelos pequenos produtores.

As experiências de contato dos trabalhadores através dos sindicatos, com um órgão de planejamento como a CAR, fizeram com que essa empresa fosse procurada para que se estudasse a possibilidade dessas reivindicações virem a ser atendidas por seu intermédio. Pouca coisa foi conseguida: apenas que o escritório local de Remanso repassasse alguns materiais antigos ("sobras" do PAI, de 1984) para distribuição entre os trabalhadores (canos, motores para irrigação, caixas d'água), e que a programação de recursos do PAPP (a ser executada em conjunto entre a CAR e a CERB) incluísse a abertura de alguns poços e barreiros nestes dois municípios, em comunidades a serem indicadas através dos sindicatos. Essa programação demorou para ser executada (só foram iniciadas as primeiras visitas de técnicos a campo em julho de 1987), e foram construídos, naquele ano, apenas 1/3 dos poços e barreiros planejados. Não houve, como em 1984, a criação de um programa específico para o atendimento às questões da vazante do lago, a exemplo do PAI.

Em agosto de 1987, em função do agravamento dos problemas existentes, e da insuficiência das medidas adotadas por parte dos órgãos públicos, os sindicatos de Remanso, Pilão Arcado, e também de Campo Alegre de Lourdes (município vizinho), decidiram promover amplas manifestações em cada município, chamando a atenção para o problema dos trabalhadores rurais, especialmente relativos à seca. Essas manifestações foram importantes, pela repercussão que tiveram a nível estadual, reafirmando os sindicatos como porta-vozes dos trabalhadores rurais da região.

Em Pilão Arcado, foi particularmente importante neste processo de mobilização a estrutura existente no sindicato (veículos, embarcações, etc.), para auxiliar na preparação do ato, assim como o reforço à "interiorização" do sindicato, dado pela possibilidade de um grupo de sindicalistas estar permanentemente em contato com as comunidades, fazendo reuniões, e discutindo os problemas existentes. Quando da manifestação, muitas pessoas que vieram de povoados distantes puderam se hospedar na sede do sindicato, que serviu como sede efetiva de centralização de todo o movimento. Todos esses reforços, materiais e de organização, tinham sido obtidos graças à realização dos projetos pelo sindicato.

A manifestação ocorreu no dia 12 de agosto, com cerca de 1.500 pessoas. Era previsto uma passeata, com posterior concentração em frente à Prefeitura. O movimento, porém, tomou outros rumos e os manifestantes acabaram invadindo um depósito da Prefeitura e outro da Fundação SESP, em busca de alimentos, o que contribuiu para que o episódio tivesse uma repercussão maior.

Em Remanso, também foi realizada uma passeata, nessa mesma data, com cerca de 800 pessoas, e chegou a ser ocupado o prédio



da Prefeitura pelos manifestantes, durante todo o dia. O Prefeito municipal foi forçado a negociar com os trabalhadores, pelo telefone (se encontrava em Salvador), garantindo que algumas providências seriam tomadas. Ambas as manifestações foram noticiadas em jornais e televisões de Salvador.

Em outubro, foi implantado o Programa de Emergência na região, incluindo a distribuição de cestas alimentares, fornecimento de água através de carros-pipa, e as Frentes de Emergência. Era coordenado pelo CORDEC (Coordenadoria de Defesa Civil), e administrado por comissões estruturadas por município, denominadas CCP's (Comissões Consultivas e Participativas), onde o peso da representação dos trabalhadores era mínimo (1 representante do sindicato, e 1 de entidade comunitária, entre cerca de 10 representantes de órgãos públicos estaduais e municipais, e de entidades patronais). O clientelismo foi a tônica na distribuição dos alimentos e no alistamento das Frentes. Os sindicatos continuaram se manifestando através de documentos, e envio de comissões aos órgãos públicos, protestando contra essas medidas, e reivindicando mudanças nos critérios de atendimento.

Uma série de outras questões vieram a ser trazidas para o espaço de discussão dos sindicatos no decorrer da execução dos projetos. Os encaminhamentos dados, por parte dessas entidades, se em parte eram uma continuidade de processos de luta já vividos anteriormente, por outro lado também eram decorrentes de mudanças que estavam se processando a nível de organização dos trabalhadores, e das estratégias de enfrentamento com o Estado.

Uma das questões mais candentes, desde a época de construção da barragem, enfrentada pelos trabalhadores, era a questão

da posse da terra. Como já foi colocado anteriormente, os lotes distribuídos pela CHESF, em sua maioria, não tinham sido legalizados. Essa situação deixava os camponeses extremamente frágeis diante de quaisquer tentativas de expulsá-los da terra.

No período seguinte à construção da barragem, tinha havido uma procura muito grande de terras na beira do lago, uma vez que garantiam uma maior produtividade que aquelas localizadas no "sequeiro", pela possibilidade de utilização da vazante e de irrigação. Esta procura significava uma pressão sobre os pequenos produtores. Muitas vezes, eram produtores de outras regiões, que chegavam com capital e tecnologia, e, apoiados em créditos baratos e outras facilidades, instalavam-se por algum tempo para produzir cebola, ou outros produtos irrigados. Outras vezes, eram proprietários do próprio local que tinham interesses na utilização da terra, para pastagens ou para agricultura. Em muitos casos, podia ser que ocorresse a venda ou o arrendamento da terra pretendida, por parte dos ocupantes; porém, quando não havia esse interesse, os conflitos tinham início, envolvendo, muitas vezes, um número considerável de famílias. Os métodos de "convencimento" eram os clássicos: derrubada de cercas, destruição de plantações por animais, intimidamentos, ameaças. Havia conflitos também na caatinga, em áreas mais valorizadas. Desde o período de formação do Polo, os sindicatos da região vinham dando um certo acompanhamento a esses casos: em Pilão Arcado, em 1978, o caso da Lagoa do Cupim; em 1979, no povoado de Caldeirão do Boi; em 1984, conflitos em Jurema, e também em outras comunidades localizadas no interior da caatinga. Em Remanso, os casos mais conhecidos foram os de Serrote, em 1980, do Pajeú, também naquele ano, e ainda Veneza e Pimenteira, em 1984. Posteriormente, ocorreram problemas semelhantes em outras localidades, como Espinheiro, Xique-Xique e



Maravilha. A maioria desses casos envolvia de 20 a 30 famílias<sup>(5)</sup>.

Normalmente, os sindicatos encaminhavam ações na justiça, em defesa dos posseiros, através dos advogados do Polo. Em alguns casos, era dado um acompanhamento direto ao conflito, procurando ajudar na resistência na terra.

Quando, em 1986, surgiram na região técnicos do INTERBA e da CDN, com a notícia de que seria promovido um amplo levantamento da situação fundiária nesses municípios, com vistas a fazer uma demarcação definitiva dos lotes, houve uma grande preocupação por parte dos trabalhadores, sobre "como" seria feita essa demarcação. Os trabalhadores estavam acostumados a ver esses órgãos atuarem sempre favorecendo aos fazendeiros.

Essa preocupação veio desembocar em atitudes dos sindicatos de Remanso e Pilão Arcado, que em conjunto com a Diocese de Juazeiro, publicaram um folheto onde eram dadas orientações básicas para que os trabalhadores não se deixassem enganar pelos técnicos, e colocava a questão de se lutar pela demarcação de terras comunitárias (Fundos de Pasto). Foram feitas várias reuniões onde se discutiram as estratégias que deveriam ser usadas diante dessa iniciativa da demarcação, uma vez que não se confiava que as reivindicações dos trabalhadores viessem a ser atendidas de imediato.

A proposta de Fundos de Pasto já tinha sido implantada através da CAR em outras regiões (em Juazeiro, Casa Nova, Uauá) e consistia na demarcação de terras comunitárias para utilização como pastagens e para preservação. Essa experiência era conhecida por muitos trabalhadores, e foi assumida como uma bandeira de lu-

(5) Há várias referências a esses conflitos nos Boletins "Caminhar Juntos", da Diocese de Juazeiro, deste período, e também nos Relatórios dos "Encontros do Vale", da CONTAG.

ta desses sindicatos. Visava evitar que áreas que já eram usadas comunitariamente, na prática, passassem a ser apropriadas de forma individual. Houve, por parte dos sindicatos, tentativas de entendimentos com os órgãos responsáveis por esta demarcação, no sentido de os sindicatos poderem interferir de alguma forma na execução do programa, porém, nada de concreto foi conseguido. Em 1987, este programa encontrava-se paralisado, e a explicação dada pelos técnicos do INTERBA era de que estariam sofrendo cortes de verbas.

Independente destas questões, vários conflitos de terra ocorreram nestes municípios ainda neste período. Em Pilão Arcado, em 1987, ressurgiram problemas na caatinga, na região do Morro Cabeça do Tempo, na divisa com o Piauí, envolvendo uma empresa mineradora de cristal; em Remanso, voltaram a ocorrer conflitos no Pajeú, e também em outras localidades. Os sindicatos mantiveram um acompanhamento jurídico e político a estas questões.

Outros enfrentamentos, a nível mais localizado, vieram ocorrer nestes dois municípios; em alguns deles, a existência dos projetos foi determinante para que emergissem. Um desses exemplos é a questão do atendimento de saúde no município de Pilão Arcado.

A situação de atendimento de saúde em Pilão Arcado sempre foi muito precária. A nova cidade, construída pela CHESF, não dispunha de hospital, e até 1980, apenas dois médicos atuavam na cidade, um mantido pelo sindicato (através de convênio com o FUNRURAL), que fazia atendimentos semanais, e outro particular. Em 1985, apenas um continuava atendendo. Os únicos atendimentos públicos existentes eram, ou através da Paróquia - que mantinha uma espécie de "enfermeira", que utilizava basicamente produtos a



base de ervas medicinais encontradas na região - ou por intermédio da Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSESP). A FSESP era responsável pela administração de um Posto de Saúde, para atendimentos ambulatoriais, que recebia visitas periódicas de um médico do Posto de Remanso. As questões mais graves tinham que ser levadas para hospitais em outras cidades (CAR/STR-PILÃO ARCADO, 1985:22).

Neste posto de Saúde mantido pela FSESP, as principais atividades desenvolvidas eram a distribuição de remédio, vacinas, e a execução de programas de distribuição de alimentos, ligados ao INAM e à Secretaria da Saúde, voltados para crianças lactentes, e mulheres gestantes e nutrizes. O quadro de saúde do município, por sua vez, era bastante problemático, por conta das condições sócio-econômicas da maioria da população, apresentando grande quantidade de casos de doenças derivadas da subnutrição, como verminoses, diarreias, desidratações, e outras. Também a hanseníase e a malária ocorriam com uma frequência considerável (CAR/STR-PILÃO ARCADO, 1985:23).

Nesse contexto, quando, em 1987, deu-se início às ações do Projeto de Saúde previsto no I Plano, uma série de insatisfações foram levantadas pelos trabalhadores. As visitas periódicas de técnicos da área de saúde da UFBA (médicos, enfermeiras), juntamente com sindicalistas, às comunidades da beira do lago, para realização de um diagnóstico da situação, serviu como um estopim para que se inflamasse os ânimos. Eram feitas muitas denúncias sobre o precário atendimento no Posto da FSESP, inclusive com relatos de agressões a trabalhadores, e de desvio, por parte de funcionários, das cestas de alimentação destinadas às pessoas carentes. Estas cestas estavam sendo particularmente importantes para a alimentação das famílias, devido à conjuntura de seca vivida.

Além disso, eram colocadas questões relativas ao atendimento propriamente de saúde, uma vez que, naquela época, não estava havendo sequer as visitas do médico de Remanso ao Posto, que ocorriam anteriormente. Essas questões foram encaminhadas pelo sindicato, que convocou uma reunião com a responsável regional da FSESP, para apresentação das queixas.

Esta reunião ocorreu em maio de 1987, na sede do sindicato, com mais de 100 trabalhadores presentes. As denúncias foram recolocadas, e, após muitas discussões, foi garantido pela representante da Fundação, que todas as questões seriam averiguadas. A nível imediato, foi decidido que o sindicato poderia indicar um fiscal para acompanhar a distribuição dos alimentos no Posto, e que seria retomado o atendimento médico no município, semanalmente. Poucas semanas depois, a funcionária responsável pela administração do Posto de Pilão Arcado, que era acusada pelos trabalhadores como autora das principais irregularidades, foi demitida, o que significou, para o sindicato, uma vitória parcial em sua luta.

Outras questões ainda podem ser citadas, que foram encaminhadas pelo sindicato, em Pilão Arcado, no decorrer da execução dos projetos. O acompanhamento ao problema de ameaças de novas desapropriações, em 1987, nas comunidades próximas à Itapera e Queimadas, por conta da implantação de um grande projeto de irrigação, pela CODEVASF (Projeto Baixio de Irecê); e os problemas referentes ao recebimento, por parte dos trabalhadores, de um crédito de emergência, lançado pelo governo federal em maio daquele ano, por exemplo.

Os problemas na região de Itapera e Queimadas ocorreram quando, no início de 1987, técnicos da CODEVASF chegaram à área



e começaram a mapear os povoados existentes, marcando as casas com números, sem dar explicações aos camponeses. Diziam apenas que tratava-se de um grande projeto de irrigação, que iria atingi-los, o que provocou inquietação na população. Quando de reuniões promovidas pelo sindicato nessas localidades, para discussão do funcionamento das canoas comunitárias, o assunto veio à tona. Formaram-se então comissões de trabalhadores, que, em conjunto com representantes do sindicato, iniciaram uma peregrinação junto a órgãos públicos (Secretaria de Reforma Agrária, CAR, a própria CODEVASF) para obter informações sobre o projeto. Tratava-se do Projeto de Irrigação de Baixio de Irecê, previsto para atingir uma imensa área naquela região, a ser implantado através de grandes empresas, a exemplo de outros projetos mantidos pela CODEVASF na região de Juazeiro e Petrolina, como os de Massangano, Bebedouro, Maniçoba e outros. O sindicato passou a acompanhar, a partir de então, os trabalhadores, em suas negociações com a CODEVASF, para que não se repetisse a história da própria barragem de Sobradinho. Até o final de 1987, não haviam sido iniciadas as desapropriações.

O crédito de emergência liberado pelo Governo Federal através do Banco do Brasil em abril de 1987, apesar de ser voltado especificamente para o atendimento dos pequenos produtores que se encontravam em situação precária devido à seca, tinha uma sistemática de distribuição considerada burocrática e excludente pelos trabalhadores rurais (exigia apresentação de uma série de documentos, atendia preferencialmente aqueles que tivessem cadastro no banco, era entregue em três parcelas, etc.). Quando do início da sua implantação em Pilão Arcado, muitas discussões ocorreram no sindicato, acerca desses problemas. Foi convidado, então, o gerente da agência do Banco do Brasil local, para participar de uma

reunião com os trabalhadores, na sede do sindicato. Essa reunião, realizada no dia 13 de abril, contou com a presença de cerca de 400 trabalhadores, e alguns funcionários do Banco. Foram colocadas inúmeras queixas quanto ao atendimento dado aos trabalhadores pelo banco, e o sindicato se propôs a afiançar certas informações exigidas, para facilitar o recebimento de crédito por parte daqueles que não tinham os documentos em dia. No entanto, pouca coisa foi conseguida. Os funcionários argumentavam que, com relação a este crédito específico, tratava-se de um regulamento geral que seria difícil mudar, e que não cabia a eles a decisão. Devido à urgência do recebimento do recurso, que já estava sendo distribuído, não foi possível organizar uma pressão maior no sentido de mudar os critérios de atendimento.

O sindicato apoiou ainda, no final de 1986, movimentos surgidos no povoado de Pedreiras, de exigência à Prefeitura para que regularizasse o abastecimento de água daquele povoado. Cerca de 200 manifestantes fizeram passeata pela cidade, com faixas e cartazes, e ameaçavam quebrar os canos que levavam a água para o núcleo urbano de Pilão Arcado, caso não fossem atendidos dentro de um certo prazo. O sindicato, juntamente com representantes da localidade, foram a Juazeiro pressionar os órgãos responsáveis que deveriam atuar em conjunto com a Prefeitura, e divulgaram o movimento em rádios e jornais. Poucos dias depois, foi garantido o envio de carros-pipa para a localidade, enquanto seria providenciada a instalação de um chafariz.

Em REMANSO, ocorriam movimentos e lutas semelhantes, que tinham o sindicato como centro organizativo. Em 1986, iniciou-se a implantação de um projeto de irrigação da CODEVASF no município, em uma área de 200 ha, que seria distribuída entre pequenos



produtores, em lotes de cerca de 4 ha cada. Esses produtores, chamados na região de "colonos", seriam selecionados de acordo com determinados critérios, definidos pela própria CODEVASF. Esses critérios não estavam sendo aceitos pelos trabalhadores interessados, e foi procurado o sindicato para que intercedesse junto aos técnicos da empresa, para a modificação desses critérios. A CODEVASF, no entanto, não aceitou negociar com o sindicato, argumentando que o projeto estava sendo levado em conjunto com a Prefeitura Municipal, e que esta seria a instância através da qual seriam escolhidos os integrantes (por indicação). O sindicato, então, passou a procurar outras instâncias, como a SUDENE, e a Secretaria de Reforma Agrária, para denunciar a situação, e tentar reverter-la.

Outras lutas localizadas também contaram com o apoio do sindicato. No início de 1987, um grupo de 11 professoras municipais que atuavam no interior do município, tinham sido demitidas, por terem feito campanha, na eleição municipal, para candidatos de partidos que não faziam parte da coligação do prefeito atual. Muitas dessas professoras exerciam o cargo há muitos anos, e tinham uma formação maior que a média dos professores rurais. Houve então um movimento, estimulado pelo sindicato, para que elas fossem reintegradas em seus cargos, ou pelo menos, que recebessem os direitos trabalhistas correspondentes. Através do advogado do sindicato, foi encaminhada uma ação na justiça contra o Prefeito, que continuava em andamento até o final de 1987.

O envolvimento desses dois sindicatos com a execução dos projetos e com o encaminhamento de lutas mais localizadas nos municípios não significou, no entanto, um afastamento de outras questões, que vinham sendo levadas pelo movimento sindical e popular

como um todo, em várias regiões do País. Podemos citar como exemplo, a realização de manifestações públicas quando da decretação do Plano Cruzado II, no final de 1986, e a campanha pela inclusão de emendas populares na Constituinte, em 1987 (em que foi priorizada a questão da Reforma Agrária), levadas adiante pelos sindicatos.

Nos dois municípios em questão, foram organizadas pelos sindicatos manifestações, em dezembro de 1986, em protestos contra a decretação do Plano Cruzado II. Essas manifestações seguiam a orientação geral das Centrais Sindicais nacionais (CUT e CGT), de realização de uma greve geral nacional nesta data. Em Remanso, onde o núcleo urbano é maior, e existem mais instituições públicas (como bancos, órgãos estatais, etc.) chegou a haver uma paralisação na cidade, em vários estabelecimentos. Organizou-se uma reunião ampla, no sindicato, com representantes de várias categorias (professores, bancários, funcionários públicos), que resultou na assinatura de um documento conjunto, e em uma passeata pela cidade. No documento, além de reivindicações relativas a questões que atingiam a população como um todo (congelamento de preços, mudança da política econômica, etc.) era dada uma atenção especial para os problemas dos trabalhadores rurais, exigindo-se medidas emergenciais com relação à seca, e defendendo-se que fosse realizada uma Reforma Agrária ampla, sob o controle dos trabalhadores.

Ainda com relação à Reforma Agrária, no ano de 1987, foi realizada na região, por iniciativa dos sindicatos, a coleta de assinaturas em favor da moção que seria apresentada na Constituinte, pelos movimentos populares, sobre esta questão, e houve a participação de trabalhadores dos dois sindicatos nas caravanas que foram enviadas à Brasília, organizadas pela CONTAG e outras enti-



dades, para pressionar o Congresso.

Podemos observar então, que a atuação desses sindicatos neste período se colocou como uma continuidade de um processo que já vinha se configurando desde antes. A aproximação maior entre os sindicatos e certas empresas do Estado, notadamente a CAR, ocorrida pela realização dos projetos, fez com que esses canais fossem buscados como uma tentativa de atendimento às demandas colocadas pelos trabalhadores. Isto não significou, no entanto, que as lutas se esgotassem nessas instâncias. Por outro lado, reforçaram-se essas entidades como porta-vozes dos trabalhadores rurais nestes municípios, pela postura que mantiveram de encaminhamento das demandas apresentadas, e pela capacidade de se apresentar como dirigentes políticos deste segmento social, com propostas de defesa dos seus interesses específicos.

## CONCLUSÕES

---

A intervenção do Estado na área de Sobradinho visando reestruturar o processo produtivo após a construção da barragem, buscou integrar os pequenos produtores agrícolas ao modelo de desenvolvimento em implantação, de modernização das atividades produtivas, ao mesmo tempo que procurou recuperar a imagem do Estado diante da população, desgastada por conta da forma como se deu o processo de relocação. Esses interesses levaram a que se montasse nesta área um programa especial de desenvolvimento voltado para os pequenos produtores (O Projeto Sobradinho), em que era previsto o atendimento a algumas de suas demandas, através do estímulo à sua organização em entidades formalizadas legalmente (As Associações). A existência de pressões, em municípios como Remanso e Pilão Arcado, por parte das entidades sindicais de trabalhadores rurais, fez com que estas entidades fossem também incorporadas à programação do Projeto, como intermediárias na execução de determinadas ações.

Para o Estado, a incorporação de entidades sindicais às suas programações não era excludente com o estímulo às Associações, e nem contraditório com a sua política geral de legitimação. A concessão de determinados "benefícios" aos trabalhadores, através dessas entidades, poderia ter o efeito de neutralizar e controlar movimentos reivindicatórios surgidos no período anterior,



e que tinham como conseqüências o desenvolvimento de experiências organizativas.

A participação dos sindicatos nesta programação, teve características próprias, por conta de um processo de transformação por que vinham passando estas entidades. Os sindicatos vinham se colocando, progressivamente, como referências de organização e mobilização dos trabalhadores rurais nestes municípios. Desde o período após a construção da barragem, tinham sido levados a assumir as lutas dos trabalhadores rurais, por conta da situação de desestruturação social vivida, e pela existência de pressões por parte do conjunto do movimento sindical, e de outros mediadores sociais, como setores da Igreja. As Associações, por sua vez, embora em alguma medida também cumprissem esse papel, tinham características diferentes: tinham sido criadas bem depois, por iniciativa do Estado, e tinham sua ação restrita ao nível das localidades.

O espaço de intermediação entre os trabalhadores rurais e o Estado, que veio a ser ocupado pelos sindicatos (e, em certa medida, pelas Associações), encontrava-se, no período após a construção da barragem, "em aberto", do ponto de vista institucional. Anteriormente, essa ligação era feita via oligarquias locais, de acordo com os interesses políticos desses grupos, e de acordo com métodos clientelistas tradicionais. Não existia um espaço para uma representação política própria dos trabalhadores, independente dos patrões. Porém, a omissão dessas oligarquias diante dos problemas vividos pelos trabalhadores durante o período da barragem, aliada às transformações que se processaram na estrutura de posse da terra e nas relações de produção que se desenvolveram a partir de então, contribuíram para que houvesse uma quebra dos laços de

dependência, tanto econômicos como políticos, que ligavam os trabalhadores rurais ao poder tradicional local. Com isso, criaram-se condições para a existência de uma representação independente, dos trabalhadores, que veio a ser assumida pelos sindicatos, e em certa medida, posteriormente, por algumas Associações.

A realização, pelas entidades sindicais, desses projetos de desenvolvimento rural financiados pelo Estado, veio se inserir nesse processo de consolidação dos sindicatos enquanto entidades mediadoras entre os trabalhadores rurais e os demais setores sociais, reforçando-os. Isso se deu por vários motivos.

Em primeiro lugar, porque a realização dos projetos se colocava como um atendimento a reivindicações anteriores colocadas pelos trabalhadores, e que vinham sendo canalizadas para os sindicatos - os projetos não eram vistos como "doações" do Estado, mas sim como o resgate a antigas dívidas sociais contraídas com a população, desde o período de construção da barragem. Nesse sentido, foi fundamental a existência de uma discussão interna a essas entidades, onde se questionavam não só os limites dos próprios projetos que estavam sendo executados, como também as ações mais amplas desenvolvidas pelo Estado com relação aos pequenos produtores. Desta forma, os projetos ao invés de "amortecer" as lutas que vinham se desenvolvendo, contribuíram para que certas lutas fossem reforçadas, e outras ainda viessem a ser encaminhadas.

Os projetos contribuíram também para que os sindicatos passassem a ser cada vez mais procurados pelos trabalhadores, como um espaço de colocação de suas demandas; contribuíram, portanto, para um maior reconhecimento, por parte dos trabalhadores, dos



sindicatos como organismos válidos para o encaminhamento e busca de resolução de seus problemas.

E, ainda, porque nas experiências de realização dos projetos, os sindicatos se mostraram capazes de se impor diante das diversas instituições do Estado como negociadores, em nome dos trabalhadores, passando a ser reconhecidos (embora nem sempre aceitos), como seus efetivos representantes. Esse "reconhecimento" também se deu por parte das classes dominantes locais, que viram na realização dos projetos pelos sindicatos, algo que deveria ser combatido, uma vez que significava mais um desgaste para o seu projeto político particular.

Esse processo de consolidação do caráter de mediação não foi idêntico nas duas entidades estudadas, em função da existência de experiências diferentes de organização dos trabalhadores rurais, de formas de atuação dos mediadores sociais, e de enfrentamentos com as classes dominantes locais. Retomaremos aqui alguns aspectos mais significativos de cada processo.

#### 1. EM PILÃO ARCADO:

A chegada dos "projetos" ao sindicato dos trabalhadores rurais de Pilão Arcado se deu em um momento de sua trajetória em que esta entidade já tinha uma certa experiência acumulada enquanto organismo de representação de classe, e também uma certa estrutura organizativa; o que fazia com que se colocassem, por parte dos trabalhadores e das "comunidades", certas expectativas com relação ao sindicato, como um órgão de encaminhamento dos proble-

mas dos trabalhadores rurais, às quais o sindicato tinha que dar conta.

Embora tivesse sido criado como um órgão auxiliar aos grupos dominantes locais, esta entidade tinha sofrido transformações a partir do período de relocação, por conta das pressões colocadas pelos próprios trabalhadores, para que assumissem suas lutas, e também pela atuação de outros agentes sociais, como as equipes da CPT e da Paróquia local, assim como dos representantes da FETAG e da CONTAG. O marco dessas transformações foi a destituição do primeiro presidente do sindicato, em 1978, por conta de uma questão em que estava em jogo a definição do caráter de classe da entidade (apoiar aos trabalhadores, ou aos fazendeiros, em um conflito de terra). Foi nesse período também que o sindicato passou a fazer parte do Polo Sindical que estava se formando na região, juntamente com outros sindicatos.

No período seguinte, entre 1978 e 1984, desenvolveram-se experiências de lutas, em Pilão Arcado, contra órgãos públicos, como a CHESF, a ELETROBRÁS, a CODEVASF, e contra grandes proprietários, da região e de fora, que tiveram o sindicato como órgão centralizador. Eram questões ligadas aos vários problemas enfrentados pelos pequenos produtores após a relocação: falta de condições para trabalhar os lotes, problemas com as enchentes, com a seca, com as grilagens; em todas essas experiências, tinham se desenvolvido debates e mobilizações (através de reuniões, abaixo-assinados, etc.) que ajudavam a romper o isolamento entre os trabalhadores, e fortaleciam o sindicato como órgão aglutinador. Nessas experiências, o sindicato foi apoiado pelas equipes da CPT e das assessorias do Polo.



Quando da chegada do Projeto Sobradinho à área, em 1984, encontrou uma entidade que, embora com poucos recursos, tinha conseguido montar uma certa estrutura de funcionamento regular, e contava com um certo prestígio entre os trabalhadores. Existiam as comissões de representantes, e as delegacias sindicais, como instâncias intermediárias de ligação entre a diretoria e a base, e ainda que a entidade oferecesse poucos serviços para os seus associados, era reconhecida como um organismo importante a ser mantido. Com isso, não houve espaço para que se constituíssem as Associações de Produtores.

As demandas existentes, por parte desses produtores, relativas a questões produtivas e ligadas a condições de vida (saúde, educação, etc.), já vinham sendo encaminhadas, em algumas localidades, através de projetos comunitários desenvolvidos com o apoio da Paróquia e da CPT, sem que isso se chocasse com a proposta de fortalecimento do sindicato. No entanto, a possibilidade de criarem-se outras organizações, foi rejeitada pelos trabalhadores, na medida em que representavam o perigo de "rivalizar" com esta instituição. O recebimento dos recursos era desejado pelas "comunidades", como algo que poderia ser benéfico aos trabalhadores; porém, desde que sua administração ficasse ao cargo da entidade sindical. Ao sindicato interessava também esta participação nos projetos, pela possibilidade que traziam de ajudar no funcionamento da "máquina" sindical, necessária também para o crescimento de suas atividades junto a essas comunidades.

A execução dos projetos pelo sindicato foi um elemento de aglutinação dos trabalhadores em torno da entidade, e suscitou discussões programáticas, acerca da sua postura diante dos órgãos do Estado, e fomentou debates acerca da natureza e caráter que de

veria ter uma entidade sindical. Esse debate interno foi particularmente importante quando da eleição sindical, em 1986, quando reafirmou-se a mudança na postura dos grupos ligados às assessorias da Igreja, sobre as formas de se colocar diante das propostas do Estado. Esse debate era estimulado pela existência de experiências concretas dessa entidade com a execução dos projetos, e levou a um aprofundamento das posições definidas anteriormente, avançando na avaliação dos limites e problemas enfrentados pelo sindicato a partir da sua realização.

A postura assumida pela entidade sindical a partir de então, foi de, ainda que aceitando a continuidade da realização dos projetos, colocar-se criticamente quanto ao seu significado para os pequenos produtores, exigindo outras ações por parte do Estado, que promovessem mudanças nas suas condições de vida e trabalho. Nesse sentido, foram assumidas lutas mais gerais, como a da Reforma Agrária, e outras, e também encaminhadas demandas localizadas, que colocavam em questão as políticas desenvolvidas ao nível do cotidiano pelas instituições do Estado. As experiências com diferentes órgãos, como a CAR, a CODEVASF, o INTERBA, e outros, trouxeram para dentro da entidade novas avaliações acerca dos diferentes interesses representados no Estado, e sobre a forma dos trabalhadores se colocarem diante deles.

De uma forma geral, pode-se afirmar que os projetos significaram, em Pilão Arcado, uma complexificação das ações que eram desenvolvidas anteriormente pelo sindicato. Nesse processo, coube ao sindicato o enfrentamento com novas questões que lhe eram colocadas: as pressões das comunidades pela obtenção de mais recursos, as novas lutas que iam surgindo, as exigências burocráticas das empresas do Estado, as pressões dos grupos locais, a



quem interessava impedir o crescimento da entidade sindical. Em um contexto de intervenção ampla do Estado, como ocorria na região de Sobradinho, esse era um grande desafio para esta entidade, que foi enfrentado a partir da existência de experiências anteriores de luta, que davam ao sindicato um certo respaldo junto aos trabalhadores, e pela manutenção de uma intensa discussão interna, que tinha em foco permanentemente a necessidade da entidade se manter enquanto questionadora da situação vivida pelos pequenos produtores..

## 2. EM REMANSO:

A inserção dos "projetos" trazidos pelo Estado na trajetória do sindicato de trabalhadores rurais de Remanso se deu de forma diferenciada de Pilão Arcado.

Em Remanso, apesar de ter havido uma participação da entidade sindical nas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores a partir da construção da barragem (como as questões das enchentes, secas, grilagens), essa atuação não tinha sido acompanhada, como em Pilão Arcado, da criação de estruturas organizativas próprias por parte do sindicato, tais como comissões de base, ou delegacias sindicais atuantes, que tornassem o sindicato mais presente junto aos trabalhadores. Também não existiam ações que estimulassem a participação de seus membros em suas instâncias organizativas, como assembléias ou reuniões, de modo que o funcionamento da entidade acabava sendo centralizado em torno de alguns poucos membros da diretoria.

As experiências comunitárias desenvolvidas em certas localidades, apoiadas pelas assessorias da Diocese de Juazeiro, na maioria das vezes não tinham o sindicato como referência. E quando da chegada do Projeto Sobradinho no município, em 1983, algumas dessas experiências desembocaram na formação de Associações. Essas Associações passaram a "competir" com o sindicato, em um espaço de representação dos trabalhadores, uma vez que passaram a desenvolver projetos com o Estado, que as colocavam como intermediárias na obtenção de determinados benefícios.

Foi a partir dessa situação, que o sindicato foi levado a buscar o Projeto Sobradinho - como uma forma de se recuperar de um desgaste que vinha se colocando, e para tentar competir em um espaço de representação. A forma como se deu essa participação, por conta dessa situação, também foi diferente do ocorrido em Pilão Arcado: inicialmente, não houve um questionamento maior acerca da validade ou não da entidade desenvolver os projetos com o Estado; isso era colocado como um pressuposto para que o sindicato pudesse disputar com as associações em um campo de obtenção de recursos.

Posteriormente, pela forma como se deu a implantação dos projetos, houve uma participação maior de representantes de comunidades e Associações no cotidiano da entidade, porém, sem que as Associações deixassem de ser importantes também como entidades de aglutinação dos trabalhadores a nível das comunidades.

Desta forma, podemos afirmar que, se em alguns aspectos, os projetos dinamizaram a situação de forma semelhante à Pilão Arcado - pelo reforço ao aparecimento público do sindicato como re-



presentante dos trabalhadores rurais diante dos órgãos do Estado, negociando suas demandas - por outro lado, encontraram a entidade em uma situação diferente, menos "enraizada". Ainda assim, serviram para reativar certas contradições a nível do município e, também, a nível mais geral - à medida que permitiam uma melhor visibilidade dos limites da atuação do Estado, e também um aparecimento mais nítido dos representantes de interesses antagônicos aos trabalhadores rurais, expressos nas pressões para impedir o desenvolvimento das programações previstas.

Da mesma forma que em Pilão Arcado, no entanto, a percepção acerca dos limites colocados pelos projetos fez com que continuassem a ser desenvolvidas outras lutas, localizadas e gerais, que questionavam a situação de marginalização vivida pelos pequenos produtores, e a insuficiência das ações desenvolvidas pelo Estado. Nesse sentido, o sindicato, apesar de se enfrentar com a existência de outras entidades de representação (as Associações), conseguiu manter um espaço próprio de atuação, "recuperando-se" como mediador.

A análise dessas duas experiências nos permitiu verificar que a origem desses projetos, que estavam sendo implantados através dos financiamentos do Estado, estava relacionada com a história da resistência dos trabalhadores rurais à situação em que foram compulsoriamente jogados, desde o período da construção da barragem. Se inicialmente essa resistência tinha se dado de forma não institucional, pela negação em abandonar a área (para ir para o PEC'SR), posteriormente desdobrou-se em experiências organizativas, através dos sindicatos (e também das associações), que

passaram a ser os porta-vozes, diante da sociedade como um todo, das demandas dos trabalhadores rurais.

Essas demandas foram sendo explicitadas através dos sindicatos, em inúmeros momentos. Principalmente a partir de 1978, quando se iniciou a experiência do Polo, começou a se configurar uma "plataforma de lutas" dos trabalhadores desta região, que abrangava desde questões de acesso à terra, apoio à produção, acesso à tecnologias, implantação de medidas voltadas para os problemas da seca, até a realização de obras e serviços ligados à infraestrutura social e a questões de condições de vida (saúde, educação, etc.). Esse programa foi explicitado em manifestações, documentos, em lutas desenvolvidas por essas entidades junto aos órgãos públicos. Ao lado dessas lutas, os sindicatos desenvolveram uma prática de apoio aos trabalhadores nas disputas pela terra, que os colocava em meio a conflitos diretamente com os grandes proprietários.

Essa história dos sindicatos lhes colocava a necessidade de fortalecerem-se enquanto organizações, dispondo de uma determinada infraestrutura, apoio de pessoal, etc. Essas questões também já vinham sendo explicitadas desde os primeiros encontros do Polo e do Vale, apontadas como um dos fatores limitantes para um melhor desenvolvimento das atividades sindicais. E a realização de encontros e debates se inseria também nessa necessidade de permanente construção de um programa de atuação para as entidades.

Desta forma pode-se afirmar que, esses diferentes projetos - de apoio à infraestrutura sindical, à organização sindical, e voltados para o atendimento a questões produtivas e de apoio às comunidades - atendiam a antigas questões já colocadas pelos tra-



balhadores, sendo também uma resposta do Estado a essas cobranças, de acordo com as suas políticas próprias de legitimação.

Nesse sentido, podemos ver que a realização desses projetos não foi simplesmente uma proposta do Estado no sentido de absorver, ou controlar, o movimento de contestação existente. Ainda que seja correto, que do ponto de vista do Estado, essas concessões tivessem esse objetivo, não se pode desconhecer que foram também fruto de um embate existente ao longo dos anos nesta região, e que foi o crescimento do movimento sindical enquanto instrumento de organização dos trabalhadores que, ao encaminhar essas demandas, forçou o seu atendimento pelo Estado.

Levando em consideração essas questões, é possível se contestar aquelas posições que afirmam que a participação das entidades sindicais em programas desse tipo seria uma capitulação dessas entidades aos propósitos do Estado, e levaria a um desvirtuamento do seu caráter de defesa de classe (ver item 1.3, capítulo I). Essas posições se baseiam em argumentos de que esses projetos atrelariam as entidades ao Estado, desviariam os trabalhadores de suas lutas mais importantes, etc. Pela análise desse caso estudado, podemos verificar que a realização dos projetos, foi, na verdade, um **DESDOBRAMENTO DAS LUTAS REALIZADAS PELOS TRABALHADORES RURAIS NESTA REGIÃO, NESTE PERÍODO**. A complexificação das questões que foram trazidas aos sindicatos - tarefas, negociações, por exemplo - tiveram que ser tratadas como uma contingência das ações que vinham sendo desenvolvidas, e foram buscadas, pelos sindicalistas, formas de superá-las (solicitação de mais verbas para organização, etc.) dentro da nova dinâmica vivida por essas entidades. Da mesma forma, o fato de os projetos se referirem a questões mais localizadas, não impediu que se colocassem, nesses

sindicatos, questionamentos mais amplos acerca dos limites dos próprios projetos, e da situação vivida pelos trabalhadores rurais.

Da mesma forma, como hoje em dia vem sendo discutida a questão do assistencialismo no movimento sindical - ouve-se formulações do tipo "a questão não é o sindicato ter médico e dentista para oferecer ao trabalhador; o problema é se o sindicato "só" faz isso, e não leva adiante as demais lutas dos trabalhadores" - também se coloca a questão dos projetos. Não há um único caminho para a sua implantação, e nem as suas implicações para o movimento sindical serão sempre as mesmas.

O estudo nos ajudou a precisar, por outro lado, a questão do aparecimento das entidades sindicais como mediadores sociais entre os trabalhadores rurais e os demais setores sociais, como sendo algo que se construiu a partir de determinadas posições que os sindicatos passaram a tomar, e não como um elemento inerente à própria organização sindical. Esta questão nos colocou mais uma vez diante do reconhecimento de que o papel desempenhado pelas entidades sindicais não estava dado pela sua definição legal, ou por idéias pré-estabelecidas de que elas teriam que ser, por princípio, entidades de representação política de classe. Esse caráter foi algo que se definiu a partir de uma determinada realidade em que estas entidades estavam inseridas, e pela atuação dos diferentes grupos sociais envolvidos. E o desafio de permanecer ou não com este caráter, vai continuar se colocando para estas entidades em todos os momentos, independente do seu envolvimento com projetos governamentais.



## B I B L I O G R A F I A   E   O U T R A S   F O N T E S

### BIBLIOGRAFIA CITADA

1. AMMANN, Safira Bezerra, 1980, "A ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil". São Paulo, Cortez.
2. AZEVEDO, Fernando Antonio, 1982, "As Ligas Camponesas". Rio de Janeiro, Paz e Terra.
3. AUGEL, Johannes, 1977, "Reassentamento da população atingida pelo reservatório de Sobradinho". Sobradinho, xerox.
4. BARROS, Henrique Monteiro, 1984, "As dimensões sociais dos impactos da construção do reservatório de Sobradinho". s/local, xerox.
5. BASTOS, Elide Rugai, 1984, "As ligas camponesas". Petrópolis, Vozes.
6. BERENGUER, Marco Antonio, 1984, "Sobradinho, luz e miséria". Recife, UFPE (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano).

7. CARVALHO, Horácio Martins, 1987, "A ideologia do planejamento participativo". CADERNOS DO CEAS, 108, Salvador, pp. 33-38.
8. CEI - CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO (BA), 1984, "Aspectos demográficos regionais". Região de Planejamento Sobradinho, Salvador, v. 1, t. 1.
9. CESE - COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO, 1987, "Poder e participação em tempo de crise". Relatório de Encontro de Agentes de Projetos, Salvador.
10. CAR - CIA. DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL/CEI - CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO (BA)/CEPA - COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, 1984, "Diagnóstico parâmetro para avaliação do PDRI Nordeste da Bahia: o sertão da Bahia". Salvador, v.2.
11. CAR - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PILÃO ARCADEO, 1985, "I Plano comunitário de Pilão Arcado". Salvador, xerox.
12. CAR/CEPA/CEDAP-CENTRU, 1987, "I Seminário sobre a organização de pequenos produtores e sua participação em programas governamentais (relatório)". Salvador, xerox.
13. CHESF - CIA. HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO/FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 1983, "Projeto Sobradinho: avaliação sócio-econômica da relocação populacional". Recife, xerox.
14. CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 1976, "Estudo da realidade sócio-sindical dos traba



lhadores rurais do estado da Bahia", s/1, xerox.

15. CORDEIRO, Lauro Ronaldo, 1975, "Análise sócio-demográfica da área do Projeto Sobradinho". In: CHESF/ANCARBA, "Reservatório de Sobradinho - Projeto Alternativas de Produção". Salvador, xerox.
16. COUTO, Victor Athayde, 1975, "Aspectos Macroeconômicos". In: CHESF/ANCARBA, "Reservatório de Sobradinho - Projeto Alternativas de Produção". Salvador, xerox.
17. CPT/CEPAC/IBASE, s/d, "O genocídio do Nordeste, 1979-1983". São Paulo, Mandacaru.
18. DIAS, Antonio Nascimento, 1985, "Organização de base, a reivindicação da participação popular". Salvador, UFBA (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais), xerox.
19. DUQUÉ, Ghislaine, 1980, "Estratégias camponesas, ação de classe disfarçada". ENCONTRO DA REALIDADE NORDESTINA, Campina Grande, UFPb, v. 1.
20. \_\_\_\_\_, 1984, "A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens". CADERNOS DO CEAS, 91, Salvador, pp. 30-38.
21. \_\_\_\_\_, 1987, "Estado, poder local e diferenciação camponesa". CADERNOS DO CEAS, 108, Salvador, pp. 39-49.
22. GUEDES PINTO, Luzia, 1979. "CONTAG: uma instituição contraditória". In: "Reflexões sobre a agricultura brasileira". Rio de Janeiro, Paz e Terra.

23. HIDROSERVICE, 1973, "Reservatório de Sobradinho: localização da nova sede do município de Pilão Arcado". São Paulo, xerox.
24. \_\_\_\_\_, 1973, "Reservatório de Sobradinho: localização da nova sede do município de Remanso". São Paulo, xerox.
25. JESUS FILHO, Hugo Pereira e outros, 1986, "Levantamento dos recursos sócio-econômicos dos municípios". Salvador, xerox.
26. MACHADO, Eduardo Paes e outros, 1987, "Poder e participação política no campo". São Paulo/Salvador, CERIFA/CAR/CEDAP-CENTRU.
27. MARTINS, José de Souza, 1985. "A militarização da questão agrária no Brasil". Petrópolis, Vozes.
28. MELLO, Maria Alba Guedes, s/d, s/título (notas de pesquisa), s/1, xerox.
29. MOURA, Marluce, 1979, "As ilhas da resistência". Goiânia, CPT, xerox.
30. NAVARRO, Zander, 1985, "Movimentos Sociais em áreas rurais do Sudeste da Bahia: as lutas sindicais no período 1955/1964". In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente e outros, "Revoluções camponesas na América Latina". São Paulo, ÍCONE/UNICAMP.



31. PALMEIRA, Moacir, 1979, "Desmobilização e conflito". REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA, São Paulo, CEDEC.
32. \_\_\_\_\_, 1985, "A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato". In: PAIVA, Vanilda e outros, "Igreja e questão agrária", São Paulo, Loyola.
33. RODRIGUES, José, 1981, "Depoimento na CPI das Enchentes". In: REVISTA DE CULTURA VOZES, 7, ano 75, v. LXXV.
34. SIGAUD, Lygia, 1986, "Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos". Rio de Janeiro, PPGAS, Comunicação n. 9, UFRJ.
35. SIGAUD, Lygia e outros, 1987, "Expropriação do Campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado". In: "Ciências Sociais Hoje - 1987 - ANPOCS". São Paulo, Vértice.
36. STEIN, Leila, 1983, "Estado e sindicalização dos trabalhadores rurais: a cidadania pelo alto". s/l, xerox.
37. SOUZA, Luis Eduardo, 1986, "Sobradinho e o Projeto Tatauí". REVISTA DO CEAS, 5, Salvador.
38. UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1984, "Política Cultural", Salvador.

39. UFBA/Depto. de Medicina Preventiva, 1986, "Ante-projeto para estruturação de serviços de saúde no município de Pilão Arcado". s/l, xerox.

## OUTRAS FONTES

### Relatórios

1. CONTAG - ENCONTROS DO VALE DO SÃO FRANCISCO:

- II - Aracaju, 23 e 24 de agosto de 1976.
- III - Juazeiro, 4 a 9 de janeiro de 1979.
- VI - Juazeiro, 21 a 26 de janeiro de 1981.
- VII - Juazeiro, 8 a 12 de julho de 1981.
- VIII - Juazeiro, 20 a 24 de janeiro de 1982.
- IX - Montes Claros, s/d.
- X - Nova Glória, 26 a 31 de janeiro de 1983.

2. FETAG-BA - ENCONTROS ESTADUAIS DA SECA:

- I - Salvador, 16 de fevereiro de 1982.
- II - Feira de Santana, 24 e 25 de janeiro de 1983.

3. POLO SINDICAL DE JUAZEIRO - ENCONTROS: consultamos 15 relatórios de encontros do Polo, realizados no período de julho de 1979 a julho de 1986, nas cidades de Juazeiro, Sento Sé, Remanso, Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, e Glória.



## Projetos e Relatórios da CAR

### Referentes a PILÃO ARCADO:

- Convênios relativos aos projetos listados na Tabela I, do capítulo 3;
- Perfil de Projeto "Central de Serviços" para o STR - Pilão Arcado (nov/1985);
- Relatório de Acompanhamento do Projeto "Ações Preliminares para a implantação do I Plano Comunitário de Pilão Arcado" (mar/1986);
- Projeto de Capacitação e organização do STR-Pilão Arcado (abril/1986);
- Programa para aplicação dos recursos do BNDES destinados ao I Plano Comunitário de Pilão Arcado (jun/1986);
- Projeto de Casas de Farinha para o I Plano... (projeto técnico-econômico para a comunidade de Nova Praia), (out/1986);
- I Plano... - Relatório das atividades desenvolvidas na primeira etapa de execução (nov/1986).

### Referentes a REMANSO:

- Convênios relativos aos projetos listados na Tabela I, do capítulo 3, e também dos projetos desenvolvidos com as Associações de Produtores do município de Remanso, no período de 1983 a 1987;
- Projeto de Apoio para o STR-Remanso (nov/1985);
- Relatório de Acompanhamento do Projeto Horta Comunitária do STR-REMANSO (maio/1986);
- Programa BID/SUBIN/CAR, 1986.

## Arquivos Consultados

1. Arquivos de Jornais e Documentos da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), em Salvador, referente ao período 1973/1987.
2. Arquivo de Jornais e Documentos da Diocese de Juazeiro, em Juazeiro, referente ao período 1976/1987.
3. Arquivo particular do Bispo de Juazeiro, D. José Rodrigues, com cartas, abaixo-assinados e documentos em geral, enviados pela população da área de Sobradinho, durante o período de 1976/1987.
4. Coleção do Boletim "Caminhar Juntos", da Diocese de Juazeiro, referente ao período 1976/1987.
5. Arquivos do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pilão Arcado.
6. Arquivos do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Remanso.

## Entrevistas

### 1. CONTAG e FETAG-BA:

- A.C.: então tesoureiro da CONTAG; foi da diretoria da FETAG-BA desde 1972, e acompanhou o processo de relocação e a fundação do Polo Sindical de Juazeiro; entrevista realizada em setembro/1987;
- A.D.: foi assessor da CONTAG e da FETAG-BA no período de relocação; setembro/1987;
- D.R.: então assessor da FETAG-BA; participou da fundação do



STR-Pilão Arcado; janeiro/1988;

- E.S.: então presidente do STR-Juazeiro; participou da fundação do Polo Sindical de Juazeiro; janeiro/1988;

## 2. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) e DIOCESE DE JUAZEIRO:

- L.E.S.: então assessor da CPT em Salvador; participou da CPT da Diocese de Juazeiro desde a sua fundação, assessorando diretamente a área de Pilão Arcado e Remanso no período de 1978 a 1982; janeiro/1988.

## 3. ANCARBA:

- G.D.: atuou como técnica da ANCARBA no município de Casa Nova durante o período de relocação; abril/1986.

## 4. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE PILÃO ARCADO:

- B.M.R.: então tesoureiro do sindicato; entrevista realizada em maio de 1985, pela equipe de pesquisa CAR/CEDAP/CENTRU;
- Diversos participantes (não identificados): maio/1985, equipe CAR/CEDAP/CENTRU;
- D.B.: então presidente do sindicato; trabalhador rural e agente pastoral, com atuação sindical no município desde 1980; agosto/1987;
- E.V.S.: então membro da CAO do sindicato; trabalhador rural e agente pastoral, com atuação sindical no município desde 1980; agosto/1987;
- M.J.J.: então coordenador da CAO; ex-secretário do sindicato na primeira gestão; assumiu a presidência do sindicato em 1978, e foi reeleito duas vezes, deixando o cargo em 1986; trabalhador rural e pedreiro; agosto/1987;

- R.C.S.: então membro da CAO; ex-secretário do sindicato na gestão 83/86; agosto /1987;
- M.J.C.: então tesoureiro do sindicato; trabalhador rural, agente pastoral e delegado sindical desde 1980, na caatinga; setembro/1987;
- B.S.: então secretário do sindicato; trabalhador rural e agente pastoral desde 1980, com atuação na caatinga; setembro/1987;
- M.D.S.: trabalhador rural com atuação no sindicato desde a sua fundação; candidato a presidente na chapa derrotada que concorreu às eleições em 1986; setembro/1987;

##### 5. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE REMANSO:

- E.R.: então secretário do sindicato; entrevista realizada em maio de 1985, pela equipe CAR/CEDAP/CENTRU;
- Diversos participantes (não identificados): maio/1985, equipe CAR/CEDAP/CENTRU;
- E.M.: então presidente do sindicato; dono de um estaleiro e serraria; foi presidente do sindicato de 1973 a 1986; abril/1986.